



**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

MARIA DA CONCEIÇÃO NOVAES DIAS

**CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA ESCOLAR
PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA
FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM GUIA DE
TURISMO DO COLÉGIO PEDRO II**

Rio de Janeiro

2024

MARIA DA CONCEIÇÃO NOVAES DIAS

**CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA UMA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM GUIA DE TURISMO
DO COLÉGIO PEDRO II.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo

Rio de Janeiro

2024

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

D541	Dias, Maria da Conceição Novaes Contribuições da biblioteca escolar para uma educação antirracista na formação de técnicos em guia de turismo do Colégio Pedro II / Maria da Conceição Novaes Dias. - Rio de Janeiro, 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. Orientador: Ana Carolina Rigoni Carmo. 1. Bibliotecas escolares. 2. Bibliotecas e sociedade. 3. Educação antirracista. 4. Antirracismo. 5. Educação profissional. 6. Educação tecnológica. 7. Ensino médio integrado. I. Carmo, Ana Carolina Rigoni. II. Colégio Pedro II. III. Título. CDD 027.8
------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



MARIA DA CONCEIÇÃO NOVAES DIAS

**CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA UMA EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM GUIA DE TURISMO
DO COLÉGIO PEDRO II.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 30 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa.Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo
Orientadora

Profa. Dra. Marcia Feijão de Figueiredo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIRIO

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro
Colégio Pedro II



COLÉGIO PEDRO II

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



MARIA DA CONCEIÇÃO NOVAES DIAS

**GUIA PARA COMPOSIÇÃO DE ACERVO DE BIBLIOTECA ESCOLAR PARA A
FORMAÇÃO DE GUIA DE TURISMO NUMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 30 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa.Dra. Ana Carolina Rigoni Carmo
Orientadora

Profa. Dra. Marcia Feijão de Figueiredo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Rogério Cunha de Castro
Colégio Pedro II

DEDICATÓRIA

Com muito carinho dedicado este trabalho à minha irmã, Gelsonita Bomfim de Sousa, uma pessoa iluminada que Deus colocou no meu caminho. Desde sempre, ela tem sido a minha fonte de inspiração e incentivo, bibliotecária de formação e leitora voraz, foi ela também a responsável pelo meu primeiro estímulo à leitura. Gratidão nessa vida e em todas as outras que possam existir. É graças a ela que me tornei a pessoa e profissional que sou hoje. Obrigada Gel!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força que nem eu sabia que existia dentro de mim e pela oportunidade de ter me permitido cursar o Mestrado.

Expresso profunda gratidão à minha estimada professora e orientadora, Ana Carolina Rigoni, pelos valiosos ensinamentos, orientações e por ter me conduzido ao longo de todo o percurso acadêmico, viabilizando assim o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos meus diretores, Ricardo Miranda e Soraya Sabah pelo apoio e compreensão, assim como os colegas da biblioteca que trabalho, Ricardo Lúcio M. de Castro, Luiz Paulo T. Penna, Jorge Macena, Paula de Souza Tavares e a incrível estagiária Fernanda de Sá Coutinho. Não posso deixar de agradecer ao querido Ciel. À queridíssima e inesquecível Marcia Feijão, que durante anos atuou no CPII como bibliotecária, também estive à frente da Central de Bibliotecas lutando e conquistando tudo de melhor para as bibliotecas do CPII, sendo a responsável pela implementação da informatização do Sibi/CPII, assim como a modernização dos espaços. Foi da Márcia que recebi os primeiros incentivos para cursar o mestrado. Toda a minha gratidão à minha querida amiga e irmã de coração Alice da Silva Gonçalves de Jesus, que desde o começo do curso recebi todo o apoio e, por muitas vezes, amenizou o meu desespero nos momentos difíceis.

Expresso meu agradecimento à minha querida irmã, Gelsonita, pelo constante apoio e incentivo. Foi através dela, desde a adolescência, que tive contato com os livros, alguns dos quais recebi como presente e tomei gosto pela leitura. A escolha da profissão foi uma sugestão dela, que é bibliotecária de formação e por amor.

Agradeço aos queridos colegas de turma, especialmente, às queridíssima Andréa Chianello e Marina Ribeiro, ambas também colegas do CPII, para mim foram um presente, me senti fortalecida na companhia delas, foram muitas trocas que só agregaram conhecimento. As colegas Meire, que é uma pessoa incrível e a querida Camila que nas minhas apresentações de trabalhos, com um simples olhar, eu sentia o seu apoio e fortalecida prosseguia. Aos estudantes de turismo da turma 2022/2023, que me acolheram com todo carinho e me deram contribuições expressivas à minha pesquisa, assim como os professores que ministraram aulas no curso, em especial, o coordenador Guilherme, Cristiane e Gláucia, de coração, muito obrigada!

Aos meus 10 (dez) dogs, que ficavam por horas quietinhos esperando eu acabar de estudar e, quando desligava o computador, era uma grande alegria! Que sabedoria, aprendo todos os dias com eles! Agradeço a todos que de forma direta ou indiretamente caminharam comigo nessa jornada.

Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo.
(Martin Luther King)

RESUMO

DIAS, Maria da Conceição Novaes. **Contribuições da biblioteca escolar para uma educação antirracista na formação de Técnicos em Guia de Turismo do Colégio Pedro II.** 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

O presente estudo, desenvolvido no âmbito do ProfEPT, aborda a persistência do racismo em pleno século XXI, desde a escravidão, o que se manifesta através heranças socioculturais, as quais perpetuam estigmas e desigualdades ao povo negro. Destaca a necessidade de educadores atuarem na desconstrução do racismo no contexto escolar. Foca na biblioteca escolar como espaço de promoção do pensamento crítico, onde o bibliotecário desempenha um papel essencial na condução de ações e objetivos do espaço. Propõe por meio da biblioteca do Campus Humaitá II, o fomento à uma educação antirracista com práticas que contribuam na formação dos discentes do Curso Técnico em Guia de Turismo do Campus Humaitá II do Colégio Pedro II, através do resgate da história do povo africano na cidade do Rio de Janeiro. Destaca-se como objetivos específicos: Constituir uma coleção com temáticas étnico-racial, diáspora negra, história e cultura do povo negro na Biblioteca e sua relação com instituições culturais e espaços de memória afrodescendente do Rio de Janeiro; criar uma lista desiderata para compor o acervo da biblioteca e formar uma coleção especial com a temática antirracista e decolonial para atender aos discentes do curso; propor a inserção de temas que abranjam a valorização da cultura afro-brasileira relacionadas às atividades turísticas na cidade do Rio de Janeiro; apresentar um produto educacional, o qual será um guia (*e-book*). A metodologia adotada neste estudo, quanto aos objetivos, baseia-se na pesquisa descritiva, exploratória e, quanto aos procedimentos, na pesquisa de campo e bibliográfica nas áreas de pedagogia, educação, biblioteconomia, antropologia, ciências sociais, a fim de possibilitar maior embasamento teórico do estudo. Apresenta uma abordagem quanti-quali, foram coletados dados por meio de questionários aplicados aos docentes e discentes do curso. O produto educacional propõe a criação de uma seção na biblioteca intitulada Lélia Gonzalez, esta apresenta-se na forma de um guia (*e-book*), composto por obras étnico-raciais, diáspora negra, história e cultura do povo negro, dentre outras. Adicionalmente, inclui-se obras de turismo e Rio de Janeiro. Dividida em coleções, com QR Code e links da obra para vídeos, resenhas e arquivos com extensão .PDF. As seções têm por objetivo promover a interlocução entre a biblioteca por meio do seu acervo e instituições culturais, assim como espaços de memória afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro com foco para a valorização da cultura e o fomento à educação antirracista. O resultado da pesquisa revela o reconhecimento de práticas racistas na sociedade, assim como adoção de estratégias para combatê-las, o que reforça a relevância deste estudo ao contribuir criticamente para a formação dos egressos do Curso Técnico em Guia de Turismo, visando uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-Chave: educação antirracista; Curso Técnico em Guia de Turismo; biblioteca e sociedade; educação profissional e tecnológica; biblioteca escolar.

ABSTRACT

DIAS, Maria da Conceição Novaes. **Contribuições da biblioteca escolar para uma educação antirracista na formação de Técnicos em Guia de Turismo do Colégio Pedro II.** 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

The present study, developed within the scope of ProfEPT, addresses the persistence of racism in the 21st century, since slavery, which manifests itself through sociocultural legacies, which perpetuate stigmas and inequalities against black people. It highlights the need for educators to act in the deconstruction of racism in the school context. It focuses on the school library as a space to promote critical thinking, where the librarian plays an essential role in driving the space's actions and objectives. It proposes, through the Humaitá II Campus library, the promotion of anti-racist education with practices that contribute to the training of students on the Technical Course in Tourist Guide at the Humaitá II Campus of Colégio Pedro II, through the recovery of the history of the African people in the city from Rio de Janeiro. Specific objectives stand out: Constituting a collection with ethnic-racial themes, black diaspora, history and culture of black people in the Library and its relationship with cultural institutions and spaces of Afro-descendant memory in Rio de Janeiro; create a desiderata list to compose the library's collection and form a special collection with anti-racist and decolonial themes to serve the course's students; propose the insertion of themes that cover the appreciation of Afro-Brazilian culture related to tourist activities in the city of Rio de Janeiro; present an educational product, which will be a guide (*e-book*). The methodology adopted in this study, in terms of objectives, is based on descriptive, exploratory research and, in terms of procedures, field and bibliographical research in the areas of pedagogy, education, librarianship, anthropology, social sciences, in order to provide greater foundation theoretical of the study. It presents a quantitative-quali approach, data was collected through questionnaires applied to teachers and students of the course. The educational product proposes the creation of a section in the library entitled Lélia Gonzalez, which is presented in the form of a guide (*e-book*), composed of ethnic-racial works, black diaspora, history and culture of black people, among others. Additionally, works on tourism and Rio de Janeiro are included. Divided into collections, with QR Code and work links to videos, reviews and files with .PDF extension. The sections aim to promote dialogue between the library through its collection and cultural institutions, as well as spaces of Afro-Brazilian memory in the city of Rio de Janeiro with a focus on valuing culture and promoting anti-racist education. The research result reveals the recognition of racist practices in society, as well as the adoption of strategies to combat them, which reinforces the relevance of this study by critically contributing to the training of graduates of the Technical Course in Tourist Guide, aiming for a more fair and egalitarian.

Keywords: antiracist education; Technical Course in Tourism Guide; library and society; professional and technological education; school library

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Taxa de homicídio por 100mil habitantes.....	33
Figura 2.2 – Desigualdades sociais por cor ou raça	34
Figura 2.3 – Proporção da taxa de homicídios entre indivíduos negros e não negros em 2019 (Atlas da Violência).....	35
Figura 2.4 – Proporção de Vítimas de Homicídios por Raça/Cor e Estado em 2019 – Altas da Violência.....	35
Figura 3.1 – Ensino Profissional e Técnico do CPII	64
Figura 3.2 – Seção de Referência da Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza.....	74
Figura 3.3 – Área do acervo geral da Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza.....	75
Figura 3.4 – Área do acervo de literatura infanto-juvenil da Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza.....	75
Figura 3.5 – Salão de Leitura da Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza	76
Figura 4.1 – Extensão do conceito de Colonialidade do poder	98
Figura 7.1 – Pirâmide DIKW	114
Figura 8.1 – Capa do produto educacional- e-book	127
Figura B.1 – Grade Curricular do Curso Técnico em Guia de Turismo	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Movimento, luta e conquista do povo negro	42
Tabela 4.1 – Categorias de livros adquiridos de forma centralizada pela Central de Bibliotecas até o ano de 2021 e bibliotecas atendidas.....	88
Tabela 4.2 – Itens adquiridos para a Biblioteca do Campus Humaitá II ao longo do ano de 2022.....	90
Tabela 5.1 – Ranking das cidades que tiveram maior crescimento do PIB do Turismo no mundo	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 7.1 – Docentes – “Na sua opinião, há práticas racistas no Brasil? ”	115
Gráfico 7.2 – Discentes – “Na sua opinião, há práticas racistas no Brasil? ”	116
Gráfico 7.3 – Docentes sobre sua etnia	117
Gráfico 7.4 – Discentes sobre sua etnia.....	117
Gráfico 7.5 – Docentes - Você já sofreu racismo?	118
Gráfico 7.6 – Discentes - Você já sofreu racismo?	119
Gráfico 7.7 – Discentes - Região no RJ para guiamentos antirracistas	120
Gráfico 7.8 – Docentes - Sobre a relevância de um guia de leitura (<i>e-book</i>)	120
Gráfico 7.9 – Discentes - Sobre a relevância de um guia de leitura (<i>e-book</i>)	121
Gráfico 7.10 – Docentes - Sobre a Importância de um acervo antirracista	123
Gráfico 7.11 – Discentes- Sobre a Importância de um acervo antirracista	123
Gráfico 7.12 – Docentes - Sobre a desconstrução do racismo	124
Gráfico 7.13 – Discentes - Sobre a desconstrução do racismo.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Cadastur	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CMAP	Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
CPII	Colégio Pedro II
CREIR	Centro de Referência em Educação Infantil Realengo
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
IFLA/UNESCO	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
EEFRA	Especialização em Ensino de Francês
EMI	Ensino Médio Integrado
EMR	Ensino Médio Regular
EREREBÁ	Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IF	Instituto Federal de Ensino
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROPGPEC	Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
QR Code	Quick Response Code – Código de Resposta Rápida
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
Riotur	Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro

SiBi/CPII	Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WTTC	Conselho Mundial de Viagens e Turismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Identificação do Problema	18
1.2 Justificativa	21
1.3 Objetivo Geral	23
1.3.1 Objetivos Específicos	24
2 O RACISMO NO BRASIL	29
2.1 Lutas e conquistas da população negra	39
2.2 O papel da escola na desconstrução do racismo	45
2.3 Bibliotecas escolares e educação antirracista: uma contribuição à formação integral no Colégio Pedro II.....	48
3 O COLÉGIO PEDRO II, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O SISTEMA DE BIBLIOTECAS.....	57
3.1 O Colégio Pedro II.....	57
3.2. A educação Profissional no Colégio Pedro II e os cursos técnicos: um breve panorama com foco no Curso Técnico em Guia de Turismo	61
3.3 O Curso Técnico em Guia de Turismo, subsequente ao Ensino Médio do Colégio Pedro II - Campus Humaitá II	67
3.4 O Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II.....	70
3.5 A Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza do Campus Humaitá II: potencialidades de atuação no fomento de uma educação antirracista	73
4 A BIBLIOTECA ESCOLAR E SUA FUNÇÃO SOCIAL EDUCATIVA	78
4.1 A Biblioteca Escolar	78
4.2 Formação e desenvolvimento de coleções escolares: fundamentos para promoção de igualdade social	81
4.2.1 A Aquisição de materiais bibliográficos para a Biblioteca do Campus Humaitá II.....	87
4.3 A coleção étnico-racial da biblioteca e a Lei n.º10.639/2003.....	90

4.4 A Biblioteca na promoção da cultura afro-brasileira com foco na decolonialidade ..	96
5 O GUIA DE TURISMO E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	101
5.1 Atuação dos Guias de Turismo na educação antirracista	101
5.2 Locais de Preservação da Cultura Afro-Brasileira	104
6 METODOLOGIA.....	107
6.1 População e amostras	107
6.2 Tipo de pesquisa	107
6.3 Instrumentos de coleta	108
7 ANÁLISE DE DADOS	112
8 PRODUTO EDUCACIONAL	127
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL – SEÇÃO LÉLIA GONZALEZ, TURISMO E RIO DE JANEIRO	145
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE.....	147
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DISCENTES DO CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO DO CPII	149
APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES DO CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO DO CPII.....	152
APÊNDICE E - MAPA CONCEITUAL DO PRODUTO EDUCACIONAL	155
ANEXO A - PARECER DA PLATAFORMA BRASIL.....	156
ANEXO B – GRADE CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM GUIA EM TURISMO DO CAMPUS HUMAITÁ II.....	157

1 INTRODUÇÃO

A escravidão se configurou como um sistema de violência extrema e opressão, caracterizado pela exploração da mão de obra, imposta aos povos negros africanos trazidos pelos colonizadores europeus ao Brasil. Os negros, assim como os povos indígenas, foram submetidos a diversas formas de agressões e humilhações, de ordem física e psicológica.

No território brasileiro esse sistema perdurou por três séculos e meio, sendo o Brasil, o último país do continente americano a abolir o trabalho escravo através da promulgação da Lei Áurea (Lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888). No entanto, devido ao longo período de duração, os traços desse sistema cruel ainda persistem, atingindo a vida da população negra na sociedade brasileira, o que corrobora para a violência, a desigualdade, o preconceito, a discriminação racial, a exclusão social e/ou subalternização do negro. Ferreira (2010) define racismo como:

Qualquer doutrina que sustenta a superioridade biológica, cultural e/ou moral de determinada raça ou de determinada população, povo ou grupo social considerado como raça [...] qualidade o sentimento de indivíduo racista [...] atitude preconceituosa ou discriminatória em relação a indivíduo considerado de outra raça.

Essa crença de superioridade tem raízes históricas e corresponde a uma visão distorcida baseada em estereótipos, que traz implicações sociais e individuais para diversas sociedades, pois ignora a diversidade e as características dos grupos.

Para Almeida (2020, p. 32) o racismo é:

Uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para os indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Para Ribeiro (2019, p.14) o racismo é uma “estrutura social enraizada”, infelizmente, trata-se de uma mazela na sociedade brasileira que fomenta a injustiça social contra os povos negros. Bobbio; Matteucci; Pasquino (1998, p. 1058) afirmam que:

Com o termo Racismo se entende, não a descrição da diversidade das raças ou dos grupos étnicos humanos, realizada pela antropologia física ou pela biologia, mas a referência do comportamento do indivíduo à raça a que pertence e, principalmente, o uso político de alguns resultados aparentemente científicos, para levar à crença da superioridade de uma raça sobre as demais. Este uso visa a justificar e consentir atitudes de discriminação e perseguição contra as raças que se consideram inferiores. [...]. Pode-se dizer que o Racismo é um fenômeno tão antigo quanto a política, na medida em que, em nome da identidade étnica, é capaz de fortalecer o grupo social contra um inimigo verdadeiro ou suposto.

Historicamente, compreende-se que o racismo, considerado fenômeno político, manifesta-se como um mecanismo complexo de fortalecimento de grupos sociais. Ao enfatizar

a identidade étnica, promove uma hierarquia que posiciona o "outro" como inimigo, real ou percebido. Essa dinâmica, ao longo do tempo, corrobora para a persistência do racismo e evidencia sua intrínseca ligação com as relações políticas e sociais. Como afirma Batista (2005, p.28), "a memória desempenha um papel primordial na elevação de uma nação, de um grupo étnico, pois fornece elementos para sua transformação".

A Constituição Federal (1988), reforça na forma da lei a ideia de transformação, superação das desigualdades históricas e a promoção de uma sociedade mais justa, no seu Art. 5º, declara que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” e no inciso XLII, dessa forma, enquadra a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível, uma das formas de violação dos direitos e liberdades individuais.

1.1 Identificação do Problema

A eliminação do racismo é uma responsabilidade também da escola e deve ser incluída em seus objetivos “[...] a omissão em relação ao problema, por sua vez, é outra forma silenciosa de manifestar o racismo, forçando sua invisibilidade” (Silva, 2009 p.70 *apud* Barboza, 2018, p. 8).

Nessa luta, por combate à discriminação racial, na tentativa de dirimir as mazelas impostas por um passado escravista, as quais ainda atualmente refletem múltiplas desigualdades sociais que atingem a população afrodescendente no Brasil, tornam-se imprescindíveis como instrumentos de enfrentamento ao racismo, o investimento em políticas públicas e, principalmente, a implementação de ações nos ambientes escolares voltadas à educação antirracista.

Indo de encontro a essas ações, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou a Agenda 2030, que consiste em um plano de ação global que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, criados para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que o nosso planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações. No que concerne a temática da educação e das práticas discriminatórias destaca-se:

Objetivo 4 – Educação de qualidade
Assegurar a **educação inclusiva** e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

[...]

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, **promoção de uma cultura de paz e não violência**, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

[...]

Objetivo 10 - Redução das desigualdades

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

10.2 Até 2030, empoderar e **promover a inclusão social**, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, **raça, etnia, origem**, religião, condição econômica ou outra. (ONU, 2022, grifo nosso)

A última pesquisa realizada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), intitulada “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, foi dividida por categorias – trabalho, educação, representação política renda e moradia –, e demonstra de forma comparativa, dentro das categorias mencionadas, considerando a população de brancos, pretos e/ou pardos, o quanto a desigualdade afeta o povo afrodescendente. A pesquisa evidenciou um abismo social, que está vinculado a uma herança histórica de um país escravocrata.

Segundo Bourdieu (2010 *apud* Damasceno, 2021, p.7), a violência simbólica: é como uma “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento”. Nesse sentido, a violência simbólica e o racismo vivenciados pelo povo negro na sociedade brasileira afetam os indivíduos de todas as formas, tanto fisicamente quanto psicologicamente. Segundo Damasceno (2021, p.7 *apud* Schinestsck, 2018, p. 27) “a perpetuação do poder simbólico está incorporada no próprio imaginário coletivo. São forças produzidas e reproduzidas pelas estruturas, reafirmando as posições na hierarquia e superioridade entre indivíduos.” (Schinestsck, 2018, p. 27 *apud* Damasceno, 2021, p.7), o que corrobora para situações racistas que acabam sendo “naturalizadas” e socialmente aceitas.

Tendo em vista um Brasil desigual, ao longo século XXI surgiram diversos movimentos sociais identitários preocupados com questões ligadas ao desenvolvimento humano, com sujeitos conscientes do seu papel social e político. Esse movimento de luta por direitos abarca essas diversas questões sociais e entre elas, está a pauta racial, a qual integra o presente estudo.

Diante da problemática do racismo presente na sociedade brasileira, Ribeiro (2019, p. 14, 22, 81), faz alguns questionamentos na sua obra “Pequeno manual antirracista”, os quais nos leva a reflexão e a pensar na prática: “O que você está fazendo ativamente para combater o racismo? [...], o que de fato, cada um de nós tem feito e pode fazer pela luta antirracista? Por

último, você está fazendo o que pode para contribuir para a luta antirracista? ”

Considerando os questionamentos expostos acima, cabe refletir sobre quais ações e/ou práticas a Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza, do Campus Humaitá II do Colégio Pedro II tem realizado no combate ao racismo? É neste contexto que se originou o presente estudo, desenvolvido no âmbito do ProfEPT, está inserido na Linha de pesquisa 2 - Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), propõe-se uma intervenção através da biblioteca escolar, utilizando um acervo especializado em temas étnico-raciais, diáspora negra, história e cultura dos povos negros, em consonância com a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino, posteriormente, foi ampliada pela Lei nº 11.645/2008, que estende essa obrigatoriedade também para a História e Cultura Indígena. Esta intervenção prevê uma interlocução com as instituições culturais e espaços de memória afro-brasileiros da região conhecida como “Pequena África”, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de valorizar a cultura afro-brasileira e fomentar uma educação antirracista, contribuindo para uma formação omnilateral dos discentes do Curso Técnico em Guia de Turismo e para sua atuação profissional. O objetivo precípua é enriquecer a formação dos estudantes e fortalecer a valorização da diversidade étnico-cultural no contexto da atividade turística.

Partindo desse pressuposto, a pesquisa pretende explorar o papel social desempenhado pela biblioteca na promoção da cultura afro-brasileira, assim como a relevância da constituição de acervos dedicados a essa temática. Além disso, destaca a importância de capacitar os guias de turismo, proporcionando-lhes informações que os sensibilizem para uma atuação responsável, reflexiva e humanista nas relações raciais para possam ser instrumentos multiplicadores e, assim contribuir efetivamente para o enfrentamento do racismo.

Nesse contexto, destaca-se a missão das bibliotecas escolares, conforme aponta o Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar:

A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. (IFLA/UNESCO, 2002, p.1)

Dessa forma, as bibliotecas escolares assumem um compromisso efetivo, no processo educativo.

Percebe-se a relevância da biblioteca escolar na formação do/a indivíduo/a e como, se usada apropriadamente, pode atuar como instrumento no estabelecimento de discussões sobre as mais variadas temáticas, incluindo-se aqui a racial e a indígena. E, a partir dessas discussões, funcionar como ambiente de diálogo e como elemento na construção de uma educação antirracista no Brasil e no mundo. (Oliveira, 2022, p. 6)

Nesse sentido, destaca-se a relevância da biblioteca ao abordar e promover discussões sobre temas raciais e indígenas, ressaltando sua contribuição para a formação de uma consciência crítica, inclusiva e o seu papel ativo na promoção de valores e práticas que combatem o racismo e a discriminação.

1.2 Justificativa

O racismo tem se revelado como um instrumento perverso que perdura em nossa sociedade. Apesar da abolição da escravatura ter ocorrido há mais de um século, o longo período de escravidão no Brasil e as condições impostas ao povo negro, tais como a exclusão, a subordinação nas atividades laborais e privação de toda vida social, resultaram na percepção estigmatizada de inferioridade e incapacidade intelectual, sendo naturalizada como uma herança de preconceito e discriminação. Essa percepção contribuiu para a emergência das desigualdades, tais como a opressão, o preconceito, a discriminação racial, a violência, a exclusão e/ou a subalternização, bem como a injustiça social contra os povos negros.

Tais práticas acabam por ser reproduzidas no ambiente escolar, uma vez que a escola reflete a sociedade em que está inserida. É necessário, portanto, que os educadores tenham um olhar atento que vá além do ato de ensinar, engajando-se na desconstrução do racismo e na conscientização dos cidadãos, capacitando-os para a transformação do meio social em que habitam e circulam, tornando-o mais justo.

Nesse sentido, cabe questionar o papel da biblioteca diante das questões raciais discriminatórias impostas no cotidiano do povo negro na sociedade.

Como servidora, bibliotecária, e há 16 anos atuando na Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Sousa, a qual integra o Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II (SiBi/CPiI) e, atua pontualmente no fomento de uma educação antirracista no ambiente escolar em parceria com os professores, mas não especificamente, no Curso Técnico em Guia de Turismo, identifiquei uma lacuna que contribuiu para a escolha da presente pesquisa que, enxerga os guias como potenciais agentes de transformação.

Vale ressaltar que o papel social da biblioteca enquanto unidade de informação, tem o compromisso de atuar na democratização do conhecimento, o que sublinha a responsabilidade social do profissional no que tange às questões sociais, prevista no Código de Ética Profissional do Bibliotecário¹, no qual afirma na Seção II, Art.2º, que dentre os deveres dos bibliotecários, está: “contribuir, como cidadão e como profissional, para o incessante desenvolvimento da sociedade e dos princípios legais que regem o país”, visto que o racismo é crime estabelecido por lei. Enquanto mulher negra e profissional atuando na área de educação aliada à minha motivação em contribuir de maneira construtiva para a formação integral dos indivíduos e fomentar uma cidadania plenamente consciente, me senti impulsionada a abraçar uma proposta antirracista, especialmente no contexto escolar, espaço que se configura propício à reprodução de atitudes e práticas discriminatórias, as quais muitas vezes, surgem no cotidiano. Nessa perspectiva, reconheço que a escola, tendo em sua missão formar “pessoas capazes de intervir de forma responsável na sociedade” (CPII), pode se tornar um *locus* estratégico para dismantelar estereótipos e combater a discriminação.

Atualmente, o Brasil conta com 157.811 guias cadastrados na plataforma Cadastur, dos quais 23.604 estão no Rio de Janeiro, posicionando-se como o segundo estado com maior número de profissionais, tendo São Paulo em primeiro lugar. Além disso, destaca-se um dado relevante proveniente de um estudo realizado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), o qual aponta a cidade do Rio de Janeiro entre as cinco cidades com maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Turismo no mundo, ocupando a quinta posição global e o primeiro lugar na América do Sul.

Diante dessas estatísticas, associadas à natureza educativa e multifacetada dos guias, e considerando a proposta desta pesquisa que, por meio da biblioteca, busca disponibilizar recursos materiais acerca da história e cultura dos povos negros para contribuir com a formação dos estudantes, percebe-se a importância desses profissionais como instrumentos fundamentais no enfrentamento do racismo em sua atuação profissional. Fleuri (2003, p.4) destacar que “o objetivo da educação antirracista é o de promover atividades educativas para aprofundar a consciência de cada um, de modo a saber identificar e desmontar práticas racistas, implícitas ou explícitas, pessoais ou institucionais”.

A biblioteca escolar, sendo uma unidade de informação, aliada à prática docente,

¹ Resolução CFB nº 207/2018. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Disponível em: <https://cfb.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Co%CC%81digo-de-E%CC%81tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf>

considera-se uma ferramenta indispensável na transformação do meio social, incluir na pauta estratégias com ações acerca do combate ao racismo dentro e fora da escola, por meio de sua atuação, fomenta o estímulo à leitura, aprimora as habilidades de pesquisa e poderá desempenhar um papel relevante na promoção da inclusão e diversidade. Além disso, a biblioteca escolar assume uma posição central no processo de aprendizagem, oferecendo um ambiente propício ao conhecimento, ao acesso à informação e ao desenvolvimento das competências essenciais para a formação dos estudantes.

A educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, disciplinas, como conteúdo de particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares. (CNE, 2004, p. 21)

Cabe mencionar que a missão do Colégio Pedro II, destaca-se pelo comprometimento em “promover a educação de excelência, pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, formando pessoas capazes de intervir de forma responsável na sociedade” e conforme o Projeto Político Pedagógico Institucional:

As ações pedagógicas pretendem garantir aos estudantes a produção e a apropriação de conhecimentos, o exercício da cidadania, o acesso à pluralidade cultural, possibilitando-lhes não apenas vivenciar as transformações do mundo, como também atuar de maneira singular e criativa, com responsabilidade e postura crítica, na perspectiva da construção. Sendo assim, considerando a Lei 10.639/0351, a Lei 11.645/0852 e a Lei 11.340/0653 integram o currículo: valorização da diversidade cultural, social, étnico-racial, sexual e de gênero; combate às desigualdades de classe, ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia. (Colégio Pedro II, 2020, p. 71)

Essa perspectiva reforça a proposta de uma educação antirracista voltada para os estudantes de turismo e atribui uma relevância significativa ao presente estudo, justificando-o socialmente, tendo em vista que o povo negro sofre discriminação e preconceito no cotidiano na sociedade brasileira.

1.3 Objetivo Geral

A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do ProfEPT, tem como objetivo propor, através da biblioteca, o fomento de uma educação antirracista, com foco na valorização da cultura, resgate da história dos povos afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro e atividade turística para contribuir, de forma crítica e reflexiva, para a formação e atuação profissional dos

discentes do curso Técnico em Guia de Turismo do Campus Humaitá II do Colégio Pedro II.

1.3.1 Objetivos Específicos

- i) Constituir, à luz da legislação vigente, principalmente, da Lei n.º 10.639/03, a qual torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, uma coleção com temáticas étnico-racial, diáspora negra, história e cultura do povo negro na Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza, do Campus Humaitá II do Colégio Pedro II, a fim de promover sua relação com instituições culturais e espaços de memória afrodescendente na cidade do Rio de Janeiro, especificamente, localizados na Pequena África.
- ii) Contribuir para a construção das ementas dos diversos cursos Técnicos em Guia de Turismo com temas que abrangem a valorização da cultura afrodescendente relacionadas às atividades turísticas na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo dessa iniciativa é fornecer subsídios para a formação dos futuros profissionais atuarem de forma crítica e consciente no que tange às relações étnico-raciais;
- iii) Criar, à luz da formação e desenvolvimento de coleções, uma lista *desiderata*² com a temática antirracista e decolonial voltada para os discentes e docentes do Técnico em Guia de Turismo, que sirva de instrumento para outros gestores de bibliotecas escolares;
- iv) Desenvolver como produto educacional um catálogo e /ou guia (*e-book*) com uma coleção de referência étnico-racial e diáspora negra da biblioteca dividida em seções APÊNDICE A, com *QR Code* e links da obra para vídeos, resenhas e arquivos com extensão .PDF, quando houver disponibilidade.
- v) Despertar uma consciência crítica e humanista nos discentes do curso, aliando suas habilidades e conhecimentos técnicos para atuarem com responsabilidade social, especificamente no combate ao racismo.

Tendo em vista a contextualização histórica apresentada, o estudo está estruturado em capítulos, com os seguintes destaques: capítulos e subcapítulos:

² Lista de aquisição bibliográfica de uma biblioteca.

- **O racismo no Brasil** - Este capítulo se dedica a uma análise aprofundada do racismo no contexto brasileiro, explorando suas nuances históricas, dados estatísticos e como essas manifestações persistem na sociedade atual.
- **Lutas e conquistas da população negra** – Faz um panorama das lutas e conquistas, alinha o conteúdo à formação e atuação profissional dos guias de turismo.
- **O papel da escola na desconstrução do racismo** - Foca na importância da escola como agente transformador, este capítulo discute estratégias e ações necessárias para combater o racismo no ambiente escolar.
- **Bibliotecas escolares e educação antirracista: uma contribuição à formação integral no Colégio Pedro II** – À luz de um embasamento teórico, reconhece a biblioteca escolar como um espaço essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e promoção do desenvolvimento humano, no qual o bibliotecário desempenha um papel central nesse processo, guiando suas práticas pelo Código de Ética Profissional do Bibliotecário e alinhando-se a preceitos globais. A integração da educação antirracista na biblioteca escolar contribui para formar cidadãos críticos, conscientes e engajados na promoção da equidade social e no combate ao racismo.
- **O Colégio Pedro II, a educação profissional e o Sistema De Bibliotecas** - Neste capítulo, são apresentados o Colégio Pedro II e seu Sistema de Bibliotecas, destacando o papel da educação profissional no colégio e, em particular, o Curso Técnico em Guia de Turismo no Campus Humaitá II. Revela que o primeiro Reitor, em 1838, quando o Colégio passou a funcionar, foi representado pelo franciscano Frei Antônio de Arrábida, Bispo de Anemúria, que, curiosamente, foi o primeiro bibliotecário da Biblioteca Imperial e Pública da Corte, atualmente, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.
- **O Colégio Pedro II** – apresenta um panorama do Colégio Pedro II, abordando sua missão, compromissos e relevância no contexto educacional.
- **A educação Profissional no Colégio Pedro II e os cursos técnicos** – Apresenta brevemente, ao longo dos anos, as transformações no CPEI, enfatizando que em 2008, as instituições federais de educação profissional foram reestruturadas para se configurarem em uma rede nacional de instituições públicas de EPT, denominando-se de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Revela os cursos ofertados e destaca a importância dos cursos de EPT, especificamente, o Curso Técnico em Guia em Turismo, adotarem estratégias e conteúdos que promovam ativamente a igualdade racial, reconhecendo e enfrentando os desafios relacionados à discriminação racial em suas diversas manifestações.

- **O Curso Técnico em Guia de Turismo, subsequente ao ensino médio** – Enfatiza a relevância do profissional Guia de Turismo, a legislação que orienta o Curso Técnico em Guia de Turismo e a implementação no CPII, as competências do profissional, bem como o perfil educativo, considerado um recurso propício para a atuação profissional no enfrentamento ao racismo.
- **O Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II** - Apresentação detalhada do Sistema de Bibliotecas, destacando sua estrutura e importância no suporte às atividades educacionais.
- **A Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza do Campus Humaitá II** – Faz uma apresentação da biblioteca e destaca as potencialidades da biblioteca no Campus Humaitá II para atuar no fomento de uma educação antirracista.
- **A Biblioteca escolar e sua função social educativa** - Dedicado à análise do papel da biblioteca escolar, este capítulo discute sua importância na formação integral dos alunos e a necessidade de desenvolver coleções que promovam a igualdade social.
- **A Biblioteca escolar** - Uma visão geral do papel e importância da biblioteca escolar, destacando seu potencial como agente transformador na educação.
- **Formação e desenvolvimento de coleções escolares** – Apresenta uma abordagem sobre o desenvolvimento de coleções ao longo do tempo, o que representou uma grande transformação na área da biblioteconomia, revela as etapas do processo de desenvolvimento de coleções, explora os princípios fundamentais que sustentam a importância da formação e desenvolvimento dessas coleções como instrumentos essenciais para a promoção da igualdade social, nesse contexto, insere-se a Lei 10.639/2003.
- **A Aquisição de materiais bibliográficos para a Biblioteca do Campus Humaitá II** – Revela o processo de aquisição de livros no Sibi/CPII e as últimas aquisições da biblioteca do CHII, incluindo a temática racial.
- **A coleção étnico-racial da biblioteca e a Lei n.º10.639/2003** - Uma análise crítica da coleção étnico-racial da biblioteca à luz da legislação que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
- **Biblioteca na promoção da cultura afro-brasileira com foco na decolonialidade** - Enfatiza que a colonialidade do poder contribui para promover as desigualdades e injustiças sociais sobre os povos negros na sociedade e discute a importância da biblioteca na promoção da cultura afro-brasileira, com ênfase na perspectiva decolonial.

➤ **O guia de turismo e a educação antirracista - atuação dos guias de turismo na educação antirracista** - Este capítulo explora a atuação dos Guias de Turismo na promoção da educação antirracista, identificando locais de preservação da cultura afro-brasileira. Analisa do papel dos Guias de Turismo na disseminação da educação antirracista, destacando como sua atuação pode contribuir para a valorização da cultura afro-brasileira

➤ **Locais de preservação da cultura afro-brasileira** - Identificação e discussão de locais relevantes para a preservação da cultura afro-brasileira, fornecendo subsídios para a formação dos Guias de Turismo.

A metodologia adotada neste estudo apresenta uma abordagem quanti-quali, quanto aos objetivos, baseia-se na pesquisa descritiva, exploratória e, quanto aos procedimentos, na pesquisa de campo e bibliográfica.

A análise de dados foi realizada através de duas amostras, aos docentes e discentes do curso e os dados foram coletados por meio de questionários, aplicados, respectivamente, pelo *Google Forms* e de forma presencial, em sala de aula.

As informações coletadas foram categorizadas e interpretadas de acordo com os objetivos da pesquisa, proporcionando percepções dos participantes em relação ao racismo, à educação antirracista e ao potencial da biblioteca como agente de transformação, assim como possibilidades de articulação de conhecimento dos guias em espaços de cultura e memória do povo negro, especificamente, na região da Pequena África.

Foi realizada uma análise específica da quanto à adequação, identificando pontos fortes em consonância ao curso de Guia de Turismo, e possíveis possibilidades e diálogo com práxis turísticas.

O produto educacional, um *e-book*, propõe a criação da seção Lélia Gonzalez, em homenagem à intelectual e ativista, que também dá nome ao coletivo negro do Campus Humaitá II. Será elaborado a partir do acervo da Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza, abrange as temáticas étnico-racial, diáspora negra, história e cultura dos povos negros, autores negros. Adicionalmente, inclui a seção de obras de turismo, as quais foram pesquisadas nas bibliografias básicas dos IFs que ofertam o curso Guia de turismo e finaliza com seção Rio de Janeiro / Turismo regional. Os temas dialogam com grade curricular do curso, assim como espaços de cultura e memória, localizados na região da Pequena África. Foram analisadas a receptividade dessa proposta, bem como sugestões e expectativas dos estudantes e professores em relação ao conteúdo desse material educacional.

A historicidade indispensável ao tema abrange o resgate da verdadeira história da cultura

afro-brasileira desde o período colonial, utilizando como base para reflexão social as regiões e espaços que preservam essa cultura. No intuito de arquitetar possibilidades de atuação profissional do técnico em guia de turismo, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de práticas antirracistas, o estudo busca contribuir para a formação dos estudantes no fortalecimento de uma consciência crítica em prol da inclusão social plena da população negra, reconhecida como majoritariamente em tez e minoritariamente em voz em todo o país.

2 O RACISMO NO BRASIL

No Brasil, desde o período de colonização, o povo negro escravizado, embora tenha contribuído com o seu trabalho de forma significativa para o desenvolvimento urbano e da economia do país, foi submetido a muitas barbáries e atrocidades durante séculos.

“Naquele tempo [o passado de escravidão], os maus-tratos, os castigos, a doença e a morte; atualmente, seus descendentes recebem o preconceito, a discriminação, a desigualdade dentro da sociedade que ajudaram a construir” (Alves, 2011, p. 61).

Apesar das datas comemorativas, 13 de maio e 20 de novembro, o negro nunca foi reconhecido de forma igualitária se comparado aos não negros, pelo contrário, as mazelas da escravidão permanecem vivas na sociedade, a qual exclui, discrimina, nega direitos e segrega o povo negro, reflexo doloroso presente no cotidiano que se reverbera nas relações sócio raciais e corrobora para as desigualdades e injustiças sociais.

“Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avaliza a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal” (Almeida, 2018, p. 63). Com isso, as injustiças sociais se espalham, pois tais condutas corrompem as normas da socialização positiva e da salutar convivência, acarretando prejuízos que abalam a harmonia social.

Constata-se que as desigualdades, injustiças e o racismo são construções históricas na sociedade brasileira. O racismo é uma forma de preconceito discriminatório pela cor da pele ou pela origem étnica da vítima, está no país desde a chegada dos colonizadores, pois Portugal adotou e o embarcou com Cabral, além dos 400 degredados (apenados) na tripulação pelo pensamento europeu do século XV que rotulava os negros como “raça sem espírito, que não prestava e só serviam como escravos”. Tal expressão, acompanhou os africanos durante todo o período em que foram capturados, negociados, transportados em condições deploráveis nos navios Tumbeiros, em que muitos morriam principalmente por diarreia e escorbuto, e ainda eram obrigados a dormir com os cadáveres até a retirada destes para arremesso ao mar.

Os negros escravizados no Brasil, eram vendidos como animais, trabalhavam nas lavouras de cana-de-açúcar, e alguns em minas.

No Brasil, um pouco recuperados das agruras da viagem, os negros africanos eram exibidos nas lojas dos comerciantes de carne negra, amarrados uns aos outros. Às vezes eram tantos os negros que a mercadoria vazava para as ruas, onde ficava exposta à curiosidade dos compradores. Eram examinados como animais: apalpadados, dedos enfiando-se pelas bocas, procurando os dentes para adivinhar a idade ou conferir se o vendedor não mentia. Os órgãos sexuais objetos de cuidadosa inspeção, as mulheres

tendo os seios manipulados e os genitais escancarados para a avaliação da sua qualidade como objeto sexual ou como parideiras. (Chiavenato, 1980, p.106 *apud* Alves, 2011, p.52)

Além de terem amargado o sofrimento físico, também foram afetados psicologicamente, por diferenças no idioma, nos costumes, nas crenças e hábitos, visto que vinham de toda parte da África. Deviam total obediência ao Senhor que os comprou, o qual podia puni-los, negociá-los e até matá-los, situação que representava um abismo social, se comparado ao homem branco dominador. Isto representou uma mácula ou pivô que gerou revoltas com desfechos trágicos, por se transformar num tipo de perseguição de raças por tempo indeterminado, plantando destarte a semente de todos os males, as desigualdades, que afronta e perseguem os negros até então.

A exploração começava com castigos físicos, opressões e pressões psicológicas. Foram amarrados, açoitados, judiados, amordaçados e agrilhoados, frequentemente resultando em morte devido a esses tratamentos desumanos e persistentes. Além disso, eram submetidos a bolingens, estupros e uso das mulheres, incluindo virgens, como objetos sexuais. Filhos e filhas pequeninos muitas vezes eram tratados como brinquedos pela prole do Senhor.

Esses malefícios, em passos contíguos acarretaram o surgimento dos Quilombos onde os negros também foram perseguidos, capturados, torturados e mortos por determinação de Portugal, cujas medidas foram aplicadas por um longo período para garantir a exploração das riquezas de nosso país.

O desprezo pela raça negra e as barreiras sociais que lhes foram impostas vem de séculos, sem uma justificativa racional, o racismo tem história com raízes, que atravessa continentes. Por isso que, por toda essa situação desumana a qual o negro foi submetido, cada vez mais, torna-se fundamental o engajamento de toda sociedade na desconstrução do racismo e no fortalecimento e promoção de políticas públicas que visem a equidade e a democracia.

Segundo Munanga e Gomes (2005) “O racismo é um comportamento, uma ação resultante de aversão, por vezes do ódio, em relação a pessoa que possui um percentual racial observável por meios de sinais tais como: cor da pele, cabelo e etc.”

Almeida (2018, p.25), define o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam”. E discriminação é dar tratamento diferenciado em razão da raça.

A partir da promulgação da Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, impõe-se a

necessidade de estabelecer uma distinção precisa entre os conceitos de racismo e injúria racial, conforme as modificações efetuadas na Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (conhecida como Lei do Crime Racial) e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

A mencionada legislação procede à tipificação da injúria racial como uma modalidade de crime de racismo, ampliando a abrangência das condutas puníveis. Além disso, estabelece a imposição de pena de suspensão de direito em casos de racismo ocorridos no âmbito de atividades esportivas ou artísticas. Adicionalmente, a legislação prevê a imposição de pena para o racismo de natureza religiosa e recreativa, bem como para aquele praticado por funcionário público.

Através dessas reformulações, a Lei nº 14.532 almeja uma abordagem mais abrangente e rigorosa no enfrentamento das manifestações racistas em variados âmbitos da sociedade, reforçando, assim, a salvaguarda dos direitos individuais e coletivos e a promoção da equidade e da justiça dentro do arcabouço legal vigente.

Existem diversas manifestações de racismo presentes na sociedade contemporânea. A seguir, são apresentadas algumas dessas formas discriminatórias:

➤ **Racismo estrutural:** O racismo estrutural refere-se a padrões e desigualdades raciais profundamente arraigados nas estruturas sociais, econômicas e políticas, os quais exercem influência sobre diversos aspectos da vida das pessoas, tais como acesso a oportunidades de emprego, educação, moradia e cuidados de saúde. Essa forma de racismo é menos evidente, uma vez que se encontra enraizada, ou seja, cristalizada na cultura, particularmente na nossa sociedade, onde a estigmatização dos povos indígenas e negros durante o período de escravidão pelos portugueses persiste, perpetuada pelos resquícios do pensamento europeu retrógrado da época das grandes navegações. Ao longo de um extenso período histórico, foi amplamente difundida a perversa concepção recorrente de que pessoas pertencentes à comunidade negra são consideradas uma sub-raça, caracterizadas pela falta de confiabilidade e alvo de diversos estereótipos negativos.

➤ **Racismo institucional:** O racismo institucional, como decorrência do racismo estrutural, caracteriza-se pela existência de práticas discriminatórias enraizadas em instituições e sistemas, tais como leis, políticas, normas e procedimentos, que perpetuam a desigualdade com base na raça. Essa forma de racismo pode ser identificada em comportamentos altamente restritivos por parte de autoridades, órgãos públicos ou ações policiais mais rigorosas e desproporcionais direcionadas a indivíduos negros ou afrodescendentes, com foco étnico,

incluindo casos em que os perpetradores pertencem à mesma etnia ou são mestiços. Exemplos recentes incluem situações de violência e discriminação contra indivíduos negros e pobres desarmados nos Estados Unidos.

➤ **Racismo individual:** O racismo individual é caracterizado pela expressão de atitudes e comportamentos racistas por parte de indivíduos. Essa forma de racismo se manifesta por meio da prática de discriminação, preconceito e atos de ódio racial, realizados tanto por pessoas isoladas como por grupos. Trata-se de uma forma direta e manifesta de racismo, na qual ocorrem difamação, violência ou negação da igualdade com base na cor da pele ou na origem étnica.

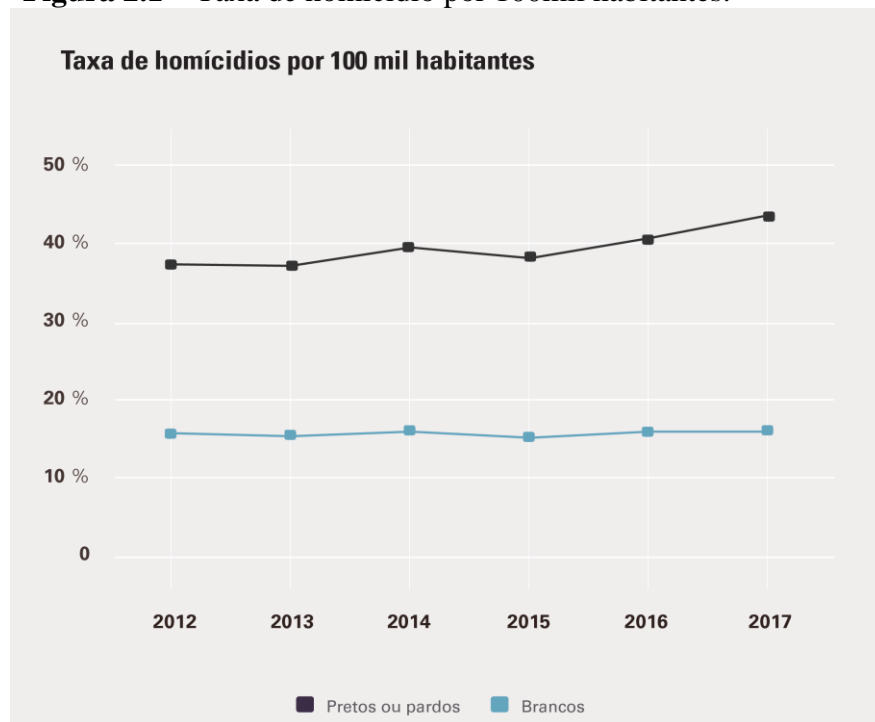
➤ **Racismo cultural:** Surge quando uma cultura é inferiorizada ou estigmatizada com base na raça, resultando em estereótipos, marginalização ou apropriação cultural.

É importante notar que essas formas de racismo muitas vezes se entrelaçam e se reforçam mutuamente, contribuindo para a perpetuação da desigualdade racial.

O racismo, considerando a sua complexidade, apresenta interligações com vários outros aspectos também negativos que afetam a harmonia social, resultantes das múltiplas relações e interações sociais atuantes entre pessoas e classes como óbices ao processo de socialização e o próprio desenvolvimento do país como um todo, uma vez que a segregação racial impossibilita o pleno exercício da cidadania e à consolidação da democracia. Nossa literatura histórica secular arrola e aponta inúmeras barreiras impostas pela intolerância, injustiças, rancores, revoltas, crimes e outros fatores de mesmo teor registrados na jurisprudência em todos os Estados.

A herança escravocrata impõe até os dias atuais, todas as formas de exclusão ao negro na sociedade, uma hierarquização social velada onde a violência impera contra a população negra, conforme revela dados exposto na Figura 1, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

Observa-se uma discrepância nas taxas de violência entre pessoas brancas e pessoas pretas, a pesquisa destaca que a população jovem é a mais afetada, e destaca ainda que “a taxa de homicídios chega a 98,5% entre pessoas pretas ou pardas de 15 a 29 anos. Entre jovens brancos na mesma faixa etária, a taxa de homicídios é de 34 por 100 mil habitantes” (IBGE, 2019).

Figura 2.1 – Taxa de homicídio por 100mil habitantes.

FONTE: IBGE, 2019a.

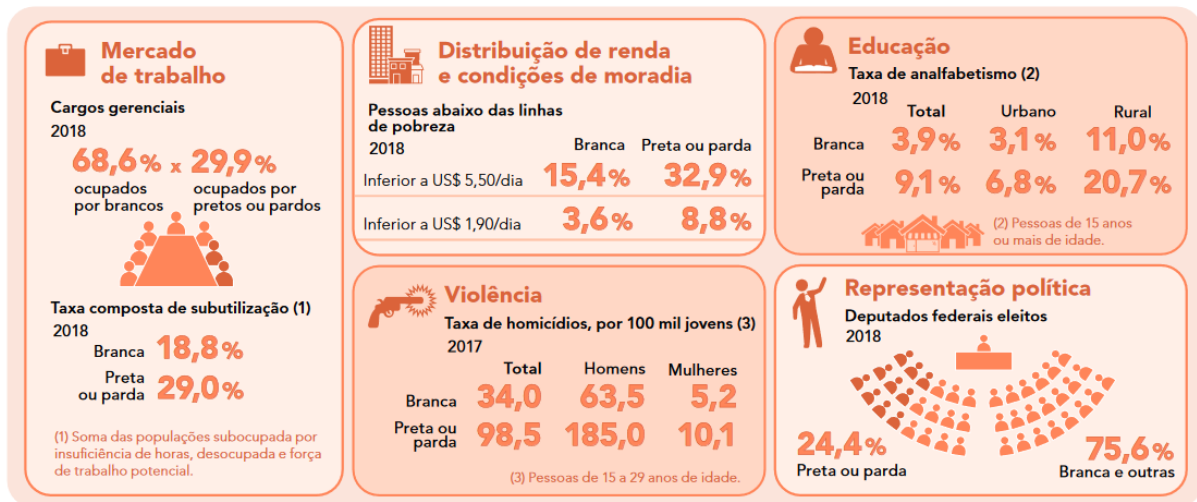
Jovem, negro e pobre. Esse é o perfil de quem geralmente morre nas mãos das forças de segurança pública do Estado. O racismo é um componente fundamental para explicar parte da violência (Santos, 2013, p. 44 *apud* Araújo, 2014, p.76).

Diariamente, boletins policiais, assim como ocorrências diversas veiculam nas mídias versando detalhadamente sobre todos os tipos de condutas imorais, ilícitas, cruéis, praticadas irrestritamente contra a sociedade, dentre elas, práticas racistas. Tais condutas, na sua maioria, atingem a população negra e seus descendentes, as vítimas potenciais são pessoas pobres, humildes, trabalhadores, crianças, mulheres, provocadas, muitas vezes, sem motivo ou por motivo fútil, sem que haja uma reação enérgica do Estado que consiga impactar e desestimular a violência que culminam em desenfreados enfrentamentos e assassinatos ceifando vidas em qualquer faixa etária, pairando o medo no nosso cotidiano, sem que haja qualquer garantia de ir e vir, direito previsto na Constituição Federal (1988), e também atribuído a todo cidadão pela Declaração dos Direitos Humanos da ONU (1948). A qualquer momento e em qualquer lugar pode ocorrer um ataque ou ocorrência, o que vem transformando a convivência social num caos, apesar das leis, a justificativa de sempre é a escalada exponencial da violência.

Na figura abaixo, composta por temas essenciais no que tange às condições de vida da população brasileira, o IBGE (2019) mapeia e apresenta de forma comparativa indicadores entre pessoas brancas e pretas. A pesquisa evidencia um retrato das desigualdades em todas as

categorias, quando comparadas pessoas de cor branca com preta ou parda.

Figura 2.2 Desigualdades sociais por cor ou raça.



FONTE: IBGE, 2019, p.1

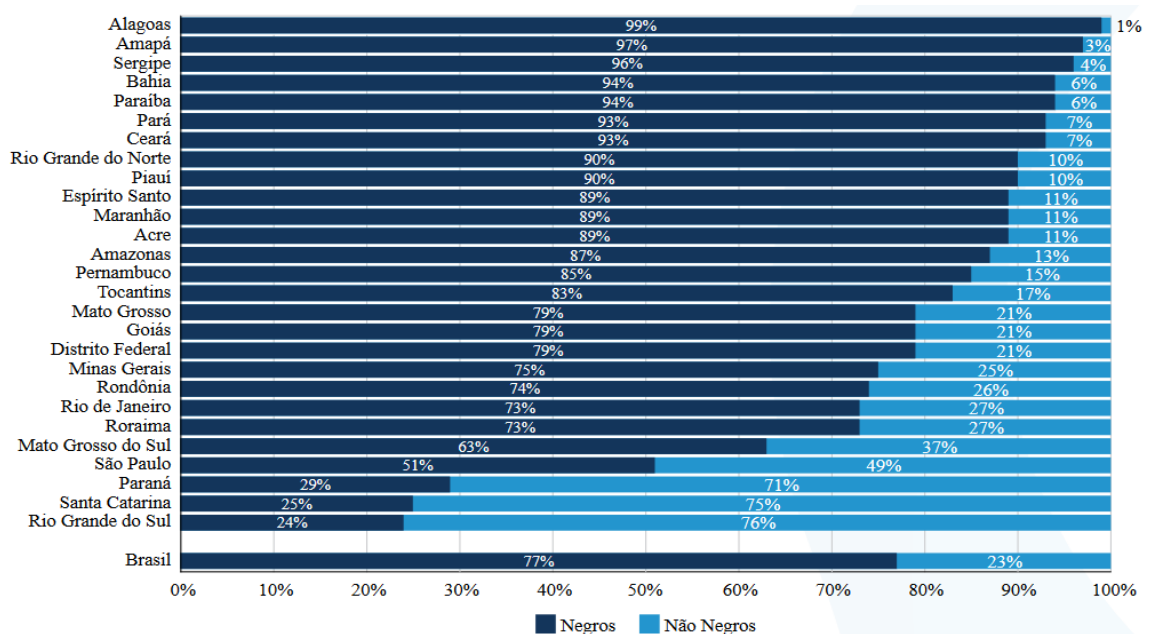
Vale destacar que majoritariamente os indivíduos que se encontram em situação de pobreza e miséria no Brasil, são de cor negra. Santos (2013 *apud* Araújo, 2014, p.76), em seu estudo sobre Direitos Humanos e práticas racistas, revela que os negros são 64% da população pobre brasileira, e 70% dos indigentes. Pereira (2008 *apud* Araújo, 2014, p.76) e Santos (2013 *apud* Araújo, 2014, p.76) são enfáticos ao afirmar que no Brasil tanto o poder, como a pobreza, tem cor.

Figura 2.3 – Proporção da taxa de homicídios entre indivíduos negros e não negros em 2019 (Atlas da Violência).



FONTE: Ipea, 2019.

Figura 2.4 Proporção de Vítimas de Homicídios por Raça/Cor e Estado em 2019 – Altas da Violência.



FONTE: Ipea, 2021, p.52.

Nesse cenário de desigualdades e violência, claramente, os indicadores sociais apresentados pelo IBGE e pelo Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstram um retrato da discriminação e do racismo que, historicamente, estão presentes nas relações sociorraciais na sociedade, ainda um vestígio vinculado de uma herança do sistema escravocrata que, embora “superado”, começou na relação senhor e escravo onde a distinção era a condição social, a qual conferia poder e dominação senhorial. Infelizmente, os

negros continuam sendo estigmatizados sob os aspectos de inferioridade, incapacidade, subalternação, vistos com desconfiança, imagem perpetuada de um sistema cruel, opressor e excludente, conforme afirma Bento e Beghin (2005, p. 195 *apud* Araújo, 2014, p.78):

As distâncias que separam negros de brancos, nos campos da educação, do mercado de trabalho ou da justiça, entre outros, são resultado não somente de discriminação ocorrida no passado, da herança do período escravistas, mas também de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios.

Com mais de um século da abolição da escravidão, apesar de algumas conquistas oriundas de Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil³, como forma de reparação histórica e inclusão, em pleno século XXI, o negro ainda permanece à margem da sociedade. A violência, as injustiças e a discriminação incidem diariamente contra população afrodescendente e contra grupos oprimidos, marginalizados, hostilizados. A mídia informa que inúmeras pessoas negras, de todas as idades, são alvo de violência muitas vezes, cometidas por aqueles que a princípio deveriam proteger a população, a polícia.

Torna-se urgente também, por meio da educação, despertar uma consciência crítica nos indivíduos voltada à valorização da cultura afro-brasileira com vistas à transformação social, desse modo, “desafie a dominação racista e promova uma ruptura com os modos tradicionais de olhar e pensar sobre a realidade, sobre os modos de construir a estética da teoria e a prática social” (Hooks, 1990, p. 625 *apud* Ribeiro, 2012, p.4). A Constituição Federal (1988), prevê:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil
IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

Art.4º, inciso VIII: repúdio ao terrorismo e ao racismo

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]

Art. 5º, inciso XLII: a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Diante de um Brasil desigual, onde o racismo e a violência imperam contra a população negra, o sociólogo Fernandes (2007, p.41) afirma: “o preconceito de cor é condenado sem reservas, como se constituísse um mal em si mesmo, mais degradante para quem pratica do que

³ O Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei n.º 12.288/2010, representa um avanço significativo dado pelo Estado brasileiro à questão da igualdade racial, assim como a Lei de Cotas no Ensino Superior e as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008.

para quem seja sua vítima”. A prática de racismo é crime inafiançável, além de previsto na Constituição Federal (1988), a Lei n.º 7.716/1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. O Art. 20, prevê a pena de reclusão de um a três anos e multa para quem “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.

Desse modo, espera-se que as leis sejam aplicadas com rigor em defesa dos direitos dos povos afrodescendentes com vistas a valorização da diversidade racial e cultural, além das leis combativas no que tange à discriminação racial. Cabe também ao Estado a implementação de ações que fortaleçam a igualdade racial, de modo que possa oportunizar ao povo negro a possibilidade de escrever uma nova história, na qual sejam protagonistas e reconhecidos como símbolo de luta, integrantes de uma sociedade com oportunidades igualitárias, sem distinção de raça, justa, democrática, livre do preconceito racial.

O combate ao racismo é uma luta de todos, por isso:

[...] somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais – e a sociedade – de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade. (Hooks, 2017, p.50)

Essa afirmação ressalta a importância de renovarmos nossa mentalidade para promover a transformação das instituições educacionais e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. É um chamado para que nossa forma de viver, ensinar e trabalhar seja permeada pela valorização da diversidade cultural, pela busca incessante pela justiça e pelo amor à liberdade. Essa renovação mental nos instiga a superar preconceitos e discriminações, abraçando a riqueza proporcionada pela pluralidade de culturas e vivendo em harmonia com a igualdade e a liberdade de todos. Por meio dessa transformação de perspectiva, é possível criar ambientes educacionais inclusivos e transformadores, que promovam o respeito mútuo, a empatia e a equidade, refletindo, assim, a alegria intrínseca que sentimos diante da diversidade cultural e o anseio por uma sociedade mais justa e livre.

Nesse contexto, torna-se essencial que a sociedade como um todo esteja consciente do impacto nocivo do racismo na vida dos cidadãos.

Torna-se imperativo pensar numa sociedade isenta de preconceitos e discriminações. Essa reconfiguração social deve ser embasada em dados estatísticos acerca da criminalidade e das deficiências educacionais, visando a identificação criteriosa de áreas demandantes de intervenção.

Para tanto, é imperativo desenvolver um modelo nacional mais positivo e, assim, fomentar as relações republicanas, por meio da oferta de programas de formação profissional voltados para suprir as necessidades regionais e nacionais, especialmente aqueles centrados na educação antirracista.

A implementação efetiva dessas ações demanda a abrangência de todo o território nacional, contando com o apoio do Estado e o respaldo dos pais ou responsáveis. É preciso, portanto, fortalecer projetos que estejam em conformidade com as novas demandas da sociedade brasileira, a fim de atender às necessidades emergentes. Dessa forma, será possível efetivar políticas educacionais que promovam a igualdade racial e contribuam para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Os povos originários, negros e afrodescendentes têm sido e continuarão a ser penalizados por um mal do qual não são responsáveis. Pelo contrário, eles foram explorados como força de trabalho e continuam a contribuir com uma rica cultura, transmitindo elementos culinários, artes e danças que enriquecem nosso patrimônio histórico e cultural.

É fundamental reconhecer e valorizar imediatamente essas contribuições, abrindo um leque de oportunidades justas para esses grupos. Além disso, a nação deve expressar gratidão pelo papel desses grupos na construção e defesa do país, mesmo diante de riscos pessoais e de perdas trágicas e dolorosas. A magnitude desse sofrimento não pode ser reparada por meio de compensações financeiras, pois vai além de uma simples quantificação. Portanto, merecem ser dignamente reconhecidos enquanto povo integrante de uma sociedade de identidade única.

Será que os indivíduos privilegiados, especialmente aqueles que possuem vantagens socioeconômicas e são predominantemente brancos, ainda sustentam a convicção de que as pessoas pertencentes às comunidades negra e indígena são limitadas ao trabalho braçal? Essa condição é profundamente problemática e merece uma análise crítica. No entanto, é possível observar um fenômeno significativo: informações reais e estratégicas estão sendo disseminadas de forma cada vez mais abrangente entre os estratos sociais menos favorecidos, indicando uma possível erosão do poder da minoria dominante que ocupa o topo da estrutura social e detém a maior parte das riquezas nacionais. Esse contexto pode ser atribuído ao surgimento de uma consciência crescente e reativa diante das injustiças sociais vivenciadas por esses grupos historicamente marginalizados.

2.1 Lutas e conquistas da população negra

A trajetória histórica das formas de resistência e de luta contra o racismo está diretamente ligada aos movimentos sociais. Diante das injustiças e violência vivenciadas, o Movimento Negro, surge na busca por direitos e igualdade para as comunidades afrodescendentes. Nesse contexto, destaca-se a Abolição da Escravatura nas nações americanas como uma das conquistas mais emblemáticas. Karasch (2000, p. 398) afirma que “A luta pela liberdade não se resume à narrativa de uma ou duas revoltas de escravos; o processo era bem complexo e envolvia muitas formas deserção e resistência física”.

Ao longo do tempo, em diferentes contextos, constata-se conquistas históricas decorrentes da árdua atuação de seus protagonistas, sendo os mais conhecidos Zumbi dos Palmares, Dandara dos Palmares e Ganga Zumba.

A Abolição da Escravatura, representa uma das grandes conquistas, um marco na história, mas as mazelas desse período persistem até os dias atuais, exigindo novas lutas e resistência da população negra no combate à discriminação, preconceito e desigualdade social.

Após a abolição da escravidão no Brasil em 1888, os povos negros enfrentaram desafios significativos na busca por igualdade e integração social. No Rio de Janeiro, a cidade foi um importante centro durante a escravidão, a situação dos negros também refletiu essas realidades. Dentre alguns aspectos notáveis incluem:

- **Abandono sem recursos:** Muitos ex-escravizados foram deixados sem-terra, recursos financeiros ou oportunidades de emprego após a abolição, contribuindo para a persistência da pobreza e marginalização.

- **Criação de favelas:** A ausência de políticas eficazes de inclusão social levou à formação de favelas, onde muitos negros acabaram vivendo em condições precárias, enfrentando falta de infraestrutura e acesso a serviços básicos. No Rio de Janeiro, surge o Morro da Providência como sendo a primeira favela. Com a lei do ventre livre em 1871, a cidade do Rio se encheu de ex-escravos em busca de trabalho. Nessa época começam a surgir uma grande quantidade de cortiços na região Central [...], mas foi com a total abolição da escravatura que a cidade ficou cheia e sem ter moradias para todos [...], o Morro da Providência⁴ se tornou o local ideal para abrigar as famílias de baixa renda (Carvalho (2015)

⁴ Carvalho, Janaína. Conheça a história da 1ª favela do Rio, criada há quase 120 anos: Morro da Providência foi ocupado por combatentes e ex-escravos em 1897. Cidade faz 450 e tem grande parte da população vivendo em comunidades. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html>

- **Discriminação racial persistente:** A discriminação racial continuou a ser uma realidade, limitando o acesso dos negros a oportunidades educacionais, empregos dignos e participação plena na sociedade.
- **Resistência e movimentos sociais:** Apesar dos desafios, a resistência persistiu. Movimentos sociais e lideranças negras emergiram para lutar por direitos civis, igualdade racial e reconhecimento da contribuição afro-brasileira para a cultura e sociedade.
- **Avanços e /ou desenvolvimentos legislativos:** Avanços legislativos ocorreram ao longo do tempo, embora lentamente e de forma recente, como a criação de leis contra o racismo e a implementação de políticas de ação afirmativa, incluindo cotas nas universidades para promover a igualdade de oportunidades.
- **Crescimento da consciência racial:** Ao longo das décadas, houve um aumento na consciência racial, com a sociedade reconhecendo mais amplamente a importância de combater o racismo e promover a igualdade.
- **Fortalecimento da cultura afro-brasileira:** O fortalecimento da cultura afro-brasileira foi uma resposta positiva às adversidades, com o reconhecimento e celebração das tradições, religiões e contribuições dos povos negros para a identidade nacional.
- **Desafios contemporâneos:** Apesar dos avanços, desafios contemporâneos persistem, incluindo disparidades socioeconômicas, violência policial, representação política limitada e a necessidade contínua de enfrentar o racismo estrutural.

É importante notar que a situação dos povos negros no Rio de Janeiro e no Brasil é dinâmica e multifacetada, com progressos e desafios coexistindo. A luta por igualdade e justiça racial continua sendo uma questão central na sociedade brasileira.

Ao longo da história, várias leis foram implementadas no Brasil que visavam controlar e punir os ex-escravizados, perpetuando práticas discriminatórias e de exclusão, limitando sua liberdade. Dentre as quais, estão algumas que merecem destaque:

- **Lei de Terras (1850):** após a Lei de Terras de 1850, os ex-escravizados tinham dificuldades em adquirir terras, uma vez que a legislação favorecia grandes propriedades e não oferecia apoio significativo à integração dessas pessoas na sociedade.
- **Lei do Ventre Livre (1871):** embora destinada aos filhos de escravizados nascidos após a promulgação da lei, o Ventre Livre não concedia liberdade imediata a essas crianças e estabelecia condições sob as quais permaneceriam sob tutela do senhor até certa idade.

- **Lei dos Sexagenários (1885):** conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, concedia liberdade aos escravizados com mais de 60 anos, mas sem providenciar qualquer apoio efetivo para sua integração na sociedade ou acesso à terra e recursos.
- **Lei Áurea (1888):** embora tenha abolido a escravidão, a Lei Áurea não foi acompanhada por políticas de integração e inserção social dos ex-escravizados, deixando-os muitas vezes em situações de extrema vulnerabilidade econômica.
- **Lei da Vadiagem (1890):** durante a Primeira República, foi promulgada a Lei da Vadiagem, que autorizava a prisão de pessoas consideradas vadias, incluindo ex-escravizados recém-libertos. Isso levou a prisões arbitrárias e ao trabalho forçado.
- **Código Penal de 1890:** o Código Penal de 1890 incluía disposições que criminalizavam práticas culturais associadas aos afro-brasileiros, como capoeira, sob a justificativa de que eram atividades criminosas e subversivas.
- **Código Penal de 1940:** o Código Penal de 1940 manteve dispositivos que criminalizavam práticas culturais afro-brasileiras, embora algumas dessas proibições tenham sido revogadas mais tarde.

Tendo em vista um cenário desigual, no qual a população negra, mesmo na condição de livres, após a Abolição, continuavam perseguidos e desamparados, inclusive pelo Estado. Esse contexto, ilustra a constante luta contra o racismo e novas conquistas são obtidas. Oliveira (2022, p.2) enfatiza que “o sofrimento nasce o movimento de luta por liberdade e justiça social e, desde então, batalha-se por conquistas de direitos”

Visto que a população negra desde sempre esteve lutou por reconhecimento e igualdade, faz-se necessário compreender as lutas passadas e reconhecer as conquistas alcançadas, as quais são fruto de muita resistência e oferecem percepções valiosas no que tange a força e a resiliência desse povo. São lutas significativas e que marcam a história dos povos negros tanto no período colonial quanto nos tempos contemporâneos. Algumas merecem destaques, incluindo legislação importante, conforme tabela abaixo:

Tabela 2.1 – Movimento, luta e conquista do povo negro.

LEI E/ OU MOVIMENTO	ANO	LUTA	CONQUISTA
Abolição da Escravidão	1888	Resistência dos escravizados, revoltas, formação de quilombos e ativismo abolicionista.	A Lei Áurea, em 1888, que aboliu oficialmente a escravidão no Brasil
Movimento pelos Direitos Civis	1920-1930	Movimento negro no Rio de Janeiro, liderado por figuras como Abdias do Nascimento, contra a discriminação racial.	Conquista: Criação do Teatro Experimental do Negro (1944), importante espaço cultural e político que buscava promover a igualdade racial.
Lei Afonso Arinos	1951	Ativismo contra a discriminação racial.	A Lei Afonso Arinos, que criminalizou atos de discriminação racial no Brasil, representando um marco importante no combate ao racismo
Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial	1970	Organização do movimento negro para combater o racismo sistêmico.	A mobilização resultou em avanços significativos, incluindo a instituição do Dia da Consciência Negra (20 de novembro) como feriado municipal em várias cidades brasileiras.
Constituição	1988	Participação ativa do movimento negro na elaboração da nova Constituição após o regime militar	Inclusão de dispositivos que visam combater a discriminação racial e promover a igualdade, como a criminalização do racismo e a instituição de políticas de ação afirmativa.
Lei Caó Lei 7.716/1989 –	1989	Combate à discriminação racial	A Lei Caó, como é conhecida, tornou crime a prática de discriminação racial e estabeleceu penas para quem cometer atos de racismo.
Cotas nas Universidades (Lei 12.711/2012):	2012	Debate sobre a necessidade de ações afirmativas para promover a igualdade de oportunidades.	A Lei de Cotas reservou parte das vagas nas universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas, negros, pardos e indígenas
Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010)	2010	Mobilização por políticas que endereçassem as desigualdades raciais.	O Estatuto da Igualdade Racial consolidou diretrizes para a promoção da igualdade racial, reconhecendo a necessidade de políticas públicas específicas
Decisões Judiciais sobre Racismo e Homofobia	2019	Ativismo judicial para reconhecimento de crimes de racismo contra a comunidade LGBTQIA+.	O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é equiparada ao crime de racismo.
Educação para as Relações Étnico-Raciais (Lei 10.639/2003):	2003	Mobilização pelo reconhecimento e ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas.	A lei tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, buscando combater estereótipos e promover a valorização da diversidade
Lei n.º 12.990/2014	2014	Busca corrigir desigualdades históricas enfrentadas pela população negra no Brasil, proporcionando oportunidades para grupos marginalizados e promovendo justiça social para a construção de uma sociedade mais equitativa.	Instituiu a reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Federal

FONTE: A Autora, 2023.

Com base no exposto, pode-se afirmar que o Movimento Negro, ao longo de sua trajetória, emerge como um testemunho da resiliência e determinação das comunidades afrodescendentes na resistência a sistemáticas opressões, na reivindicação de seus direitos e na contribuição para a edificação de sociedades mais justas e igualitárias.

Nesse cenário de luta do movimento negro, as escolas exercem o papel de problematizar o currículo, refletindo sobre a diversidade dos grupos sociais e a importância da igualdade de direitos e oportunidades. Assim, a escola assume uma função na sociedade, tendo sua parcela de responsabilidade na luta por justiça social. (Oliveira, 2022, p.2)

A trajetória histórica das formas de resistência e luta contra o racismo, especialmente, no contexto do Movimento Negro, revela um contexto no qual a história e cultura povo negro deverá ser reconhecida e valorizada, sob as diversas dimensões, política, social e cultural, assim como discussões no campo de pesquisa devem ser exploradas, nas diversas áreas do conhecimento, bem como, no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sublinhando a promoção da igualdade de oportunidades e combate às disparidades sociais, incluindo a questão racial. Há um leque de opções em relação às pesquisas na EPT, as quais poderão se dedicar às Desigualdades Educacionais e Sociais, investigando como essas desigualdades se refletem no acesso e na participação de estudantes afrodescendentes em programas educacionais profissionais e tecnológicos.

Outros aspectos poderão ser relevantes no campo da pesquisa, como: as *Políticas de Ação Afirmativa e Inclusão a EPT*, estas poderão examinar o impacto dessas políticas na inclusão de estudantes negros e pardos em cursos técnicos e tecnológicos; *desafios e oportunidades*, nesse aspecto torna-se possível realizar uma análise dos desafios contemporâneos, como a persistência de disparidades socioeconômicas e o racismo estrutural, oferece oportunidades para a pesquisa em EPT propor estratégias e abordagens pedagógicas que enfrentem essas questões de forma eficaz; *participação de lideranças negras na EPT*, cabe destacar lideranças negras notáveis e identificar como Zumbi dos Palmares pode inspirar pesquisas sobre a representatividade e participação de profissionais negros em posições de liderança dentro das instituições de EPT; *currículo reflexivo e inclusivo*, incluindo a trajetória do Movimento Negro e destacando a importância de um currículo reflexivo e inclusivo, nesse aspecto, pesquisas em EPT podem investigar como os currículos são desenhados para abordar questões relacionadas ao racismo e promover uma educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial, aqui enxerga-se a implementação efetiva da Lei 10.639/2003;

resiliência e empoderamento, ao abordar a resiliência e determinação evidenciadas na história do Movimento Negro, poderão ser exploradas como elementos que contribuem para o empoderamento dos estudantes afrodescendentes na EPT. Aqui pesquisas podem investigar como práticas educacionais podem fortalecer a autoestima e o protagonismo desses estudantes negros e, por último, enfatizar a valorização da cultura afro-brasileira, tendo ponto focal os resultados positivos da resistência e as implicações diretas na educação. Pesquisas também podem explorar como as instituições de EPT incorporam e promovem a cultura afro-brasileira em seus currículos, fomentando o respeito à diversidade cultural.

Dessa forma, a trajetória do Movimento Negro não apenas enriquece o entendimento da história do Brasil, mas também oferece inúmeras oportunidades para a pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica, as quais podem contribuir para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas, igualitárias e culturalmente sensíveis no campo da EPT, alinhando-se aos princípios de justiça social e equidade educacional.

A inclusão dessa perspectiva na formação de guias de turismo torna-se fundamental, pois permite que esses profissionais, na sua atuação, nos diversos segmentos, seja ele, o turismo ecológico, gastronômico, Turismo de Negócios e Corporativo, seja ele, turismo de entretenimento, histórico, cultural, compreendam e transmitam aos turistas a riqueza cultural, histórica e social das comunidades afrodescendentes. Ao abordar aspectos como a resistência contra o racismo, a contribuição para a identidade nacional e a influência na formação da sociedade brasileira, os guias de turismo podem desempenhar um papel significativo na desconstrução de estereótipos e na promoção de um turismo mais inclusivo.

A atuação consciente implica não apenas na transmissão de informações precisas, mas também na consideração ética e respeitosa das narrativas culturais. A criticidade no exercício da profissão é essencial para questionar estereótipos, promover a diversidade e confrontar eventuais formas de discriminação que possam surgir durante as atividades turísticas.

Além disso, a responsabilidade associada a uma atuação profissional engajada na compreensão da cultura e história do povo negro se reflete na capacidade de contribuir para uma experiência turística enriquecedora e, ao mesmo tempo, respeitosa e ética. Isso implica em considerar os impactos socioculturais do turismo nas comunidades visitadas e buscar práticas que promovam a preservação e valorização da identidade local.

Dessa forma, a formação dos discentes do curso técnico em Guia de Turismo torna-se um campo propício para o desenvolvimento de profissionais capazes de atuar não apenas como transmissores de informações turísticas, mas como agentes ativos na promoção do respeito à

diversidade cultural e na construção de um turismo mais consciente e inclusivo. Essa abordagem não apenas enriquece o conhecimento dos alunos, mas também contribui para uma prática profissional mais ética, alinhada aos princípios de valorização da diversidade e combate ao racismo.

Nessa perspectiva, a educação aparece na base das estruturas sociais, visto que o conhecimento seja sistemático ou assistemático, interiorizado, torna o indivíduo um agente de desenvolvimento e defesa pela consciência crítica e positiva da realidade. Por isso, o combate ao racismo e outros problemas na sociedade relacionados à exclusão social, a educação torna-se um elemento central como um instrumento de transformação de mentes e atitudes visando uma sociedade mais democrática.

2.2 O papel da escola na desconstrução do racismo

A Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (2013):

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, [...]

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Nesse sentido, a escola enquanto instituição social e comprometida na formação do aluno para o pleno exercício da cidadania, possui um papel primordial e transformador na sociedade.

Tendo em vista a diversidade encontrada no ambiente escolar, cotidianamente práticas racistas são reproduzidas, bem como brincadeiras, apelidos, ofensas verbais e físicas; algumas dessas manifestações tidas como “naturalizadas” em nossa sociedade, infelizmente, são atitudes que correspondem a perpetuação de uma herança histórica de discriminação e exclusão.

Almeida (2018, p. 59) afirma que:

O fato de parte expressiva da sociedade considerar ofensas raciais como ‘piadas’, como parte de um suposto espírito irreverente que grassa na cultura popular em virtude da democracia racial, é o tipo de argumento necessário para que o judiciário e o sistema de justiça em geral resista em reconhecer casos de racismo, e que se

considerem racionalmente neutros.

Ao considerar as ofensas raciais como meras brincadeiras, negligencia-se o impacto e a perpetuação de estereótipos e hierarquias raciais, bem como os danos psicológicos e sociais infligidos às vítimas. Essa perspectiva distorcida compromete a legitimidade das lutas antirracistas e dificulta o avanço na promoção da igualdade de direitos e oportunidades.

É imprescindível que o judiciário e o sistema de justiça estejam plenamente conscientes da importância de reconhecer e combater todas as formas de racismo, inclusive aquelas que se manifestam de maneira sutil e aparentemente inofensiva. Essa conscientização é fundamental para garantir a proteção dos direitos das pessoas e promover a justiça social. Tal empreendimento requer a adoção de uma abordagem sensível e atenta às dinâmicas raciais, superando visões que minimizam ou negam a existência do racismo e suas consequências prejudiciais para a sociedade como um todo.

O Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – NUPIER, afirma que:

O racismo estrutural não diz respeito a ato discriminatório isolado (como xingar pejorativamente alguém por conta da cor da sua pele) ou até mesmo a um conjunto de atos dessa natureza. Ele representa um processo histórico em que condições de desvantagens e privilégios a determinados grupos étnico-raciais são reproduzidos nos âmbitos políticos, econômicos, culturais e até mesmo nas relações cotidianas. (Ministério Público do Paraná, 2023)

O racismo estrutural não se resume a atos discriminatórios individuais, mas é um processo histórico que reproduz desvantagens e privilégios para certos grupos étnico-raciais em diversas esferas da sociedade. Ele está enraizado nas instituições, normas sociais e práticas arraigadas, perpetuando a desigualdade sistemática. O racismo estrutural opera de forma implícita e inconsciente, moldando oportunidades, acesso a recursos, poder e status com base na raça. Para combatê-lo, é necessária uma análise crítica das estruturas sociais e das dinâmicas históricas que o sustentam, visando uma sociedade mais justa e equitativa para todos, independentemente de sua raça ou origem étnica. Ressalta ainda que:

A perversa e ilícita herança discriminatória da escravidão, que normalizou relações com base na ideia de inferioridade dos negros e indígenas, em conjunto com a falta de medidas e ações que integrassem os negros e indígenas na sociedade, como políticas de assistência social ou de inclusão racial no mercado de trabalho, gerou o que se entende por racismo estrutural, ou seja, um tipo de discriminação racial enraizado e por vezes invisibilizado na sociedade. (Ministério Público do Paraná, 2023)

Nessa perspectiva, considerando a responsabilidade social da escola, cabe à mesma

promover ações pedagógicas sob múltiplas abordagens e perspectivas com a finalidade de valorizar as diferenças de cada povo. Faz-se necessário incluir em suas *práxis* debates sobre a exclusão, discriminação, preconceito e a segregação, que despertem uma consciência crítica nos indivíduos, agregando valores da cultura afro-brasileira e o pertencimento étnico-racial. Tendo em vista que o Brasil é um país multirracial, acredita-se que dessa forma, além de promover o respeito mútuo entre as pessoas, também serão silenciadas vozes racistas para além da escola.

É papel da escola inserir-se na luta antirracista e propor no seu fazer pedagógico conteúdos que abranjam temas como a discriminação, a igualdade racial e a valorização da cultura afro-brasileira, sendo relevantes políticas que incentivem estas práticas, como a prevista na Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, a qual determina a inserção do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira nos sistemas de ensino, assim como o desenvolvimento de ações educativas que promovam a desconstrução de visões e práticas discriminatórias a fim de despertar à conscientização dos indivíduos sobre a importância de viver numa sociedade plural harmonicamente.

No contexto das desigualdades étnico raciais, as políticas afirmativas devem ser protagonistas e dialogar com estratégias que visem à promoção da igualdade racial, tornando fundamental difundir as conquistas do povo negro, pois a escola também tem uma dívida histórica com a população negra. O acesso à escola pública foi negado pela Lei número 1, de 14 de janeiro de 1837, conforme consta na regulamentação: “São proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (Fonseca, 2002, p. 12 *apud* Passos, 2012, p. 139).

Percebe-se que historicamente o povo negro sempre esteve limitado a um cenário de exclusão, apesar das ações afirmativas terem sido implantadas no Brasil como forma de reparação histórica para a população negra. Após a abolição da escravidão, nenhuma política inclusiva foi elaborada, deixando os ex-escravizados à margem da sociedade. Em pleno século XXI, o Brasil é um país onde impera o preconceito, a discriminação e a exclusão social, nesse sentido, faz-se necessário a manutenção dessas ações afirmativas, bem como, o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas no Ensino Superior, e as Leis n.º 10.639/2003 e 11.645, de 10 de março de 2008. Em 2014, a Lei n.º 12.990 instituiu a reserva de 20% das vagas no serviço público federal para a população negra. Santos (p.31, 2014) afirma que “o sistema de cotas é o resultado de uma árdua luta contra a falta de oportunidades e de políticas públicas coerentes

que visem combater as desigualdades tão arraigadas no nosso país”. Para além dessas legislações, se faz necessário pensar e lutar coletivamente em outras ações antidiscriminatórias e inclusivas.

Nessa perspectiva, a escola deve ser um palco de debate que, como espaço de aprendizagem, tem um papel central em reconhecer a diversidade étnica e cultural como parte da identidade nacional, articular conteúdos e/ou práticas, propiciar ao aluno conhecimentos e compreensão sobre manifestações de injustiças e desigualdades decorrentes do preconceito e da discriminação e apontar caminhos para a transformação.

Se é verdade que políticas de promoção da igualdade racial podem diminuir as taxas de desigualdades entre negros e brancos, atacando a discriminação, não podemos esquecer que é preciso atacar com a mesma intensidade a raiz do problema, isto é, o racismo e o preconceito. Neste campo, não será demais lembrar que apenas a educação pode mudar valores, contribuindo para a valorização da diversidade e a construção de um senso de respeito recíproco entre os grupos que conformam esta rica geografia de identidades culturais denominada Brasil. (Werthein, 2002, p. 10)

A educação das relações étnico-raciais é o caminho para a mudança de atitudes e consciências, para que juntos, sem distinção de cor, todos possam construir uma nação plural, democrática, inclusiva. Segundo o patrono da educação, o educador e filósofo Paulo Freire, a “educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”.

2.3 Bibliotecas escolares e educação antirracista: uma contribuição à formação integral no Colégio Pedro II

Na sociedade atual, o racismo persiste com força, promovendo desigualdades e injustiças, as quais impactam diretamente nas interações humanas. Nesse contexto, a implementação de uma educação antirracista emerge de forma premente, não apenas como meio de confrontar práticas discriminatórias, mas também como instrumento propulsor da valorização da diversidade cultural. Dentro desse escopo, a instituição de ensino, comprometida com a formação integral dos indivíduos enquanto cidadãos e, considerando a missão do Colégio Pedro II, que expressa o compromisso de formar “pessoas capazes de intervir de forma responsável na sociedade”⁵. Notadamente, este ambiente, configura-se como propício para a

⁵ Colégio Pedro II. Missão, Visão e Valores. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/cpii/missao.html#:~:text=Promover%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20excel%C3%Aancia,de%20forma%20respons%C3%A1vel%20na%20sociedade>

desconstrução de estereótipos e preconceitos. Freire (1996, p. 30) afirma que “[...] ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”.

Com base nessa perspectiva, torna-se essencial a compreensão desse princípio para a reflexão sobre a natureza complexa e interativa da existência humana, reforçando a importância de uma postura engajada, consciente no processo de construção de significados, posicionamentos e relações, sendo inaceitável a neutralidade diante das relações e questões sociais impregnadas de contradições que emergem na sociedade, afetando as relações republicanas.

Diante do exposto, torna-se possível estabelecer um diálogo entre o pensamento Freireano e a urgência de adotar uma postura de confronto no enfrentamento do racismo, fenômeno que, segundo Bourdieu (2010 *apud* Damasceno, 2021, p.7), é uma forma de violência simbólica, a qual se manifesta por meio de diversas modalidades, caracterizando-se como uma “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente do desconhecimento”. Nesse contexto, a neutralidade se revela inadequada diante das complexas relações sociais e das questões raciais presentes na sociedade, as quais têm contribuído significativamente para a perpetuação das desigualdades e da discriminação.

A violência simbólica mencionada e o racismo vivenciados pelo povo negro na sociedade brasileira afetam os indivíduos de todas as formas, tanto fisicamente quanto psicologicamente. Segundo Damasceno (2021, p.7 *apud* Schinestsck, 2018, p. 27) “a perpetuação do poder simbólico está incorporada no próprio imaginário coletivo. São forças produzidas e reproduzidas pelas estruturas, reafirmando as posições na hierarquia e superioridade entre indivíduos ” (Schinestsck, 2018, p. 27 *apud* Damasceno, 2021, p.7), o que corrobora para situações racistas que acabam sendo “naturalizadas” e socialmente aceitas. Nesse sentido, Ribeiro (2019, p. 13) destaca que “a prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas ”.

A Constituição Federal (1988), por meio do Inciso XLII do Artigo 5º, estabelece que o crime de racismo é uma dessas formas de violação dos direitos e liberdades individuais e, dessa maneira, “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

O embasamento teórico deste estudo baseia-se em diversas áreas do conhecimento, bem como, pedagogia, educação, biblioteconomia, antropologia, ciências sociais e autores, os quais incluem: Bell Hooks, Paulo Freire; Hélio Hintze; Mikhail Bakunin; Kabengele Munanga;

Waldomiro Vergueiro; Simone da Rocha Weitzel; Jessé Souza; Florestan Fernandes; Djamila Ribeiro, Pierre Bourdieu; Mario Alighiero Manacorda; Maria Ciavatta; Marise Ramos, e Gaudêncio Frigotto, dentre outros.

A presente estudo, devolvido no âmbito do PROFEPT, tem como objetivo propor a implementação de uma educação antirracista, através da biblioteca escolar, visando enriquecer a formação e atuação profissional dos guias de turismo, a partir da valorização da cultura, resgate histórico dos povos afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro, divulgando espaços como a Pequena África, na região central. Munanga (2005, p.16, grifo nosso) ressalta que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. **Ela pertence a todos**, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Nesse contexto, especificamente, busca-se explorar o potencial da biblioteca escolar que, através de seus recursos informacionais, poderá contribuir para esse propósito, para que os discentes do curso Técnico em Guia de Turismo do Campus Humaitá II do Colégio Pedro II possam atuar de maneira crítica e reflexiva.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB, 9394/96), artigo 1º, segundo parágrafo determina que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. A Resolução Nº 6, de 20 De setembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Capítulo II – dentre os princípios Norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio estão:

III - Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - Articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico.

A relevância dessa perspectiva de formação humana para os guias de turismo é evidenciada pela necessidade de capacitá-los não apenas sob o ponto de vista técnico, mas também enquanto agentes críticos e engajados na promoção da equidade social. A atuação dos guias de turismo transcende o simples papel de informar sobre pontos turísticos; ela deve ser

guiada por um entendimento profundo da diversidade cultural, incluindo a história e a contribuição significativa do povo negro na construção da sociedade brasileira. Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005, p. 85) enfatizaram que:

Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.

Nessa afirmação, os autores reforçam o direito a uma formação integral que proporcione a leitura crítica do mundo e habilidades para atuarem como cidadãos plenos em sua sociedade.

No contexto educacional, a biblioteca escolar é internacionalmente reconhecida como um espaço propício para o desenvolvimento do pensamento crítico e promoção do desenvolvimento humanitário. O bibliotecário, profissional responsável pela condução desse espaço, desempenha um papel central na busca pelos objetivos educacionais. Para além das suas obrigações internas nas instituições, pauta-se pelo Código de Ética Profissional do Bibliotecário⁶, cujo Artigo 2º, presente na Seção II, destaca, entre os deveres dos bibliotecários, a necessidade de "contribuir, tanto como cidadão quanto como profissional, para o contínuo desenvolvimento da sociedade e dos princípios legais que regem o país." Além disso, o profissional orienta suas práticas pela missão estabelecida por organizações internacionais de renome, a exemplo da UNESCO, alinhando-se, assim, a preceitos globalmente reconhecidos. Essa dimensão ética e responsável destaca a importância da biblioteca como um agente ativo na formação integral dos indivíduos, corroborando com os objetivos da pesquisa.

A Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou a Agenda 2030, que consiste em um plano de ação global que reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, criados para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que o nosso planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações. Alguns dos objetivos da Agenda 2030 vão de encontro dos objetivos das bibliotecas escolares e com a missão do Colégio Pedro II, e contribuem para a melhoria da educação e com o desenvolvimento sustentável:

Objetivo 4 – Educação de qualidade

⁶ Resolução CFB nº 207/2018. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Disponível em: <https://cfb.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Co%CC%81digo-de-E%CC%81tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf>.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

[...]

Objetivo 10 - Redução das desigualdades

Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.

Nesse contexto, torna-se possível reconhecer a congruência entre os objetivos delineados na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e as responsabilidades inerentes ao papel do bibliotecário, assim como a missão desempenhada pela biblioteca. Dessa maneira, destaca-se a urgência de abordar o racismo como uma das questões prementes em nossa sociedade.

As Diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (IFLA/UNESCO) destaca a missão das bibliotecas escolares:

A biblioteca escolar propicia informação e ideias que são fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na sociedade atual, cada vez mais baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar habilita os alunos para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis. (IFLA/UNESCO, 2005, p.4)

A biblioteca escolar encontra-se alinhada à missão do Colégio Pedro II, a qual se compromete em “promover a educação de excelência, pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, formando pessoas capazes de intervir de forma responsável na sociedade”, conforme o Projeto Político Pedagógico Institucional Colégio Pedro II:

As ações pedagógicas pretendem garantir aos estudantes a produção e a apropriação de conhecimentos, o exercício da cidadania, o acesso à pluralidade cultural, possibilitando-lhes não apenas vivenciar as transformações do mundo, como também atuar de maneira singular e criativa, com responsabilidade e postura crítica, na perspectiva da construção. Sendo assim, considerando a Lei 10.639/0351, a Lei

11.645/0852 e a Lei 11.340/0653 integram o currículo: valorização da diversidade cultural, social, étnico-racial, sexual e de gênero; combate às desigualdades de classe, ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia. (Coégio Pedro II, 2020, p. 71)

Torna-se evidente que a integração da biblioteca, por meio de seus recursos informacionais, à proposta de educação antirracista, com foco na valorização da cultura afro-brasileira para a formação e atuação profissional dos alunos do Curso Técnico em Guia de Turismo, constituirá um trabalho relevante tanto para a comunidade escolar quanto para a sociedade em geral. Isso se justifica pelo fato de que os estudantes, ao conscientizarem-se de seu papel, desenvolverão um posicionamento crítico diante das questões raciais, as quais, muitas vezes são naturalizadas na sociedade.

De acordo com Silva, Souza e Moraes (p.2, 1999 *apud* Amaral, 2013, p. 21) “a função cultural da biblioteca tem por objetivo formar o cidadão crítico da cultura, estimulando sua criatividade, reflexão, expressão e senso crítico”. Por isso, a cultura deve ser trabalhada na escola.

Considerando um dos objetivos desse estudo, propõe-se também contribuir para a bibliografia básica do Curso em Guia de Turismo a inserção de temas que abranjam a valorização da cultura afrodescendente relacionadas às atividades turísticas na cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma:

As coleções passaram, então, a ser um produto resultante das necessidades institucionais e, conseqüentemente, de seus clientes internos e externos. Aquele modelo de bibliotecas centrado no armazenamento para fins de preservação do conhecimento, deu lugar a novo modelo baseado no acesso às informações de interesse a partir de estoque ilimitado de conhecimento. (Evans, 2000; Rowley; Vergueiro, 1997, p. 101 *apud* Wetzel, 2002).

As narrativas turísticas a partir de conhecimentos voltados à valorização da cultura afro-brasileira não apenas aprimoram a experiência dos visitantes, mas também desempenham um papel essencial na conscientização sobre a importância histórica da Pequena África⁷. Ao conduzir *tours* por esse território, os guias têm a oportunidade não só de compartilhar

⁷ “Pequena África” é o apelido dado pelo sambista Heitor dos Prazeres (1898-1966) à área abrangida pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, na zona portuária do Rio de Janeiro. Ocupada por uma população majoritariamente negra, a região foi recentemente apontada pela revista TimeOut de Londres como uma das mais “descoladas” do mundo, com bares charmosos e lugares fascinantes como o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos e a Pedra do Sal, cuja história está intimamente ligada ao tráfico transatlântico de escravizados, à diáspora africana e ao nascimento do samba. Fonte: RioTur- https://riotur.rio/que_fazer/pequena-africa/#:~:text=%E2%80%9CPequena%20%C3%81frica%E2%80%9D%20%C3%A9%20o%20apelido,portu%C3%A1ria%20do%20Rio%20de%20Janeiro

informações que transcendem a visão convencional do turismo, mas também de destacar a relevância histórica dessa localidade na formação da identidade afro-brasileira. Ao contextualizar elementos históricos e culturais, os profissionais contribuem para a desconstrução de estereótipos, promovendo uma compreensão mais profunda da diversidade étnica brasileira.

Dessa forma, a atuação dos guias de turismo, embasada em informações provenientes do acervo étnico-racial da biblioteca, assume um papel de destaque na promoção da educação antirracista, especialmente na região da Pequena África, visto que a formação dos guias na categoria regional inclui essa região como sendo um dos espaços com possibilidade de desenvolvimento da atividade turística. Este espaço, conforme já mencionado, remonta à presença e às expressivas contribuições da comunidade afrodescendente ao longo do tempo. A integração da Pequena África nas práticas educacionais dos guias não apenas enriquece a experiência turística, mas também reforça o valor histórico e cultural desse local, desafiando narrativas eurocêntricas e combatendo a invisibilidade do legado afro-brasileiro.

A utilização do acervo étnico-racial da biblioteca como fonte de conhecimento confere aos guias subsídios valiosos para enriquecer sua atuação profissional com elementos históricos, culturais e étnicos pertinentes, uma vez que munidos dessas informações, não só destaca a relevância histórica da Pequena África, mas também revela-se como uma estratégia eficaz na promoção da educação antirracista. Ao proporcionar um turismo com viés educativo, os guias desempenham um papel fundamental na disseminação de conhecimento, respeito e valorização da diversidade étnica e cultural, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e crítica da sociedade. Aliar à valorização da região da Pequena África, emerge como uma estratégia poderosa para capacitar os guias de turismo como agentes ativos na promoção da justiça social e na desconstrução do racismo, dessa forma, conforme defende Ciavatta, Ramos e Frigotto (2015), no que tange à formação integral dos estudantes, a biblioteca enquanto espaço pedagógico, contribuirá para a formação dos estudantes, fornecendo-lhes a informação.

As bibliotecas escolares contam com a Lei n.º 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, conhecida como Lei das Bibliotecas Escolares, a qual foi recentemente alterada pela Lei N° 14.837, de 8 de abril de 2024. A nova legislação redefine a biblioteca escolar como um "equipamento cultural indispensável para o desenvolvimento do processo educativo" e institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Essa legislação reflete o reconhecimento do importante papel social deste tipo de biblioteca na educação básica brasileira. Além disso, o Manifesto

IFLA/UNESCO para biblioteca escolar, ressalta que as bibliotecas escolares devem prover o acesso às suas coleções baseando na Declaração Universal dos Direitos e Liberdades do Homem da Organização das Nações Unidas, “e não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política, religiosa, ou a pressões comerciais”. (IFLA/UNESCO, 2002, p.2)

A lei mencionada, destaca aspectos legais quanto à formação de acervo e ampliação assim como o quantitativo relacionado aos estudantes, a mesma determina que “será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade”.

A articulação das Leis 10.639/2003 com as Leis 12.244/2010 e 14.837/2024 não apenas concorre para a democratização da informação e a valorização da cultura afrodescendente, vinculadas à coleção especial antirracista destinada aos alunos de turismo, mas também representa uma contribuição substancial para o acervo da biblioteca. Essa iniciativa proporcionará conhecimentos inestimáveis e enriquecerá a atuação dos futuros profissionais em Guias de Turismo, uma vez que, “na atualidade, os guias de turismo são os principais veículos da comunicação turística para os viajantes no mundo inteiro. Assumem um papel central na divulgação das cidades e dos referenciais urbanos para a sociedade” (Torres, 2006, p.7). Inserir os estudantes de turismo, aproveitando suas potencialidades na luta contra o racismo, será uma voz essencial e urgente no mundo atual onde a violência contra os negros impera. Para Bakunin (1871, p.49), moralizar o meio social “deve-se fazer triunfar nele a justiça, isto é, a mais completa liberdade de cada um, na mais perfeita igualdade de todos”.

Assim, a promulgação e a implementação da Lei 10.639/2010 são fundamentais para o avanço em direção a uma educação mais inclusiva e equitativa, estabelecendo bases sólidas para a construção de uma sociedade mais justa e respeitosa frente à riqueza da herança cultural afro-brasileira. A lei

[...] determina a inclusão do estudo da história da África e dos africanos, das lutas dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional, na formação básica, a serem ministrados em todas as disciplinas do currículo escolar, enfatizando que recebam atenção especial nas disciplinas de educação artística, literatura e história brasileira. (Fioravante, 2021, p.3)

O arcabouço normativo proporcionado pela Lei nº 10.639/2003 visa corrigir lacunas históricas e combater a invisibilidade e estigmatização da contribuição afrodescendente na formação da sociedade brasileira, além disso, fomenta uma revisão crítica dos conteúdos históricos, propiciando uma perspectiva mais abrangente e precisa sobre a formação da

identidade nacional. A intenção subjacente é promover uma conscientização mais profunda acerca da diversidade cultural presente na sociedade brasileira, bem como contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos arraigados, que lamentavelmente, desde os tempos da escravidão, as desigualdades e a discriminação têm figurado instrumentos de opressão direcionados aos indivíduos. Fernandes (2017, p.41) afirma ainda que:

A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita.

Essa visão de Florestan Fernandes sublinha a necessidade de abordar de maneira simultânea as questões de classe e raça na busca por equidade. A convergência dessas lutas torna-se essencial para confrontar as estruturas sistêmicas que perpetuam a discriminação e a segregação racial, contribuindo assim para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, onde a igualdade racial seja uma realidade efetiva. Fernandes (2017, p.42) enfatiza ainda que é “preciso que o socialismo proletário venha embebido de um impulso radical profundo que ultrapasse a libertação coletiva da classe trabalhadora e destrua, até o fim e até o fundo, a opressão racial”.

3 O COLÉGIO PEDRO II, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O SISTEMA DE BIBLIOTECAS

O Colégio Pedro II é reconhecido pela sua tradição, excelência educacional e compromisso com a formação de seus alunos. Além de oferecer um ensino de qualidade, a instituição investe em programas de educação profissional para preparar os estudantes para o mundo do trabalho. Para complementar esse processo de aprendizagem, o Colégio Pedro II conta com um sistema de bibliotecas abrangente, que disponibiliza um vasto acervo de recursos didáticos, literários e acadêmicos. Essas bibliotecas não apenas servem como espaços de pesquisa e estudo, mas também como locais de incentivo à leitura, contribuindo assim para o desenvolvimento acadêmico e intelectual dos alunos.

3.1 O Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II, foi fundado em 2 de dezembro de 1837, data de aniversário do menino imperador Dom Pedro II, na época com 12 anos, pelo decreto de Bernardo Pereira de Vasconcelos, então ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império. As aulas tiveram início no dia 25 de março do ano de 1838.

O Colégio de Pedro II foi criado pelo decreto de 2 de dezembro de 1837, que converteu em escola de instrução secundária o Seminário de São Joaquim, criado em 1739 com o nome de Colégio dos Órfãos de São Pedro, destinado a receber e dar instrução primária a órfãos e meninos desvalidos. (Gabler,2016 *apud* Moacyr, 1936, p. 195)

Com o objetivo de formar a elite brasileira, o Colégio Pedro II inspirava-se no modelo europeu, sendo adotado quanto a estrutura e organização do Collège Henri IV, de Paris.

Integrante da história da educação brasileira e primeira instituição de instrução secundária oficial brasileira, com relevante expressão na história do Brasil, o Colégio Pedro II, tornou-se protagonista quando mencionado na redação da Constituição Federal (1988), no Art. 242, §2º. O texto ressalta a sua permanência na esfera federal, tornando-o uma referência educacional quanto ao ensino. Outro destaque na trajetória do Colégio diz respeito ao ensino de sociologia, isso porque foi a “primeira instituição brasileira de ensino secundário, considerada padrão na época e pioneira a introduzir o ensino da disciplina em sua grade curricular” (Soares, 2015, p. 76).

A trajetória do Colégio foi permeada de contínuas transformações. Em 1857, o Imperial

Colégio Pedro II contou com duas modalidades de ensino: Internato e Externato. Seu nome também sofreu modificações, Instituto Nacional de Instrução Secundária (1889), Ginásio Nacional (1890) e Colégio Pedro II (1911 até os dias atuais). “O Colégio Pedro II foi um marco do projeto nacional civilizador e um dos principais atores da história da educação no Brasil. Primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil, respondeu às necessidades político-culturais do Estado e da sociedade” (Cardoso, 2013, p.2).

O Reitor era considerado a autoridade máxima do estabelecimento, que, no ano de 1838, quando o Colégio passou a funcionar, foi representado pelo franciscano Frei Antônio de Arrábida, Bispo de Anemúria, que, curiosamente, foi o primeiro bibliotecário da Biblioteca Imperial e Pública da Corte, no Rio de Janeiro⁸.

Com o passar dos anos, o Colégio evoluiu e ganhou uma nova estrutura organizacional, conforme as informações do site institucional do CPII:

Em 1952 foram inauguradas as Seções Norte e Sul e em 1957, a Seção Tijuca. Em 1979, as seções passaram a ser denominadas Unidades Escolares, tendo como complemento, o nome do bairro onde estavam instaladas: U. E. Centro, U. E. São Cristóvão, U.E. Engenho Novo, U.E. Humaitá e U.E. Tijuca, abrigando alunos dos atuais Ensinos Fundamental e Médio.

Em 1984, o Colégio Pedro II criou sua primeira Unidade de Ensino de Primeiro Segmento do Ensino Fundamental, chamada carinhosamente de “Pedrinho”, instalada no campus de São Cristóvão. Seguindo-se a ela, foram criadas as do Humaitá (1985), do Engenho Novo (1986) e Tijuca (1987). Desde então, as unidades do primeiro segmento são denominadas Unidades I e as do segundo segmento, Unidades II. (Colégio Pedro II, 2020).

Com a Lei n.º 12.677, de 25 de junho de 2012, o Colégio passou a integrar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), equiparando-se aos Institutos Federais de Ensino (IFs), o que possibilitou ampliar o número de vagas e cursos. Atualmente, o Colégio possui 14 *Campi*, mais um Centro de Referência em Educação Infantil, distribuídos em seis bairros da cidade do Rio de Janeiro e nos municípios de Duque de Caxias e Niterói, atendendo a todos os seguimentos da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio Regular, Técnico Integrado e Subsequente e PROEJA, além de oferecer 4 (quatro) cursos de Graduação, e Pós-Graduação *lato e stricto sensu*, sendo 3 (três) mestrados profissionais e 15 (quinze) especializações.

⁸ CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo; CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto; ANDRADE, Douglas Felipe de. A Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II: trajetórias históricas. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande v.35, n. 01, p. 59-78, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/biblos.v35i1.11988>. Acesso em: 27 out. 2022.

O compromisso do Colégio com uma educação de qualidade que é inclusiva, diversa e plural, é um reflexo das necessidades e desafios contemporâneos. O Colégio tem alcançado notáveis progressos na área da educação, mantendo uma sólida base humanística e adotando princípios de inclusão e diversidade, como o acesso a todos os estudantes, considerando sua origem socioeconômica, raça, gênero, orientação sexual, religião ou deficiência, de modo que tenham igual acesso às oportunidades educacionais. Parte dessa inclusão se deve a democratização do acesso por meio da adoção de cotas nos concursos de seleção de alunos e sorteios para ingresso na instituição. Esses elementos têm sido fundamentais para a consolidação do Colégio como uma Instituição de Referência Nacional em Educação Básica e Tecnológica, reconhecido pela sua excelência acadêmica e compromisso com uma educação abrangente e equitativa, o que vai ao encontro da missão institucional de “promover educação de excelência, sendo pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, resultando na formação de pessoas capazes de intervir de modo responsável na sociedade” (Colégio Pedro II, 2020).

A busca pela excelência não é uma exclusividade do Colégio Pedro II, outras Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), tais como o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), o Instituto Federal Fluminense (IFF), O Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) trazem em sua missão, valores e/ou finalidades expressões similares, tais como: “Promover com excelência a Educação [...]”, “busca pela excelência”, “constituir-se como centro de excelência na oferta de ensino [...]”.

Considerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2019⁹, para o Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os *campi* I da instituição tiveram notas superiores a 7, o *Campus* Humaitá I obteve nota igual a 7,7, superior à média nacional das redes municipal e estadual, e das escolas da rede privada. Os *campi* II obtiveram notas acima de 6, onde *Campus* Humaitá II alcançou nota igual a 6,9, quando analisado os Anos Finais do Ensino Fundamental. Considerando a média nacional, o desempenho do Colégio foi superior à média nacional das redes municipal e estadual, e das escolas da rede privada. Ressalta-se que os cursos de nível médio não foram avaliados nesta edição do IBEB.

O Relatório de Avaliação Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) – Ciclo 2021, elaborado pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação

⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 18 maio 2024.

de Políticas Públicas (CMAP)¹⁰, destaca que o Colégio Pedro II apresentou o melhor resultado quando considerado o índice de eficiência acadêmica da RFEPCT, que foi igual a 69,3%. O Colégio ficou à frente de outros Institutos Federais que são caracterizadamente reconhecidos pela oferta do ensino médio técnico no estado do Rio de Janeiro. A RFEPCT apresentou o valor de 51,4% na média de eficiência acadêmica. De acordo com os dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) da edição de 2024, ano base 2023, a instituição apresentou índice de eficiência acadêmica igual a 79,04%, ocupando a sétima posição nacional.

O bom desempenho nos índices e avaliações são um reflexo de um currículo inclusivo que valoriza as diferenças, onde a identidade de cada aluno é reconhecida e valorizada, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e consideradas nas decisões que os afetam, permitindo que todos se sintam respeitados e aceitos. A instituição busca articular diversas experiências educativas que os estudantes podem viver dentro e fora da instituição, articulados ao projeto pedagógico. O Colégio Pedro II tem como prática a Educação Integral, pois oferece um leque de atividades aos estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino presentes na Instituição, dentre eles: projetos de iniciação científica e em convênio com instituições de pesquisa; núcleos de estudos; atividades em Bibliotecas e Mediatecas; atividades desportivas desenvolvidas ao longo do ano letivo; aulas regulares de reforço escolar; atendimento nos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs)¹¹; passeios pedagógicos; visitas a museus; idas a exposições e atividades culturais realizadas em espaços institucionais.

Atualmente, observa-se um aumento de estudantes com necessidade específicas, os quais recebem um suporte individualizado pelo NAPNE, que dentre as inúmeras responsabilidades, propõe “Oferecer suporte educacional e atendimento pedagógico especializado aos estudantes com necessidades educacionais propiciando sua inclusão nos espaços e atividades do Colégio Pedro II, favorecendo seu acesso ao conhecimento e buscando desenvolver suas competências e habilidades”. (Colégio Pedro II, 2019).

Assim os notáveis progressos são o somatório de vários investimentos, que corroboram

¹⁰ O estudo objetiva por meio de seus comitês, a avaliação de políticas selecionadas anualmente, conforme critérios pré-selecionados de materialidade e relevância e respeitando Programas Finalísticos do Plano Plurianual. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2021/gastos-diretos/rfepct-relatorio-de-avaliacao.pdf>. Acesso: 18 maio 2024.

¹¹ Colégio Pedro II. **NAPNE**: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9151-napne.html>. Acesso em: 17 maio 2024.

para uma educação pautada na excelência, focada no desenvolvimento acadêmico e integral dos indivíduos, na formação de cidadãos críticos e engajados. Dentre eles, pode-se citar a formação do corpo docente. Composto por professores selecionados por meio de Concurso Público de Provas e Títulos, integrantes da Carreira do Magistério de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), e por professores contratados por tempo determinado, os professores estão distribuídos em 26 Departamentos Pedagógicos e lotados em diversos *campi*, em atendimento as demandas institucionais. Os docentes participam de projetos de pesquisa, extensão e cultura, e docência na Pós-Graduação e nos Departamentos Pedagógicos. Hoje, o Colégio Pedro II conta com 1233 docentes¹², nos quais 85,56% estão em regime de trabalho de Dedicção Exclusiva. Do total do corpo docente, 27,82% possuem doutorado e 55,96% mestrado.

Tais iniciativas refletem na manutenção e na melhoria dos índices acadêmicos e na avaliação da instituição dentro da RFEPCT e frente a outras redes de ensino.

3.2. A educação Profissional no Colégio Pedro II e os cursos técnicos: um breve panorama com foco no Curso Técnico em Guia de Turismo

O Colégio Pedro II, desde sua fundação até a atualidade, em resposta às demandas educacionais, sociais e políticas, passou por inúmeras transformações, com foco na formação dos estudantes para atuarem como cidadãos ativos e comprometidos com o progresso da sociedade. A Instituição objetiva proporcionar aos seus estudantes uma formação integral, caracterizada por uma educação de excelência.

Em 2008, as instituições federais de educação profissional foram reestruturadas para se configurarem em uma rede nacional de instituições públicas de EPT, denominando-se de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em 2012, com a Lei 12.677/12, o Colégio Pedro II, foi integrado à rede, equiparando-se aos Institutos Federais, conforme a Lei nº 11.892/08. Em virtude dessa integração e em consonância com a legislação vigente, houve uma ampliação de cursos em diferentes áreas profissionais, em diversos bairros da Cidade do Rio de Janeiro e nos municípios de Niterói e Duque de Caxias. Com 14 *Campi* e mais a sede

¹² Dados da Coordenadoria de Planejamento e Controle Acadêmico e Funcional, da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2023/CPLAC/Perfil%20Docente.HTML>. Acesso em: 18 de maio de 2024.

de sua Reitoria, localizada no bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II oferece Educação Profissional integrada à Educação Básica, Graduação e Pós-graduação, *lato ou stricto sensu* em diversas áreas da Educação.

O ensino ofertado abrange a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio regular, Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, incluindo modalidades como Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Os cursos técnicos no Colégio Pedro II constituem uma parte significativa na Instituição, além de proporcionar aos estudantes uma educação profissionalizante de qualidade e habilidades práticas necessárias para ingressar em diversas áreas profissionais, são alinhados às demandas do mundo do trabalho contemporâneo, o que possibilita a cada indivíduo dar sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Vale destacar que a educação profissional no Colégio Pedro II não se restringe apenas à formação técnica e nem apenas integrá-los de maneira competente no mercado de trabalho, mas também busca promover uma formação humanista com cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. Manacorda (2007, p. 101) destaca que:

Em resumo, ao critério burguês da pluriprofissionalidade, Marx opõe a ideia da onilateralidade, do homem completo, que trabalha não apenas com as mãos, mas também com o cérebro e que, consciente do processo que desenvolve, domina-o e não é por ele dominado. E parece que sua polêmica contra o que a burguesia entende por ensino técnico é atual ainda hoje, e, que, na moderna pedagogia socialista, há, por vezes, uma tendência de reduzir o politecnismo, ou melhor, o ensino tecnológico teórico e prático, a uma mera questão de disponibilidade, de pluriprofissionalidade.

Considerando a afirmação de Manacorda (2007) e traçando uma relação com os cursos técnicos no Colégio Pedro II, torna-se evidente a abordagem abrangente da instituição, que transcende a simples formação técnica ao buscar a competente inserção dos alunos no mercado de trabalho. A ênfase na pluriprofissionalidade nos cursos técnicos é notável, entretanto, é essencial ressaltar que a visão do Colégio Pedro II vai além dessa perspectiva, o que nos leva a refletir sobre uma tentativa de superar a dicotomia entre pluriprofissionalidade e onilateralidade. Dessa forma, pode-se afirmar que:

Ao opor-se à lógica das competências, assume-se, primeiro, que a referência para a seleção dos conteúdos do ensino não pode ter por base a adequação de comportamentos de forma restrita à produção, mas ter em vista a formação ampliada nos diversos campos do conhecimento (ciência, tecnologia, trabalho e cultura); segundo, a preparação para o trabalho não é preparação para o emprego, mas a

formação omnilateral (todos os aspectos) para compreensão do mundo do trabalho e inserção crítica e atuante na sociedade, inclusive nas atividades produtivas, em um mundo em rápida transformação científica e tecnológica. (Brasil, 2010a, p. 5)

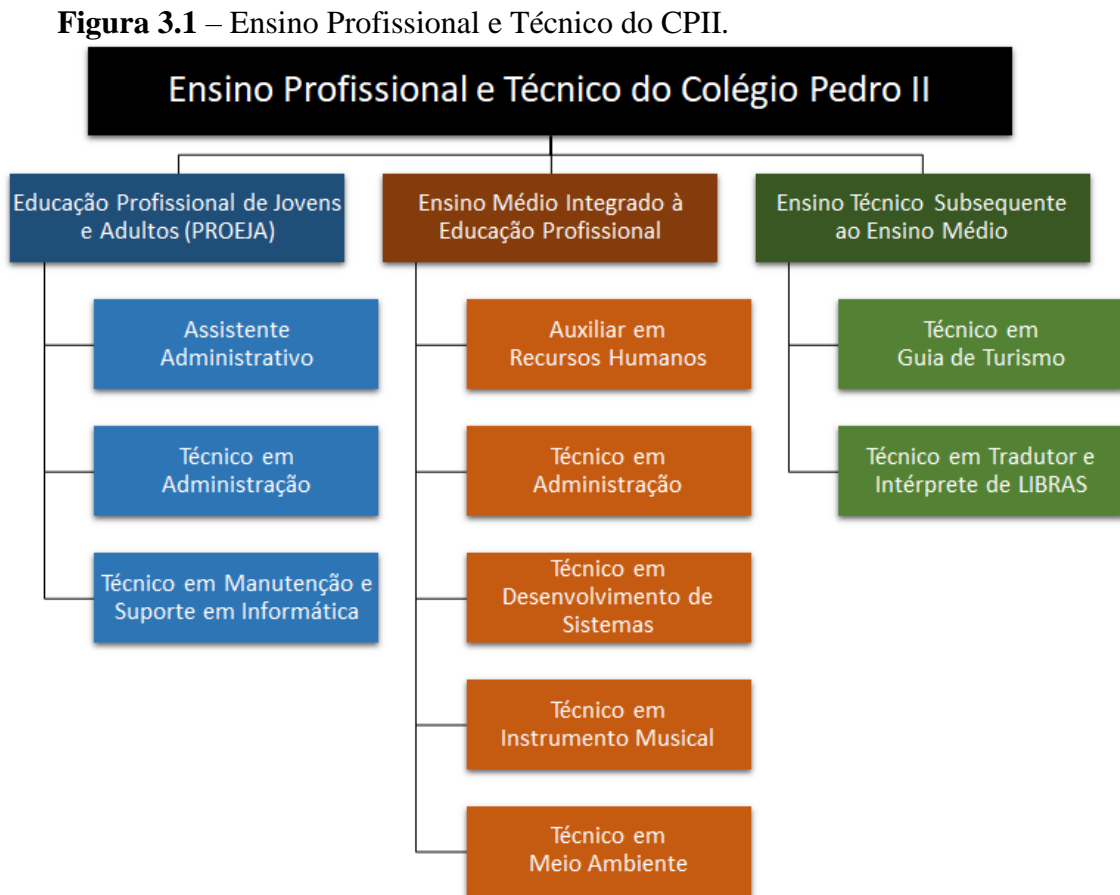
A inclusão de elementos humanistas na educação profissional demonstra a preocupação do Colégio Pedro II em ir além das exigências do mercado de trabalho, promovendo uma consciência não apenas técnica, mas também social, ética e ambiental. Essa abordagem mais holística reflete um comprometimento com a formação integral dos alunos, alinhando-se às críticas de Marx à visão burguesa de pluriprofissionalidade e buscando preparar profissionais que sejam, acima de tudo, cidadãos conscientes, éticos, reflexivos, capazes de pensar e promover transformação na sociedade. Os autores Frigotto; Ciavatta; Ramos (2005, p. 85) corroboram ao afirmarem que “como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política”.

Nessa perspectiva, considerando o potencial dos guias de turismo na sua atuação profissional no Rio de Janeiro, em espaços de cultura e memória dos povos negros, poderão tornar-se potenciais instrumentos capazes de contribuir para o combate ao racismo. Com base no exposto, cabe sublinhar, especificamente, no âmbito do Curso Técnico em Guia de Turismo, a incorporação de um viés antirracista na formação dos estudantes. Essa iniciativa não apenas coaduna-se com as concepções inerentes à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), mas também reconhece a importância de um ensino que fomente a equidade e combate ao racismo estrutural. A introdução de conteúdos e práticas antirracistas não apenas enriquece a formação dos profissionais do turismo, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Dessa forma, é imprescindível que os cursos de EPT, como o de Guia em Turismo, adotem estratégias e conteúdos que promovam ativamente a igualdade racial, reconhecendo e enfrentando os desafios relacionados à discriminação racial em suas diversas manifestações.

Considerando que o Colégio Pedro II oferece uma diversidade de cursos em diferentes áreas, percebe-se a oportunidade de incluir na formação dos alunos questões sociais que afetam o desenvolvimento do país e a convivência igualitária entre os indivíduos. Nessa perspectiva, Souza (2021, p. 7) afirma que “o racismo racial é o elemento central da sociedade brasileira moderna e o grande responsável pelo atraso moral, social e político do Brasil”.

Os cursos profissionais e técnicos em nível de Ensino Médio no Colégio Pedro II são

estruturados em três modalidades distintas, apresentando-se com a seguinte disposição, conforme detalha o fluxograma a seguir.



FONTE: CPII-Site Institucional, 2020b (<https://www.cp2.g12.br/blog/ensinotecnico/>).

De acordo com o Site Institucional do CPII, os cursos são oferecidos nas seguintes modalidades:

➤ **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)** - Nesta modalidade são oferecidos cursos de formação Profissional/Técnica de Nível Médio para jovens e adultos. Os cursos são voltados para pessoas que não cursaram o Ensino Médio em idade regular, mas que desejam cursá-lo agora, adicionando a isso uma formação profissional capaz de torná-las competitivas no mercado de trabalho. A duração dos cursos varia de 2 a 3 anos.

➤ **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional** - Esta modalidade possui os mesmos componentes curriculares do Ensino Médio Regular, porém nele são acrescidas disciplinas técnicas específicas. Os cursos integrados são voltados para quem deseja cursar o Ensino Médio juntamente com a educação profissional e em uma única matriz curricular. Para

ingressar num dos cursos, o estudante deve ter concluído o Ensino Fundamental. A duração dos cursos é de 3 (três) anos.

➤ **Ensino Técnico Subsequente ao Ensino Médio** - São oferecidos os seguintes cursos: *Técnico em guia de Turismo* - eixo tecnológico Hospitalidade e lazer, objeto de estudo da presente pesquisa e Técnico em Tradução e Interpretação em LIBRAS, é uma modalidade voltada para aqueles que já possuem o diploma do Ensino Médio e que estejam em busca de uma Formação Técnica. Para ingressar num dos cursos, o estudante deve ter concluído o Ensino Médio.

➤ O Técnico em guia de Turismo possui duração de um ano e o Técnico em Tradução e Interpretação em LIBRAS dois anos.

O Programa do Curso em Guia de Turismo, oferecido pelo Campus Humaitá II do Colégio Pedro II desde março de 2020, foi concebido em conformidade com as disposições normativas vigentes. Sua estruturação está embasada no "projeto pedagógico do curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo" do CPII (2018), cuja elaboração:

Primou pelo envolvimento dos profissionais, pela articulação das áreas de conhecimento e pelas orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT – 2012: Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012; Resolução CNE/CEB nº 01, de 5 de dezembro de 2014), na definição de um perfil de conclusão e de competências básicas, saberes e princípios norteadores que imprimam à proposta curricular, além da profissionalização, a formação omnilateral dos sujeitos. (CPII, 2018, p.5)

O artigo 39 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a LDB, estabelece que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”. A Lei propõe uma abordagem abrangente, interdisciplinar e holística da educação profissional, incentivando sua articulação com distintas esferas do conhecimento e setores sociais.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, conforme delineadas na Resolução nº 6, de 20/09/2012, estabelecem, no artigo 6º, os princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os quais evidenciam a importância dos cursos alinharem a teoria à prática inserindo-os nas múltiplas dimensões da sociedade. Nesse sentido, o documento contempla perspectivas para além do conhecimento técnico, conforme destacam-se a seguir:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

[...]

XI - **reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais**, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

[..]

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. (Brasil, 2012, p. 2-3, grifo nosso)

A formação integral dos guias de turismo, conforme delineada pelos princípios da LDB, capacita esses profissionais não apenas para a transmissão de informações turísticas, mas também para sensibilizar os visitantes acerca de questões diversas, dentre as quais, a igualdade racial, fomentando uma abordagem consciente e respeitosa em seus serviços. A integração da educação profissional com dimensões sociais, desse modo, contribui para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Nessa perspectiva, Ramos (2014, p.91) enfatiza que:

A educação profissional não é meramente ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas.

Com base no exposto, cabe ressaltar que a importância da formação integral na EPT reside na necessidade de preparar os alunos não apenas para as demandas do mercado de trabalho, mas também para serem cidadãos conscientes, críticos e participativos na sociedade, elementos essenciais, presentes na elaboração do “Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Guia de Turismo” do CPEI (2018), conforme consta a seguir:

Estão presentes, também, como marco orientador desta proposta, as diretrizes institucionais explicitadas no Projeto Político-Pedagógico, traduzidas nos objetivos desta instituição e na compreensão da educação como uma prática social transformadora, as quais se materializam na função social do Colégio Pedro II, que se compromete a promover formação humana integral por meio de uma proposta de educação profissional e tecnológica que articule ciência, trabalho, tecnologia e

cultura, visando à formação do profissional-cidadão crítico-reflexivo, competente técnica e eticamente e comprometido com as transformações da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça social. Colégio Pedro II, 2018, p.5-6)

Além de uma diversidade de cursos inseridos na Educação Básica, o Colégio oferece cursos de Pós-graduação Lato Sensu (especialização) nas seguintes áreas: Artes Visuais, Ciências e Biologia, Ciências Sociais, Educação Matemática, Educação Psicomotora, EREREBÁ (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico), Espanhol, Física, Geografia, História, História da África, Programa de Residência Docente, Química, Saberes e Fazeres no Ensino de Artes Visuais, Práticas Musicais na Educação Básica e o mais recente, Especialização em Ensino de Francês (EEFRA), com previsão de início das atividades no primeiro semestre de 2024. Adicionalmente às especializações mencionadas, oferta-se também cursos de pós-graduação Stricto Sensu, os quais são: Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT e o Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica (MPPEB/CPII).

É inegável a importância do Colégio Pedro II no cenário educacional brasileiro, abrangendo de maneira abrangente diversos segmentos, da educação infantil à pós-graduação, incluindo a educação profissional. Ao longo do tempo, a instituição continua firmando um compromisso com a sociedade, ofertando uma educação de excelência aos indivíduos e preparando-os para os desafios futuros, tanto no âmbito profissional quanto pessoal, alinhando-se de forma consistente com as demandas do mundo do trabalho e proporcionando uma preparação holística para a vida.

3.3 O Curso Técnico em Guia de Turismo, subsequente ao Ensino Médio do Colégio Pedro II - Campus Humaitá II

O exercício da profissão de Guia de Turismo, no Brasil, é regulado pela Lei n.º 8.623, de 28 de janeiro de 1993, a qual estabelece que é considerado Guia de Turismo o profissional que, devidamente cadastrado na Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas.

Chimenti e Tavares (2016, p. 18) destacam que “na atividade turística, a profissão de

guia de turismo é a única que possui regulamentação, ou seja, exige formação específica e pode ser exercida apenas por pessoas que [...] possuam cadastro no Ministério do Turismo, por meio do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur).

O Curso Técnico em Guia de Turismo, subsequente ao Ensino Médio, eixo tecnológico Hospitalidade e Lazer, foi criado pela Portaria n.º 2.796, de 14 de agosto de 2019, e possui duração de dois semestres. O curso se destina aqueles que já tenham concluído o Ensino Médio, podendo receber um público de variadas faixas etárias (18 anos ou mais), o que o difere dos cursos de nível médio de formação integrada e concomitante, que recebem alunos na faixa entre 15 e 18 anos de idade, conforme explica Gawryszewski (2021):

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), [...], pode ser oferecida por meio de três formas: integrada, concomitante e subsequente. A primeira abrange aqueles alunos que estejam com a mesma matrícula na mesma instituição, tanto no ensino médio quanto no profissional e com currículo integrado. A segunda forma trata daquele aluno que cursa ambos os níveis de ensino ao mesmo tempo, em instituições diferentes ou na mesma instituição, mas com matrícula diferente, sem integração do curso. A terceira diz respeito aos estudantes que cursam a Educação Profissional, mas já tenham concluído o ensino médio.

As aulas da primeira turma do curso tiveram início no primeiro semestre letivo de 2020, no *Campus* Humaitá II do CPII. Atualmente, as aulas ocorrem de segunda-feira a sexta-feira no período noturno, e eventualmente incluem atividades extracurriculares no turno diurno ou no sábado.

O curso é regido pela legislação vigente, em especial, pela Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio; alterado pela Lei n.º 14.723, de 13 de novembro de 2023, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Pelo Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei n.º 12.711/2012; e pela Portaria MEC n.º 18, de 11 de outubro de 2012, a qual dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei n.º 12.711/ 2012.

O profissional formado no Curso Técnico em Guia de Turismo, possui um amplo campo de atuação, podendo trabalhar em agências de viagens e operadoras de turismo, cruzeiros marítimos, meios de hospedagem, empreendimentos de lazer e entretenimento, organismos turísticos e de forma autônoma. Dentre as atribuições deste profissional está a recepção,

condução, orientação, e assistência a pessoas ou grupos em visitas, excursões, passeios ou viagens. O termo guia, de acordo com Sales (2012, p. 18), “significa o que dá orientação, encaminhamento, norteamento, luz, direção, mostra rumos a serem seguidos”, proporcionando através de técnicas de guiamento, informações aos visitantes, tais como: socioculturais, históricos, ambientais, e geográficas, além de desenvolver roteiros e itinerários turísticos de acordo com interesses, expectativas ou necessidades do público.

Conforme Hintze (2007, p. 27 *apud* Claudino, 2021, p.22):

O turismo é, por excelência, uma possibilidade educativa”, devendo todo trabalhador de turismo tomar para si a função de educador, buscando em todas as oportunidades auxiliar na educação de seu público abordando questões ambientais, sociais e culturais da localidade por uma via informal e não atuando simplesmente como um condutor de grupos. Para este autor, assim como um educador, também o Técnico em Guia de turismo deve buscar o conhecimento e desenvolver metodologias para apresentá-lo seja para alunos ou turistas.

Nesse sentido, entende-se que o Guia de Turismo, a partir da formação e visto com uma “possibilidade educativa”, através do resgate histórico e valorização da cultura afro-brasileira poderá contribuir para as dirimir as desigualdades que acometem grupos historicamente marginalizados, especificamente, sobre a população negra, a qual enfrenta preconceitos e todo tipo de discriminação, manifestadas através de práticas racistas. O Guia de Turismo, além de valorizar o patrimônio histórico na sua atuação profissional, também poderá contribuir para transformar esta realidade.

Hintze (2007, p.14) reitera que “como educador, o Guia pode agir sutilmente por meio da palavra e do exemplo orientando os grupos com relação ao respeito, às tradições locais, sobre como agir em determinados lugares como museus, igrejas, enfim, pode provocar uma” [...] “sensibilização para problemas que são de todos, permitindo a troca entre culturas e a maior compreensão do outro.” (Hintze,2007, p.49)

Aliar a atividade turística, a cultura e o patrimônio numa perspectiva de valorização da diversidade das relações étnico-raciais a partir do resgate histórico do povo afro-brasileiro, traz inúmeras possibilidades de ações práticas no que tange a promoção da cidadania e a educação antirracista, com vistas à transformação de uma realidade.

O técnico em guia turismo através das inúmeras possibilidades de atuação e das suas habilidades poderá ser um instrumento de provocação e reflexão sobre as questões relacionadas ao racismo e as injustiças sociais, dando sua contribuição à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3.4 O Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II

Numa perspectiva histórica, a Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II, nasceu com a sua fundação, através do Regulamento da Instituição, aprovado em 31 de janeiro de 1837. O documento ainda incluiu o espaço na estrutura organizacional da escola, conforme consta no capítulo 24, que trata da Biblioteca e das Coleções Científicas:

Art.146 – Haverá no Collegio uma bibliotheca composta de livros escolhidos pelo Reitor, com aprovação do Ministro do Imperio.

Art. 147 – O catalogo da Bibliotheca será feito em duplicata, ficando hum dos exemplares em mão do Reitor; e o outro será entregue ao Ministro do Império.

Art.148 – Hum empregado debaixo da direção immediata do Vice-Reitor será incumbido pelo Reitor do cuidado da Bibliotheca.

Art.149 – Os livros da Bibliotheca poderão ser emprestados aos empregados, debaixo de sua responsabilidade, e aos alunos, por licença escrita do Vice-Reitor.

Art.150 – Nenhum livro poderá ser emprestado por mais de oito dias, a não ser renovado o pedido. Quem tomar emprestado um volume fica responsável pela obra inteira. (Brasil, 1838, p.83 *apud* Cardoso, 2021, p.65-66)

Ao longo da história do Colégio Pedro II, com base no referido documento, percebe-se a importância dada à biblioteca ao ser incluída na sua estrutura como recurso pedagógico, vista como essencial no processo ensino-aprendizagem, revelando ainda o panorama e a dinâmica do processo de circulação das coleções na época.

Vista como uma fonte de informação, a Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II tinha como objetivo apoiar o corpo docente e, por meio dos recursos informacionais, fortalecer e contribuir com o aprendizado do corpo discente e sua formação intelectual.

A Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II, atualmente denominada Biblioteca Histórica do Colégio Pedro II, está situada no *Campus* Centro. Foi a primeira unidade instalada no centro da cidade do Rio de Janeiro e continua em funcionamento até os dias atuais, preservando o acervo das várias disciplinas lecionadas na época.

A Biblioteca Histórica, é composta por coleções especiais, raras e/ou preciosas, que refletem a influência humanística na formação do corpo docente e discente do Colégio Pedro II, desde sua fundação e agrega coleções especiais, formadas de acervos pessoais de professores e de um aluno eminente, doados à Instituição. Tem por objetivo, disseminar a preservação do patrimônio documental brasileiro, além de subsidiar os trabalhos de pesquisa científica em nível de graduação e pós-graduação.(Cardoso, 2022, p.821)

A biblioteca do antigo Internato do Colégio Pedro II, Professor Francisco Pinheiro Guimarães, localizada no *Campus* São Cristóvão II, ocupou destaque e atuou durante anos

como Biblioteca Central do Colégio Pedro II.

Com vistas a cumprir a legislação vigente e devido à expansão do Colégio Pedro II, a partir dos anos 2000, são inauguradas as bibliotecas nos *campi* Duque de Caxias, São Cristóvão III e Niterói, com isso, houve um aumento do corpo técnico especializado, quanto aos novos serviços e produtos que passaram a ser oferecidos à comunidade escolar. Hoje, as Bibliotecas Escolares, as Bibliotecas Especializadas, a Biblioteca do CREIR, e a Biblioteca da PROPGPEC contam com bibliotecários, auxiliares de bibliotecas e assistentes em administração, que atendem a todos os segmentos de ensino, nos diversos turnos dos *campi* onde estão localizadas.

Em 2004, foi criado o Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II (SiBi/CPPII), sendo denominado Sistema de Documentação e Bibliotecas do Colégio Pedro II, através da Portaria n.º 1236, de 23 de novembro de 2004. Na mesma ocasião, a Portaria n.º 1237, de 23 de novembro de 2004, aprovou o Regimento do Conselho Técnico do Sistema de Documentação e de Bibliotecas do Colégio Pedro II, estabelecendo diretrizes para o funcionamento do Sistema. O Conselho tinha caráter normativo e deliberativo, vinculado à Secretaria de Ensino, para efeito de padronização técnica, metodológica, pedagógica e de funcionamento.

Em 2014, o Sistema de Bibliotecas foi reestruturado e passou ser referido como Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura (Portaria n.º 2.810, de 01 de abril de 2014), sendo coordenado por um (a) bibliotecário (a), vinculada à Diretoria de Ações Inclusivas e Assuntos Educacionais da PROEN, devendo ainda ser assessorado por um Conselho Técnico, nesta ocasião, de forma consultiva.

No sentido de abranger a nova configuração das bibliotecas do Colégio Pedro II, devido às mudanças ocorridas e a criação dos cursos de graduação, através da Portaria n.º 328, de 13 de fevereiro de 2020, a Seção de Bibliotecas tem a sua nomenclatura alterada para Central de Bibliotecas, através da Portaria n.º 1.469, de 06 de maio de 2019.

No âmbito do atual Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do Colégio Pedro II, abrangendo o período de 2017 a 2020, destaca-se a significativa incorporação das bibliotecas como elementos essenciais neste documento. Esta inclusão se insere em um contexto histórico que remonta aos anos 2000, quando as bibliotecas escolares da instituição iniciaram uma reorganização visando o cumprimento das exigências legais vigentes. A expansão do Colégio Pedro II conduziu à inauguração de diversas bibliotecas, as quais ampliam a oferta de produtos e serviços a fim de atender a uma comunidade escolar composta por estudantes, professores, técnicos, pais, em alguns casos, terceirizados e membros da comunidade local.

Nesse período, as bibliotecas passaram a contar com a presença de bibliotecários,

auxiliares de bibliotecas e técnico-administrativos, que atuam de modo a atender a demanda de todos os turnos nos diferentes Campi da instituição. Além das bibliotecas escolares, é importante destacar a existência de uma biblioteca de Pós-Graduação no Colégio Pedro II. Este espaço, devido ao seu perfil voltado para o ensino na Educação Básica, estabelece um diálogo complementar e cooperativo com as bibliotecas escolares, fortalecendo a infraestrutura de apoio acadêmico e contribuindo para o cumprimento das metas e estratégias delineadas no PPPI.

O novo PPPI, enquanto documento orientador da política pedagógica e institucional, agrega de maneira explícita as políticas de ensino, programas, projetos e rotinas relacionadas às atividades docentes, discentes e administrativas da instituição. Adicionalmente, apresenta a descrição dos componentes curriculares elaborados pelos diferentes Departamentos e setores pedagógicos, com o propósito de fornecer diretrizes claras e estratégias que atendam às necessidades da comunidade escolar. Nesse contexto, é imperativo ressaltar a relevância intrínseca da integração das bibliotecas ao PPPI, uma vez que esses centros de informação desempenham um papel essencial na promoção do ensino, na pesquisa e na formação dos alunos. Sua inclusão no PPPI reflete a conscientização da instituição sobre a importância da literacia informacional e da promoção do acesso ao conhecimento, tornando-as parceiras efetivas na consecução dos objetivos educacionais do Colégio Pedro II.

Como novas transformações na estrutura administrativa do Colégio Pedro II a Portaria n.º 1201, de 19 de maio de 2022, revogou a Portaria n.º 1236, de 23 de novembro de 2004, retomando o Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II (SIBI/CPPII), vinculado à Central de Bibliotecas, a época subordinada a Coordenadoria Geral de Assuntos Educacionais da PROEN, pautado nas diretrizes definidas no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). O SIBI/CPPII possui a missão de gerenciar as bibliotecas do Colégio Pedro II, distribuídas nos 14 *Campus*, a saber:

- I – Biblioteca Infantil;
- II – Bibliotecas Escolares;
- III – Bibliotecas Multiníveis;
- IV – Bibliotecas Universitárias (Graduação e Pós-Graduação);
- V – Bibliotecas Especializadas;
- VI – Demais Bibliotecas pertencentes aos núcleos de ensino do Colégio Pedro II.(Colégio Pedro II, 2022)

Compete ao SIBI/CPPII normatizar ações técnicas, administrativas e pedagógicas pertinentes aos núcleos de informação e documentação escolar e científica do Colégio Pedro II, atendendo as necessidades informacionais da comunidade escolar, desde os segmentos da Educação Básica até a Pós-Graduação.

3.5 A Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza do Campus Humaitá II: potencialidades de atuação no fomento de uma educação antirracista

A Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza, integrante do SIBI/CPII, está situada no bairro do Humaitá, na cidade do Rio de Janeiro, no *Campus* Humaitá II (CH2) do CPII. Foi inaugurada em 1954, dois anos após a fundação do *campus* (1952), na época Seção Sul, conforme constam informações em documentos internos preenchidos pela primeira bibliotecária do *campus*, Maria Thereza de Mello e Souza, filha do professor catedrático de História Geral e do Brasil.

João Baptista de Mello e Souza foi o primeiro diretor do *Campus* Humaitá II, o qual era irmão mais velho de Júlio César de Mello e Souza, Malba Tahan. Em sua homenagem, a biblioteca recebeu o seu nome, Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza.

Hoje, sou a Bibliotecária responsável pelo espaço, ao qual trabalho desde 2008. Na época de minha chegada ao espaço, não havia a possibilidade de realizar a aquisição de materiais bibliográficos. Somente nos anos seguintes, através da Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, atualmente, Central de Bibliotecas, foi possível adquirir novos títulos, por meio de processo licitatório. Os títulos são selecionados através de indicações recebidas da comunidade escolar do *campus*, e dos servidores da biblioteca. Nos últimos 10 (dez) anos é visível a renovação e enriquecimento do acervo, fato que tem despertado o interesse do público pela leitura.

A biblioteca encontra-se em processo de informatização. Faz uso do *software* Koha, e adota o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD), e na catalogação o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2).

No ano de 2010, a biblioteca passou por uma grande reforma, foi climatizada com a instalação de ar-condicionado, recebeu nova pintura, a troca do piso, além de novas estantes. Em março de 2011, foi reinaugurada.

Em março de 2018, devido ao aparecimento de inúmeras infiltrações por todo espaço da biblioteca, foi fechada para realização de nova obra de recuperação da laje e pintura interna. No dia 29 de outubro do mesmo ano, Dia Nacional do Livro, a biblioteca foi reinaugurada com um grande evento organizado pela equipe sob o título: *Alunos: os protagonistas da biblioteca na reinauguração e comemoração do Dia Nacional do Livro*. O evento reuniu toda comunidade escolar, dentre os convidados, estavam alunos escritores e ex-alunos que se destacaram dando contribuições relevantes à biblioteca. Caldin (2005 *apud* Moraes, 2020, p.62), afirma que a

biblioteca escolar obtém seu êxito quando cativa seus usuários a leitura e ao pensamento crítico e criativo, pois um dos objetivos da biblioteca é a formação do cidadão consciente.

A biblioteca ocupa 357,97 m², com pé-direito de 3,90m. Atende em média 3.300 (três mil e trezentos) usuários por ano. Atualmente, funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite), atendendo alunos do Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio Regular e do Curso Técnico em Guia de Turismo. Nas figuras abaixo, é possível conhecer um pouco do espaço e estrutura da biblioteca.

Figura 3.2 – Seção de Referência da Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza.



FONTE: Autora, 2023.

Figura 3.3 – Área do acervo geral da Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza.



FONTE: Autora, 2023.

Figura 3.4 – Área do acervo de literatura infanto-juvenil da Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza.



FONTE: Autora, 2023.

Figura 3.5 – Salão de Leitura da Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza.



FONTE: Autora, 2024.

A biblioteca possui um acervo significativo de aproximadamente 25.000 (vinte e cinco mil) volumes, que se encontra organizado em seções, como: literatura infanto-juvenil, obras de referência, acervo geral e hemeroteca, que reúnem os seguintes materiais:

- a) Livros de referência (dicionários, enciclopédias, anuários, atlas, almanaques, guias e legislação etc.;
- b) Livros didáticos e paradidáticos;
- c) Publicações sobre o Colégio;
- d) Obras de assuntos gerais, nas diversas áreas do conhecimento;
- e) Livros sobre educação, de formação pedagógica;
- f) Livros recreativos, de ficção, literaturas (brasileira e estrangeiras)
- g) Livros voltados à inclusão (braile e de baixa visão)
- h) Biografias e folhetos;
- i) Publicações periódicas (revistas, jornais, gibis);
- j) Atlas, mapas e globos etc.;
- k) Recortes de revistas e alguns jornais;
- l) Multimeios (CD's, DVD's - Audiolivros).

Além da lista detalhada, conta também com as novas aquisições nas seguintes temáticas: étnico-racial, turismo, feminismo, guerras/conflitos.

As bibliotecas do SiBi/CPII estão alinhadas à missão e ao Projeto Político Pedagógico Institucional do Colégio Pedro II, que tem como norte:

As ações pedagógicas pretendem garantir aos estudantes a produção e a apropriação de conhecimentos, o exercício da cidadania, o acesso à pluralidade cultural, possibilitando-lhes não apenas vivenciar as transformações do mundo, como também atuar de maneira singular e criativa, com responsabilidade e postura crítica, na perspectiva da construção. Sendo assim, considerando a Lei 10.639/0351, a Lei 11.645/0852 e a Lei 11.340/0653 integram o currículo: valorização da diversidade cultural, social, étnico-racial, sexual e de gênero; combate às desigualdades de classe, ao racismo, ao machismo e à LGBTfobia. (Colégio Pedro II, 2020c, p. 71)

Tendo em vista o papel social e pedagógico das bibliotecas escolares e sua relevância na promoção do pensamento crítico dos indivíduos e, considerando a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira, e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil, a biblioteca através do seu acervo, coleções e ações práticas culturais, poderá ser uma ferramenta de transformação de combate ao racismo.

4 A BIBLIOTECA ESCOLAR E SUA FUNÇÃO SOCIAL EDUCATIVA

A biblioteca escolar, enquanto unidade de informação, rica em recursos educacionais e informacionais, desempenha um papel essencial na promoção do desenvolvimento acadêmico e cultural dos estudantes. Ela oferece acesso a uma ampla variedade de materiais de leitura, ao mesmo tempo em que apoia o currículo escolar e promove habilidades de leitura, pesquisa e pensamento crítico. Além disso, atua como um espaço inclusivo que promove a diversidade cultural e o diálogo, contribuindo para a formação dos estudantes como cidadãos conscientes na sociedade.

4.1 A Biblioteca Escolar

De acordo com a IFLA (2016, p.19), a biblioteca escolar pode ser entendida como:

[...] um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural. Este lugar físico e digital é designado por vários termos (por exemplo, centro de mídia, centro de documentação e informação, biblioteca/ centro de recursos, biblioteca/ centro de aprendizagem), mas biblioteca escolar é o termo mais utilizado e aplicado às instalações e funções.

Vista como espaço de aprendizagem, fomento de ideias e de transformação, a biblioteca escolar é um recurso indispensável para o processo de ensino-aprendizagem, pois possui um papel relevante na formação e no desenvolvimento dos estudantes através dos seus recursos informacionais, além de despertar o hábito pela leitura, pode promover oportunidades de aprendizagem ao educando, contribuindo para o seu desenvolvimento crítico, reflexivo e autônomo na busca de novos conhecimentos ao longo da vida. Desta maneira a biblioteca ganha mais destaque dentro das instituições de ensino, passando a ser um espaço imprescindível para a formação da comunidade escolar.

As coleções passaram, então, a ser um produto resultante das necessidades institucionais e, conseqüentemente, de seus clientes internos e externos. Aquele modelo de bibliotecas centrado no armazenamento para fins de preservação do conhecimento, deu lugar a novo modelo baseado no acesso às informações de interesse a partir de estoque ilimitado de conhecimento. (Evans, 2000; Rowley; Vergueiro, 1997, p. 101 *apud* Weitzel, 2002)

Varela (2005, p. 2 *apud* Santini, 2017, p.180) afirma que estamos inseridos em uma nova “[...] sociedade que busca o conhecimento e novos modelos que possibilitem interpretar e

compreender o mundo”. Desse modo, cabe afirmar também que a biblioteca é um recurso educacional qualificado para habilitar sujeitos conscientes, capazes de promover uma transformação social. “A biblioteca tem uma função socioeducativa quando integrada ao cotidiano escolar. Deve-se reforçar os laços entre a biblioteca e a escola de modo que haja integração não somente dos elos compatíveis, mas dos elos coadjuvantes” (Fragoso, 2002. p.3).

Vale ressaltar a importância do bibliotecário, enquanto mediador da leitura e profissional central da biblioteca, estar integrado às demandas da comunidade escolar. Rasteli e Caldas (2015 *apud* Bari, 2018, p. 59) destacam que no campo de atuação que compreende a cultura e artes, o Bibliotecário pode representar a figura que instigue a pensar sobre as possíveis aproximações do repertório de cada indivíduo em relação ao universo cultural, artístico e informacional, tendo como fim atingir a apropriação cultural da coletividade. O que leva a entender a ação cultural promovida pelo bibliotecário como política social de caráter público, desenvolvendo as dimensões política, educativa e cultural.

No contexto educacional, a biblioteca escolar representa uma grande aliada, quando apresenta práticas que contribuam para o processo ensino aprendizagem.

A biblioteca escolar fornece informação e ideias que são fundamentais para sermos bem-sucedidos na sociedade atual baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos alunos competências para a aprendizagem ao longo da vida e estimula a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis. (IFLA/UNESCO, 2005, p.1)

Ciente da importância do papel da biblioteca e das suas potencialidades, no sentido de possibilitar o acesso igualitário à informação, à educação e à cultura, o bibliotecário, deverá ter um olhar atento às transformações sociais de forma integrada na comunidade escolar, e firmar parcerias que envolvam professores, direção, corpo discente e suas famílias, se necessário for.

De encontro a tais informações, destaca-se em âmbito nacional a Lei n.º 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, recentemente alterada pela Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024, que modifica a definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE).

A nova norma jurídica destaca, no Art.2º os seguintes objetivos da biblioteca escolar:

- I - **disponibilizar e democratizar a informação** ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;
- II - **promover as habilidades, as competências e as atitudes** que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita;
- III - constituir-se **como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem;**

IV - apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios. (Brasil, 2024, grifo nosso)

A legislação defende ainda que a profissão do bibliotecário seja respeitada, de acordo com as Leis n.º 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998. Ainda em seu Art.º 3º, a lei estabelece que os sistemas de ensino do país deverão desenvolver esforços progressivos para a universalização das bibliotecas escolares, num prazo máximo de dez anos, conforme mencionado no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Apesar desse prazo ter finalizado no ano de 2020, constata-se que inúmeras escolas brasileiras contam apenas com salas de leituras sem o profissional bibliotecário; outras, não possuem nenhum espaço de leitura, o que demanda um grande esforço dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia no que tange a fiscalização. A criação da Lei atribuiu valor e reconhecimento à biblioteca escolar como um espaço potencial de aprendizagem, que por meio de seus recursos informacionais, fornece instrumentos capazes de contribuir para a construção de novos saberes e/ou conhecimentos, essenciais para o desenvolvimento humano. Para Quinhões (1999, p. 1978):

[...] a Biblioteca Escolar deveria tornar-se “o coração da escola”, um centro dinâmico, que atuando em consonância com a sala-de-aula participaria em todos os níveis e momentos do processo de desenvolvimento curricular, composto de um acervo de material de ensino e de leitura diversificado, organizado, acessível a alunos e professores e adaptado às aspirações do momento [...].

Dessa forma, percebe-se a importância da biblioteca escolar como um dos espaços mais importantes da escola, um recurso pedagógico com inúmeras possibilidades de atuação por meio de práticas, as quais podem contribuir para o desenvolvimento dos indivíduos ao longo da vida, tornando-os “pensadores críticos e efetivos usuários da informação”, conforme destaca o Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar (2002). Percebe-se com clareza que a biblioteca poderá ser um valioso instrumento de combate ao racismo.

Considerando a legislação, as bibliotecas escolares têm a obrigatoriedade de possuir em seus acervos obras sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, e aliar um acervo consistente dessa temática ao ensino. Torna-se urgente a prática, que através de ações multidisciplinares com temas que abranjam a história e a valorização da cultura afro-brasileira, com foco na educação antirracista, possam contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica dos

indivíduos, “preparando-os para viver como cidadãos responsáveis”, conforme ressalta o Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar (2005)

4.2 Formação e desenvolvimento de coleções escolares: fundamentos para promoção de igualdade social

O desenvolvimento de coleções, ao longo da história, tem passado por diversas transformações que refletem a evolução das bibliotecas e da própria sociedade. O histórico do desenvolvimento de coleções nas bibliotecas pode ser delineado em várias fases significativas ao longo da história.

Na Antiguidade, notadamente na Biblioteca de Alexandria, a aquisição de manuscritos e rolos de papiro estava concentrada na representação do conhecimento da época, especialmente obras literárias e filosóficas.

Durante a Idade Média, bibliotecas monásticas e eclesiásticas desempenharam um papel central na preservação e transmissão de textos religiosos e filosóficos, focando em obras religiosas e teológicas.

O Renascimento trouxe uma expansão do interesse por artes, ciências e humanidades, com bibliotecas reais e acadêmicas incorporando uma gama mais diversificada de materiais, incluindo manuscritos, livros impressos e obras de arte.

Na Era Moderna, a Revolução Industrial e a imprensa moderna tornaram os livros mais acessíveis, e bibliotecas públicas surgiram, democratizando o acesso ao conhecimento. Nesse período, as coleções abrangeram obras literárias, científicas, técnicas e de referência.

Weitzel (2002, p. 62) ressalta que:

Até o fim da Idade Moderna, a lógica praticada era a de se colecionar praticamente tudo o que existia disponível, uma vez que a produção editorial estava ainda em seu estágio inicial. (Broadus, 1991, p.5). As bibliotecas da era pré-Gutenberg, se caracterizam por coleções infinitamente menores em volume, se comparadas com os padrões atuais. Certamente que, essa prática hoje torna-se inatingível e contra-producente. Por isso, essa temática se consolidou somente no século XX. Assim, as atividades de desenvolvimento de coleções constituem a resposta a essa impossibilidade contemporânea devido ao crescente aumento de publicações, o qual culminou com a explosão bibliográfica.

A explosão bibliográfica, embora seja um fenômeno contemporâneo, tem suas raízes nas inovações históricas, como a imprensa de Gutenberg, que aceleraram o processo de produção e disseminação de conteúdo escrito. Essa inovação histórica desempenhou um papel fundamental na transformação da maneira como as informações eram criadas, armazenadas e

compartilhadas, e seu legado continua a ser sentido na era moderna, com o crescimento contínuo das coleções bibliográficas.

A origem da explosão bibliográfica está relacionada com a invenção da imprensa de Gutenberg, em 1448, período marcado pelo florescimento do conhecimento técnico-científico livre dos auspícios da Igreja Católica. Através desse instrumento surgiu a possibilidade de reprodução em série do conhecimento registrado, o que desencadeou, ao longo de seis séculos, o aumento exponencial do volume de publicações editados no mundo. (Weitzel, 2002, p. 62)

O século XX testemunhou a inclusão de materiais diversos, em formatos variados, como audiovisuais, discos, fitas de áudio e vídeos nas coleções, bem como o aumento de coleções digitais, recursos eletrônicos, revistas online, bases de dados e o crescimento da internet, o que contribuiu para ampliar significativamente o escopo das bibliotecas. Vergueiro (1986, p. 11) destaca que:

De alguns anos para cá a questão do tamanho da coleção deixou de ser o ponto mais importante para os profissionais da biblioteconomia. Descobriram outras coisas. Primeiro, descobriram o usuário; depois, a coleção; agora, estão descobrindo o computador e estão extasiados com ele ...

Observa-se uma significativa transformação no campo da biblioteconomia e no desenvolvimento de coleções ao longo do tempo. Ela aponta para uma mudança nas prioridades dos profissionais bibliotecários, destacando que o tamanho da coleção já não é o principal ponto principal. Inicialmente, o enfoque passou a se concentrar no usuário, reconhecendo que as bibliotecas existem para atender às demandas informacionais das pessoas. Compreender quem são os usuários, suas necessidades e como podem ser adequadamente atendidos tornou-se central na prática bibliotecária.

A atenção volta-se para a coleção, onde a qualidade, a relevância e a adequação dos materiais passaram a ser priorizadas em detrimento da quantidade. A construção e manutenção de uma coleção diversificada e alinhada com as necessidades dos usuários passaram a ser consideradas mais importantes do que a simples acumulação de volumes, especialmente se desatualizados ou pouco relevantes. Vergueiro (1986, p.11) afirma que:

A partir de finais da década de 60 e inícios da de 70, desencadeou-se na Biblioteconomia internacional um movimento ao qual se resolveu denominar de Movimento para o Desenvolvimento de Coleções. De repente, no mundo inteiro (o Brasil demorou um pouco para aderir) boa parte dos bibliotecários começaram a preocupar-se com suas coleções, buscando desenvolvê-las, selecioná-las, expurgá-las, enfim, transformá-las em alguma coisa mais coerente.

Vergueiro (1986) apresenta o processo de desenvolvimento de coleções na biblioteconomia constituído em seis etapas, que vão desde a seleção, passando pela aquisição até a manutenção de materiais informacionais para atender às necessidades da comunidade de usuários. Essas etapas podem ser resumidas da seguinte maneira:

- **Estudo da comunidade:** Esta fase inicial implica a condução de uma análise minuciosa da comunidade de usuários, com o propósito de compreender suas características demográficas, necessidades informacionais, níveis de instrução e outros atributos que influenciarão a seleção de materiais.
- **Política de seleção:** É essencial estabelecer uma política de seleção, baseada nas informações obtidas na etapa anterior, que estabeleça diretrizes e critérios para a escolha de materiais a serem incorporados à coleção. Essa política orienta a tomada de decisões em relação aos itens a serem adquiridos.
- **Seleção:** Neste estágio, os profissionais responsáveis pela coleção procedem à escolha específica dos materiais que atendem aos critérios estabelecidos na política de seleção. Isso engloba a decisão sobre quais títulos e recursos serão adquiridos e incorporados à coleção.
- **Aquisição:** Após a seleção, segue-se o processo de aquisição, que envolve a obtenção efetiva dos materiais escolhidos. Isso pode englobar a compra de exemplares impressos, a assinatura de periódicos, a aquisição de recursos digitais, doações, entre outros métodos de aquisição.
- **Desbaste, incluindo descarte:** Conforme a coleção se expande, é imperativo realizar revisões regulares para assegurar que os materiais ainda sejam pertinentes e úteis à comunidade de usuários. O desbaste compreende a remoção de materiais desatualizados, danificados, pouco utilizados ou que tenham perdido relevância.
- **Avaliação da coleção:** A fase final do processo consiste na avaliação contínua da coleção, com o intuito de assegurar sua consonância com as necessidades da comunidade de usuários. Isso engloba a análise de estatísticas de uso, a coleta de *feedback* dos usuários e a revisão da política de seleção, contribuindo para a manutenção da coleção de acordo com as demandas atuais.

Essas etapas representam um componente fundamental na gestão de coleções de informações e são essenciais para a eficácia e relevância contínua da coleção em um contexto institucional. Vale salientar que as execuções exatas dessas etapas podem variar dependendo do tipo de instituição, recursos disponíveis e necessidades específicas da comunidade de

usuários.

Historicamente, a avaliação de bibliotecas muitas vezes estava ligada à quantificação dos itens em suas coleções, e um grande acervo era frequentemente considerado um indicador de prestígio. No entanto, à medida que as bibliotecas evoluíram para atender às necessidades e expectativas dos usuários, houve uma mudança notável nas prioridades, sendo de fundamental importância “*Acervos integrados à comunidade*”, conforme recomenda Vergueiro (1986, p.14).

Nesse contexto, as bibliotecas escolares, integrantes do sistema educacional, sua importância destaca-se não apenas como um espaço para armazenar livros, mas como uma parte essencial das atividades pedagógicas nas unidades escolares. Isso implica que as bibliotecas escolares devem não apenas existir, mas também estar intimamente integradas ao processo educacional em andamento.

Além disso, torna-se essencial que a coleção mantida pelas bibliotecas escolares deve estar alinhada com as diretrizes do sistema educacional vigente. Isso significa que a seleção de materiais na biblioteca é direcionada pelo currículo e pelo programa escolar, refletindo as necessidades de ensino e aprendizado da instituição. Essa abordagem demonstra uma conexão estreita entre a biblioteca e as metas educacionais da escola, visando fornecer recursos relevantes para os alunos e educadores. Dessa forma, faz-se necessário manter a coleção atualizada, acompanhando as mudanças nos programas e currículos escolares. Isso significa que, à medida que o ambiente educacional evolui, a biblioteca deve revisar sua coleção, removendo materiais obsoletos ou desatualizados e substituindo-os por recursos que atendam às novas necessidades pedagógicas. Essa prática visa garantir que a coleção seja dinâmica e adequadamente adaptada às demandas em constante mudança da educação.

Vergueiro (1989, p.20) destaca a relevância do processo de desenvolvimento de coleções, conforme a tipologia de cada biblioteca, dentre as quais está a biblioteca escolar, o mesmo autor afirma que a ênfase dada a cada uma delas são diferentes e sobre o processo no que tange as bibliotecas escolares afirma que:

Bibliotecas escolares: existem-ou, pelo menos, de veriam existir-para dar suporte às atividades pedagógicas das unidades escolares. Mais que isto: devem estar integradas no processo educacional. A coleção das bibliotecas escolares segue, na realidade, o direcionamento do sistema educacional vigente. A ênfase está, portanto, muito mais na seleção de materiais para fins didáticos -normalmente alicerçada em uma política de seleção que tem sua base no currículo ou programa escolar. O desbastamento da coleção irá acompanhar as mudanças nos programas e/ou currículos.

Tendo em vista a Lei a lei nº 11.645, de 10 março de 2008, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, a formação e o desenvolvimento de coleções escolares desempenham um papel preponderante na promoção da igualdade social no contexto educacional. As coleções escolares, abrangendo uma ampla gama de recursos didáticos, literários, digitais e outros materiais de aprendizado disponíveis nas instituições de ensino, representam um elemento central na garantia do acesso equitativo ao conhecimento.

O presente estudo, explora os princípios fundamentais, descritos abaixo, que sustentam a importância da formação e desenvolvimento dessas coleções como instrumentos essenciais para a promoção da igualdade social, dentre os quais estão:

➤ **Acesso equitativo ao conhecimento:** Um dos princípios basilares da educação é a igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento. Através do desenvolvimento de coleções escolares diversificadas e abrangentes, as instituições de ensino asseguram que todos os alunos tenham acesso a uma riqueza de informações, perspectivas e culturas. Isso é de particular relevância em sociedades multifacetadas, onde a igualdade social requer o reconhecimento e a valorização das diversas experiências e narrativas culturais.

➤ **Promoção da diversidade e inclusão:** A formação de coleções escolares que englobam materiais que representem a diversidade étnica, cultural, de gênero e de orientação sexual é fundamental para a criação de um ambiente escolar inclusivo. Ao expor os alunos a uma multiplicidade de perspectivas e experiências desde uma idade precoce, as coleções escolares podem contribuir para a redução de preconceitos e estereótipos, fomentando, desse modo, a igualdade social. Garantir a representatividade e a inclusão de todos os grupos étnicos e sociais nas coleções favorece um ambiente de aprendizagem mais acolhedor.

➤ **Desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico:** Uma coleção escolar bem elaborada deve conter uma ampla variedade de recursos que estimulem o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico. Isso inclui materiais que desafiem os alunos a questionar, analisar e avaliar informações de forma criteriosa. O pensamento crítico é um fator essencial para habilitar os alunos a se tornarem cidadãos informados e participativos, capazes de compreender as complexidades da sociedade e contribuir para a promoção da igualdade social.

➤ **Atualização constante do acervo:** O processo de formação e desenvolvimento

de coleções escolares não é estático, sendo imperativo que as instituições educacionais mantenham suas coleções atualizadas, refletindo os avanços no conhecimento, as mudanças na sociedade e as necessidades dos alunos. Manter as coleções atualizadas garante que os alunos tenham acesso a informações contemporâneas e pertinentes, promovendo, portanto, uma educação de qualidade e a igualdade de oportunidades.

➤ **A Importância da literacia informacional e/ou competência informacional:**

A fim de maximizar o uso das coleções escolares, é essencial que os alunos desenvolvam competência informacional. Isso envolve a habilidade de localizar, avaliar e utilizar informações de diversas fontes de maneira eficaz. A promoção da literacia informacional é essencial para capacitar os alunos a navegar pelo vasto repositório de informações disponíveis, distinguindo fontes confiáveis de não confiáveis, aspecto crítico para a promoção da igualdade social.

Outro aspecto importante a ser considerado na literacia informacional no que tange ao desenvolvimento de coleções está na capacitação dos profissionais da informação, pois auxilia na tomada de decisões embasadas, o que contribui para selecionar materiais criteriosamente, e assim promover a diversidade e avaliar constantemente a coleção para atender às necessidades dos usuários de maneira eficaz e relevante. Ela também facilita a promoção do uso efetivo e a adaptação às mudanças no ambiente informacional em constante evolução.

No século XXI, as bibliotecas continuam se adaptando às mudanças tecnológicas e às necessidades de uma sociedade digital, gerenciando recursos digitais, priorizando a acessibilidade e promovendo coleções diversificadas e inclusivas.

A formação e o desenvolvimento de coleções escolares desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade social, proporcionando um acesso igualitário ao conhecimento, promovendo a diversidade e a inclusão, fomentando o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, garantindo uma atualização contínua e promovendo a literacia informacional. Ao investir nesses fundamentos, as instituições de ensino podem contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

4.2.1 A Aquisição de materiais bibliográficos para a Biblioteca do Campus Humaitá II

Vergueiro (1985, p.63) afirma que a aquisição é uma etapa do desenvolvimento de coleções, caracterizadamente administrativo, sendo um meio de garantir os materiais que foram listados ao longo do processo de seleção.

Ao longo do processo de seleção, além do levantamento de títulos e exemplares realizado pelos bibliotecários (as), as bibliotecas escolares do Colégio Pedro II recebem demanda para a aquisição de novos materiais pela comunidade escolar. Ainda há necessidade de renovação constante do acervo para a substituição de exemplares obsoletos e desgastados pelo uso, para a reposição de materiais extraviados e não devolvidos pelos usuários, para a compra de obras clássicas de literatura universal e nacional, de lançamentos de livros, e de títulos com assuntos pertinentes aos acervos de cada biblioteca (considerando o segmento de ensino que cada uma atende). Outrossim nos segmentos iniciais da educação básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais) os materiais danificam-se mais rapidamente e possuem tempo de vida útil menor, aumentando a frequência de reposições.

As instituições de ensino superior são avaliadas pelo Ministério da Educação (MEC). Os cursos de graduação são avaliados através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que foi instituído pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril 2004. Já os cursos de pós-graduação são avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC). Para as bibliotecas universitárias foram criados mecanismos específicos que norteiam a avaliação, dentre os quais estão aspectos referentes ao acervo dos cursos e os espaços das bibliotecas em si, como por exemplo, os Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG)¹ do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Desta maneira, a constituição do acervo é um fator importante para a atribuição ou não de bons conceitos aos cursos.

A aquisição de materiais bibliográficos para as bibliotecas do Colégio Pedro II era realizada, até o ano de 2021, pela Central de Bibliotecas (CGAE/PROEN), de forma centralizada, por meio de processo licitatório. Eram adquiridos diferentes tipos materiais bibliográficos, em sua grande maioria, livros², conforme as categorias listadas na tabela seguinte.

Tabela 4.1 – Categorias de livros adquiridos de forma centralizada pela Central de Bibliotecas até o ano de 2021 e bibliotecas atendidas.

Categorias	Descrição	Bibliotecas atendidas
Livros de Educação Infantil	Livros de literatura voltados para o público infantil. Incluem histórias fictícias, biografias, poemas, histórias da cultura e dos costumes nacionais e histórias sobre fatos da vida real que estimulem o imaginário infantil	<ul style="list-style-type: none"> - Biblioteca Floresta de Livros (CREIR) - Biblioteca Sabor de Ler (<i>Campus Engenho Novo I</i>) - Biblioteca Galáxia Literária (<i>Campus Humaitá I</i>) - Biblioteca Liga da Leitura (<i>Campus Realengo I</i>) - Biblioteca Casa das Histórias (<i>Campus São Cristóvão I</i>) - Biblioteca O Fantástico Mundo dos Livros (<i>Campus Tijuca I</i>)
Livros Paradidáticos	Livros voltados para o uso didático e para atividades de incentivo à leitura, além de servirem para o lazer e entretenimento dos usuários	<p>Todas as bibliotecas dos <i>campi I</i> e:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Biblioteca Maria de Fátima Prôa Melo (<i>Campus Centro</i>) - Biblioteca Professor Aloysio Jorge do Rio Barbosa (<i>Campus Duque de Caxias</i>) - Biblioteca Professor Hélio Fontes (<i>Campus Engenho Novo II</i>) - Biblioteca Professor João Baptista de Mello e Souza (<i>Campus Humaitá II</i>) - Biblioteca Professor Gilmar Luiz Novaes (<i>Campus Niterói</i>) - Biblioteca <i>Campus Realengo II</i> (<i>Campus Realengo II</i>) - Biblioteca Professor Francisco Pinheiro Guimarães (<i>Campus São Cristóvão II</i>) - Biblioteca Professora Clementina da Silva Dias (<i>Campus São Cristóvão III</i>) - Biblioteca <i>Campus Tijuca II</i> (<i>Campus Tijuca II</i>)
Livros Didáticos	É um material de caráter pedagógico, que auxilia o planejamento docente, e apresenta uma sequência lógica para aprendizagem	Bibliotecas dos <i>campi II e III</i>

Livros Acadêmicos	Livros destinados ao atendimento dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como aos Cursos Técnicos de Ensino Médio e PROEJA	Bibliotecas dos <i>campi</i> Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo II, Humaitá II, Niterói, Realengo II, São Cristóvão III, Tijuca II e a Biblioteca Professora Sílvia Becker (PROPGPEC)
Obras de Referências	Livros voltados para a primeira consulta nas bibliotecas. Constitui-se de dicionários e enciclopédias temáticas e genéricas.	Bibliotecas dos <i>campi</i> I, II e III, CREIR e PROPGPEC

FONTE: Seção de Apoio Administrativo da Pró-Reitoria de Ensino do Colégio Pedro II, 2023.

Os processos de aquisição de materiais bibliográficos se alinham ao Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2023, e ao Plano Estratégico Institucional 2019 – 2023 do Colégio Pedro II, ao qual um de seus objetivos específicos era o de “Atualizar e ampliar o acervo bibliográfico” (Colégio Pedro II, 2021, p.20), obedecendo aos trâmites legais de um processo licitatório.

O processo licitatório, como afirma o art.2º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, tem por objetivos assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os licitantes e da competição em si, selecionar a proposta que gere um resultado mais vantajoso para Administração Pública, além de promover o desenvolvimento nacional sustentável, baseando-se nos demais princípios constitucionais e legais aplicáveis.

A modalidade de contratação utilizada para a aquisição de material bibliográfico é o Sistema de Registro de Preços (SRP) que é fundamentada no inciso II do art.15 da Lei n.º 8.666/1993, e tem por objetivo registrar os preços de fornecedores de determinado material que a Administração Pública deseje comprar futuramente, de acordo com quantitativos pré-estabelecidos, sendo economicamente mais vantajoso. Outra vantagem do SRP é a possibilidade de gerar várias contratações, quantas forem possíveis, respeitando é claro, o quantitativo máximo licitado e o prazo de validade do processo.

No critério de julgamento adotado é considerado o maior desconto percentual por item (Livros de Educação Infantil, Livros Paradidáticos etc.), considerando um valor referência, que o licitante oferece. De acordo com o desconto, chega-se ao valor final que cada item terá. Quando as listagens de livros confeccionadas pelas bibliotecas são enviadas ao fornecedor (o licitante que foi declarado vencedor do processo licitatório), esse desconto é aplicado ao valor

de capa (do catálogo da Editora) de cada título/livro, considerado a quantidade de exemplares solicitada.

Esse modelo de aquisição vem sendo adotada desde o ano de 2015 no âmbito Colégio Pedro II para aquisição de materiais bibliográficos. A metodologia também é adotada por outras instituições da Administração Pública, como por exemplo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Ministério Público Federal etc.

No último processo licitatório realizado pelo Colégio Pedro II, foram adquiridos os seguintes itens e quantidades para a Biblioteca do Campus Humaitá II.

Tabela 4.2 – Itens adquiridos para a Biblioteca do Campus Humaitá II ao longo do ano de 2022.

Item	Quant. Adquirida 2022
Livros Paradidáticos	364
Livros Acadêmicos	196
Obras de Referência	120

FONTE: Seção de Apoio Administrativo da Pró-Reitoria de Ensino do Colégio Pedro II, 2023.

Em todos os itens, foram adquiridos títulos que tratam da temática étnico-racial /diáspora negra, racismo, educação antirracista, povos originários, turismo em geral e relacionado a outras áreas, como: psicologia, gastronomia, geografia, tecnologia, biodiversidade, idiomas – inglês, espanhol e francês etc.

4.3 A coleção étnico-racial da biblioteca e a Lei n.º10.639/2003

A legislação brasileira conta atualmente com a Lei n.º 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. O normativo ainda inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

A lei acima citada altera a Lei n.º 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e inclui o Art. 26-A, que cita que nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, redação dada pela Lei n.º 11.645/2008, a qual amplia e acresce o ensino da cultura indígena no currículo escolar da Educação Básica.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões

pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (Brasil, 2004, p.17)

A educação antirracista deve ser vista como uma responsabilidade de toda sociedade. No campo da educação, debates referentes às relações étnico-raciais são urgentes, tanto na formação acadêmica do profissional quanto na sua atuação prática, inserido nesse contexto, enquanto profissional da informação e ciente do seu papel e fazer pedagógico, o bibliotecário, de forma integrada, como mediador, poderá estabelecer parcerias com os professores, com o objetivo de desenvolver ações culturais voltadas à aplicação e dinamização da Lei n.º10.639/2003. Nesse sentido, “as bibliotecas são importantes aliadas para a efetividade da promoção da igualdade etnicorracial, começando pela gestão de fontes informacionais”, conforme ressaltam Cardoso; Lima (2018, p.153).

Há diversas ações que podem ser propostas, tais como: contação de histórias, eventos temáticos, dinâmicas, oficinas artísticas, exposições com o acervo étnico-racial no espaço da biblioteca, exibição de filmes que promovam reflexões acerca das desigualdades e exclusão da população negra na sua trajetória. As questões relacionadas ao respeito e a diversidade, devem protagonizar tais ações. Fioravante (2021, p.3), explica:

[...] determina a inclusão do estudo da história da África e dos africanos, das lutas dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional, na formação básica, a serem ministrados em **todas as disciplinas do currículo escolar**, enfatizando que recebam **atenção especial nas disciplinas de educação artística, literatura e história brasileira**. (grifo nosso)

A promulgação da Lei 10.639 traz perspectivas otimistas para a valorização da cultura e história do povo negro, visando promover a igualdade racial. Nesse contexto, a biblioteca escolar desempenha um papel essencial como espaço de formação e promoção da cidadania, proporcionando oportunidades de acesso ao conhecimento, materiais educativos e recursos que abordam a diversidade étnico-racial. Assim, a biblioteca se configura como um ambiente propício para fomentar a consciência crítica, a compreensão intercultural e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O (A) bibliotecário (a), sendo um mediador de informação, pode corroborar com a educação antirracista em ambientes informacionais analógicos / tradicionais como as próprias bibliotecas e outros tipos de unidades de informação, como também em ambientes informacionais digitais ou híbridos, propondo a divulgação de temas que refletem as relações raciais em bibliotecas digitais ou virtuais, repositórios, blogs, redes sociais, entre outros. À exemplo disso, com o auxílio da informação e tecnologia, esse (a) gestor (a) pode adquirir, em sua unidade informacional, materiais de autores (as) negros (as) que trabalham ou não com as temáticas raciais e divulgá-los em redes sociais da unidade, atraindo usuários e promovendo direta e indiretamente a educação antirracista. (Valério, 2019, p. 120)

Considerando a sua função social e educativa, a biblioteca escolar entendida como uma unidade de informação capaz de implementar estratégias que despertem o pensamento crítico e a sua relevante contribuição no desenvolvimento intelectual dos indivíduos, torna-se um espaço fundamental para incentivar debates com temáticas voltadas à diversidade e à inclusão, para além da Lei n.º10.639/2003. Cardoso; Lima (2018, p.140) destacam que:

Podemos pensar as bibliotecas públicas e escolares como espaços apropriados para difundir a memória negra e colaborar na importante missão de construção da identidade dessa população majoritariamente discriminada, afinal, o Brasil possui uma dívida social com a comunidade negra, que foi trazida à força ao País para ser escravizada, contribuindo dessa maneira, para o desenvolvimento do Brasil.

Nesse sentido urge a necessidade de desenvolver esforços de forma integrada entre docentes e Bibliotecários, para incluir nos contextos escolares discussões acerca de temáticas que abrangem as questões indígenas e raciais, e assim contribuir para a implementação da referida Lei.

A Lei n.º 12.244/2010, alterada pela Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024, reforça a necessidade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Isso se deve ao objetivo principal da biblioteca escolar, conforme estabelecido na nova legislação, de “constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino-aprendizagem” (Brasil, 2024).

Desse modo, a biblioteca escolar enquanto espaço pedagógico deve pensar na formação de seu acervo, incluindo a temática, levando em consideração a sua missão, conforme destaca o Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar: “promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios” (IFLA/UNESCO, 2002, p.1).

A inclusão no currículo oficial da rede de ensino da obrigatoriedade da temática História

e Cultura Afro-Brasileira, significa no ambiente escolar “nutrir” crianças e adolescentes de informação e conhecimento. Foucault (1992 *apud* Valério, 2019, p. 119) afirma que “ter acesso à informação e conhecimento tanto na antiguidade quanto nos dias de hoje é um mecanismo de poder”; dessa forma, a lei em pauta assegura o direito à informação dos indivíduos e contribui para a valorização da cultura afro-brasileira, e para a construção de uma sociedade diversa, multirracial. Lima (2000, p. 21 *apud* Cavalcante 2020) ressalta que:

O conhecimento torna-se não somente uma aquisição individual, mas uma das possibilidades de desenvolvimento da pessoa que terá reflexos na vida em sociedade. Formar a pessoa para situar-se, inclusive, como membro de um grupo passa a ser, também, um objetivo de uma educação escolar voltada para a humanização.

A Lei n.º10.639/2003, assim como a Lei n.º11.645/2008, podem ser interpretadas como um reconhecimento a contribuição dos povos negros e originários na construção da história do Brasil, representando uma forma de reparar toda a tragédia do sistema escravista (Reis, 2019, p.197).

As referidas leis representam um reconhecimento da contribuição dos povos negros e originários na história do Brasil e buscam reparar os danos causados pelo sistema escravista. Essas leis estabelecem a inclusão obrigatória de conteúdos sobre história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. O objetivo é promover uma educação mais abrangente, valorizando a diversidade étnico-racial e estimulando a reflexão crítica sobre as desigualdades sociais e raciais. Essas medidas visam combater o racismo estrutural e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando a pluralidade cultural do país.

Os movimentos sociais negros, bem como muitos intelectuais negros engajados na luta antirracismo, levaram mais de meio século para conseguir a obrigatoriedade do estudo da história do continente africano e dos africanos, da luta dos negros no Brasil, da cultura negra brasileira e do negro na formação da sociedade nacional brasileira. Contudo, torná-los obrigatórios, embora seja condição necessária, não é condição suficiente para a sua implementação de fato. Segundo o nosso entendimento, a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja, a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro. (Quane, 2005, p.34)

Compreendendo que a educação contribui para o desenvolvimento dos indivíduos, a Lei n.º 10.639/2003 representa um símbolo de luta e de conquista na desconstrução do racismo nas escolas. Era comum encontrar em livros e materiais didáticos, imagens onde o povo negro era exposto em situações constrangedoras, muitas vezes, tratados como animais, algo humilhante

para as crianças, adolescentes negros e afrodescendentes. Consequentemente, destaca-se a importância do fortalecimento na formação dos docentes e outros profissionais, no que tange às questões raciais. Entende-se que a partir de uma construção coletiva, através do ensino, que destaque o negro como integrante fundamental da formação da sociedade brasileira, e da sua relevante contribuição no campo social, econômico e político, assim como a valorização de sua história e cultura, de posse da informação e do conhecimento, torna-se possível enxergar a educação como uma grande aliada na superação da visão eurocêntrica no âmbito escolar e do racismo.

Embora a lei seja uma conquista, a literatura aponta falhas quanto à implementação da mesma e lacunas quanto à qualificação dos professores para ministrarem a temática. Outro aspecto negativo em debate corresponde ao conteúdo a ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, mas com destaque especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, uma vez que todas as lutas relacionadas aos direitos dos povos negros são oriundas das ciências sociais e educação como um todo.

Logo é importante incluir temas que abranjam temáticas sobre a história e cultura afro-brasileira na formação dos docentes, bibliotecários e profissionais que atuam na área da educação, para que direcionem esforços na efetiva implementação da lei. Vale ressaltar que se torna necessário a inclusão desses temas na formação dos profissionais técnicos em guia de turismo, e a disponibilização dos recursos informacionais existentes nas bibliotecas, para melhor compreensão e domínio de aspectos inerentes às suas atribuições, as quais são consideradas como uma das mais relevantes das atividades turísticas.

Chimenti e Tavares (2016, p.30) afirmam que “sem a formação teórica adequada, as informações transmitidas aos turistas correm o risco de serem falsas, inventadas, deturpadas e recheadas de preconceito”.

Desse modo, o guia de turismo, considerado como protagonista na atividade turística, no desenvolvimento da sua prática, deve trazer na sua formação um olhar voltado para as demandas emergentes, contemporâneas, estando habilitado e sendo capaz de além de possuir conhecimentos técnicos, oportunizar ações educativas no turismo que promovam reflexões nos indivíduos. Segundo Picazo (2007, p. 19 *apud* Chimenti e Tavares, 2016, p.19):

O Guia na realidade é muito mais do que um mero acompanhante ou orientador. Trata-se de um artista que sabe conferir cor e calor, a uma paisagem, de um mágico capaz de dar vida as pedras milenares, de um acompanhante que consegue que os maiores deslocamentos pareçam curtos, de um profissional, definitivo, que torna possível que nos sintamos como em nossa própria casa no interior de um aranha-céu hoteleiro ou

de uma cabana africana.

Na sua atuação profissional, o guia de turismo desempenha um papel fundamental e multifacetado ao estabelecer uma conexão entre as atividades turísticas e os conhecimentos históricos, culturais e geográficos. Isso é realizado por meio da elaboração de roteiros que abrangem instituições responsáveis pela preservação da história e da cultura do povo negro. No planejamento de roteiros, pode-se incluir abordagem que contribua de maneira significativa para a promoção de uma educação antirracista, tendo como exemplo a Região da Pequena África, localizada no Rio de Janeiro, que preserva a cultura e história do povo negro e é apreciada por disseminar a valorização da cultura afro-brasileira.

No desempenho de sua função, o guia de turismo também assume um papel educativo ao propor discussões e diálogos sobre diversas temáticas, incluindo as questões raciais. Ao fazer uso dos recursos disponíveis em instituições culturais, como museus, centros de memória e casas de cultura, o guia de turismo tem a oportunidade de enriquecer suas apresentações ao utilizar exposições, documentos e artefatos relacionados à cultura afro-brasileira. Ao destacar essas informações durante as visitas guiadas, o guia contribui para a valorização e o reconhecimento da riqueza histórica e cultural dos afrodescendentes. Portanto, é de extrema importância que o guia possua conhecimentos sólidos acerca da cultura e história do povo negro, sendo a informação e a biblioteca instrumentos essenciais nesse processo de formação. Dessa forma, o guia estimula os turistas a refletirem sobre a escravidão, a luta pela igualdade e as contribuições dos afrodescendentes para a sociedade brasileira. Essa abordagem educativa possibilita que os turistas ampliem sua compreensão das questões raciais, tornando cada experiência única, enriquecida por informações, histórias etc. Além de estar contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, isso o torna um profissional fundamental para aqueles que desejam explorar e conhecer diferentes lugares e culturas.

Nessa perspectiva, evidencia-se a importância da implementação plena da Lei 10.639/2003 como forma de estimular a reflexão crítica e o respeito à diversidade cultural, possibilitando a desconstrução de estereótipos e preconceitos relacionados aos povos negros. Ao conhecer e valorizar a história e a cultura afro-brasileira, os estudantes têm a oportunidade de se reconhecer como parte dessa herança cultural e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática.

É importante ressaltar que a Lei 10.639/2003, busca não apenas incluir o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, mas também promover a valorização e o respeito à

diversidade étnico-racial em todos os setores da sociedade. Nesse contexto, o guia de turismo desempenha um papel significativo ao transmitir informações precisas e relevantes sobre a cultura afro-brasileira, contribuindo para a educação antirracista e a conscientização dos turistas, reflexão que urge para a superação das desigualdades e do racismo. Dessa forma, o guia de turismo, em sua atuação profissional, pode desempenhar um papel relevante ao contribuir para a sociedade nesse contexto, por meio de sua atuação profissional.

4.4 A Biblioteca na promoção da cultura afro-brasileira com foco na decolonialidade

A escravidão inicia-se no Brasil no período colonial, nessa época os africanos eram tratados como mercadorias, transportados a força em porões de navios, os conhecidos “navios negreiros” para o continente americano. Muitos negros não resistiam à viagem e, aqueles que resistiram, eram submetidos a condições degradantes, desumanas.

No dia 07 de setembro de 1822, o Brasil deixou de ser uma colônia de Portugal, passando a ser uma nação independente, através da proclamação de Dom Pedro I. Embora o sistema colonial tenha sido superado no papel, no cotidiano percebe-se a presença de padrões e práticas da colonialidade na sociedade, as quais se perpetuam e são reproduzidas até hoje, corroborando para a emergência das desigualdades e revelando um traço da estrutura do sistema escravocrata. Para a autora Ballestrin (2013), a colonialidade é a continuidade da propagação do pensamento colonial, sendo uma matriz que se expressa essencialmente em relações dominantes de poder, saber e ser. Tonial (2017, p.2) confirma e conclui que:

A colonialidade, então, se refere à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante. Se o colonialismo termina, a colonialidade se propaga de diferentes formas ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, inclui-se o racismo como uma herança que se propagou ao longo dos anos e exerce uma dominação de pessoas brancas sobre outras pessoas ou grupos de negros ou afrodescendentes, uma relação que teve origem nos processos de colonização, colonizadores, povos africanos e originários, os quais foram escravizados e submetidos ao sofrimento extremo.

Para Mignolo (2010 *apud* Tonial, 2017, p.2):

Essa matriz colonial de poder, é um tipo de controle que está baseado na questão da visibilidade, ou da percepção, que é privilegiada pelas epistemologias modernas. [...] a matriz colonial de poder dá visibilidade para determinadas formas de existência e saberes pela invisibilidade de outros, que passam a ser considerados inferiores e não científicos. Essa estética colonial nos impossibilita ver, sentir e pensar o que não tenha

a percepção moderno/colonial como ponto de referência.

Segundo Quijano (2005 *apud* Maia, 2020, p.232), “a colonialidade do poder trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores”. O mesmo autor destaca que:

A ideia de Colonialidade do Poder está diretamente relacionada a globalização. Este fenômeno emergiu, essencialmente, do processo de constituição da América e da propagação do capitalismo eurocentrado, tendo como padrão de poder a classificação por raça. Isto porque, na América Latina, a ideia de raça foi uma forma de legitimar as relações de dominação europeia, visto que o padrão do homem europeu era tido como superior e dotado de uma estrutura biológica/racial diferenciada (Quijano, 2005).

Dessa maneira, a colonialidade do poder contribui para promover as desigualdades e injustiças sociais sobre os povos negros na sociedade.

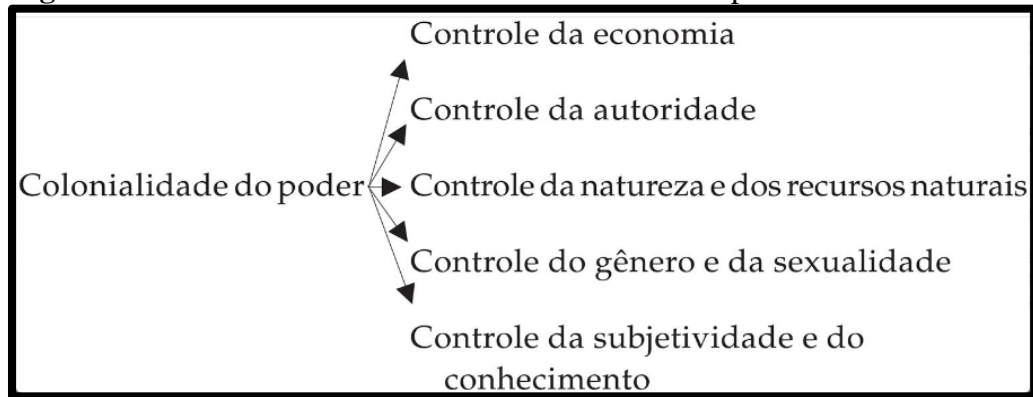
Quijano (2000, 2007 *apud* Tonial, 2017, p.3) cunha o termo colonialidade do poder para articular dois eixos fundamentais para entender a colonialidade de sua perspectiva: capital/trabalho e europeu(eia)/não europeu(eia). Com a articulação desses dois eixos, quer chamar a atenção para a ideia de raça, presente na distribuição dos lugares no mundo e na sociedade. O racismo (que da perspectiva da colonialidade está próximo ao etnocentrismo), para Quijano, é o princípio organizador da economia, da política e das diversas formas de poder e existência.

Essa análise enfatiza a interseção entre o racismo e o etnocentrismo como elementos centrais na organização da economia, política e outras formas de poder. Essa perspectiva ressalta a persistência de estruturas coloniais originadas do sistema escravocrata e a contínua influência e perpetuação de uma hierarquia racial nas relações sociais contemporâneas.

A suposta sociedade igualitária revela-se, na realidade, organizada em uma estrutura hierárquica, na qual o poder se concentra no topo da pirâmide social, favorecendo os indivíduos brancos e aqueles com maior poder econômico. Essa dinâmica resulta em invisibilidade social e opressão, afetando principalmente a classe menos privilegiada, na qual a população negra está inserida.

Ballestrin (2017, p.11), destaca que “o conceito de colonialidade do poder” foi alargado por Mignolo (2010, p.12), a partir da elaboração original de Quijano (1992), da seguinte e exata forma:

Figura 4.1 – Extensão do conceito de Colonialidade do poder.



FONTE: Ballestrin (2017, p.11).

Rosendo (2022, p. 638) ressalta que a colonialidade foi a “forma dominante de controle de recursos, trabalho, capital e conhecimento limitados a uma relação de poder articulada pelo mercado capitalista”. As raízes do colonialismo assim como do sistema escravocrata, embora superados, possuem reflexos que ainda estão presentes em nossa sociedade, no cotidiano, e emergem com diversas formas de manifestações e práticas que evidenciam o colonialismo nas relações entre as pessoas, como por exemplo o racismo, as desigualdades e injustiças sociais.

“A colonialidade, em consequência, é ainda o modo mais geral de dominação no mundo atual, uma vez que o colonialismo, como ordem política explícito, foi destruído. Ela não esgota, obviamente, as condições nem as formas de exploração e dominação existentes entre as pessoas”. (Quijano, 1992, p. 1 – 4)

Ballestrin (2017, p.11) afirma que “a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade”. O processo de colonização, desde o início, foi marcado por inúmeros aspectos impregnados de perversidades contra a população negra, a começar pela opressão, passando pelo sofrimento até exclusão social. Silenciosamente, os negros foram invisibilizados e coibidos de terem uma projeção justa na sociedade, mesmo após tantos séculos de trabalho. Ainda assim, os negros são vítimas de uma injustiça social, onde a discriminação racial e o racismo são uma das máculas do colonialismo e se arrasta ao longo de nossa história.

No tocante à construção de uma sociedade multirracial, urge pensar na descolonização. Nesse aspecto, o pensamento decolonial é uma luz na superação do racismo e no combate às desigualdades sociais, que ainda afetam os indivíduos até os dias atuais, dessa forma:

A libertação das relações interculturais da prisão da colonialidade implica também na liberdade de todas as pessoas, de optar individual e coletivamente em tais relacionamentos; uma liberdade de opção entre as diversas orientações culturais. E, sobretudo, a liberdade para produzir, criticar, trocar e intercambiar cultura e sociedade. Em parte, finalmente, do processo de libertação social de todo poder organizado que alimenta a desigualdade, a discriminação, a exploração e a dominação.

(Cunha, 2018, p.3 *apud* Quijano, 2016, p. 70)

A emancipação das relações interculturais do contexto de subordinação colonial significa que as pessoas têm a liberdade de escolher e se envolver em diferentes interações culturais, sem restrições ou dominação. Essa liberdade abrange a capacidade de escolher entre diferentes manifestações culturais, bem como de participar ativamente na criação, análise, troca e compartilhamento de cultura e sociedade.

Essa perspectiva de emancipação intercultural é parte integrante de um processo mais amplo de libertação social, que busca dismantelar qualquer forma de poder organizado que perpetue a desigualdade, discriminação, exploração e dominação. Rosendo (2022, p.638) afirma que:

O conceito de decolonialidade aparece como uma proposta para enfrentar a colonialidade e o pensamento moderno, [...]. A decolonialidade é considerada como caminho para resistir e desconstruir padrões, conceitos e perspectivas impostos aos povos subalternizados durante todos esses anos, sendo também uma crítica direta à modernidade e ao capitalismo. O pensamento decolonial se assenta como uma alternativa para dar voz e visibilidade aos povos oprimidos e subalternizados que durante muitos anos foram silenciados. É considerado um projeto de libertação política, social, cultural e econômica que visa dar respeito e autonomia a grupos e movimentos sociais.

Em resposta às manifestações de âmbito nacional, surge a proposta de um Sistema Educacional Antirracista que envolva a participação das autoridades, famílias, instituições escolares, obras literárias, bibliotecas e sociedade em geral, a fim de contribuir para o combate do racismo. Essa abordagem propõe a implementação de um programa de educação contínua, fundamentado na conscientização coletiva a fim de busca-se criar condições equitativas para que todas as pessoas possam exercer sua liberdade e participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A complexidade geográfica e os diversos fatores sociais adversos que permeiam a sociedade contemporânea, bem como o pensamento retrógrado europeu que ainda persiste no convívio social e outras questões relacionadas às relações raciais têm dificultado os esforços direcionados à busca pela igualdade e valorização da cultura e história da população negra. Até o momento, as medidas adotadas não têm sido totalmente eficazes, uma vez que essa população ainda enfrenta diariamente situações de violência, discriminação e preconceito.

Diante desse cenário, torna-se imperativo um compromisso coletivo, com indivíduos conscientes de seu papel na sociedade, para superar esse obstáculo e promover uma

transformação significativa na sociedade brasileira, com o objetivo efetivo de erradicar o racismo. Para Silveira (2021, p.10):

O pensamento decolonial possibilita, por sua vez, a análise e a crítica das relações de poder, a construção de alternativas a partir dos contextos locais, para superar as armadilhas da colonialidade, que reproduz a desigualdade, especialmente étnico-racial, de gênero e de classe.

Essa abordagem crítica busca desvelar e desafiar as estruturas de poder historicamente estabelecidas, promovendo uma reflexão profunda sobre as dinâmicas que perpetuam a marginalização e a discriminação, visando, assim, a promoção de práticas mais inclusivas e equitativas.

Nessa perspectiva, a biblioteca escolar, fonte de informação, vista internacionalmente como um espaço de promoção do pensamento crítico e de fomento ao desenvolvimento humanitário, tem em seu profissional, o bibliotecário, o principal responsável pela condução do espaço para o alcance dos objetivos, o qual possui responsabilidades, não apenas manifestadas internamente nas instituições, sendo também expressas através do código de ética da profissão, na missão do profissional e em instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), integrada ao ambiente escolar, desempenha um papel de grande relevância podendo ser uma força positiva nas questões sociais emergentes, oferecendo contribuições significativas para a desconstrução de padrões, assim como na transformação e desmantelamento de atitudes, práticas discriminatórias e racistas na sociedade brasileira.

A adoção de uma perspectiva decolonial no curso de Turismo visa repensar e reestruturar os métodos de ensino, pesquisa e prática neste campo, buscando romper com as estruturas de poder e conhecimento historicamente dominadas por narrativas e práticas eurocêntricas e coloniais. Tal abordagem promove uma prática mais justa, equitativa e respeitosa em relação às culturas e comunidades envolvidas.

5 O GUIA DE TURISMO E A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

O guia de turismo desempenha um papel relevante na promoção da educação antirracista, ao disponibilizar informações e contextos históricos que destacam a diversidade étnico-cultural de uma determinada região. Ao abordar temas como a herança da escravidão, a luta por direitos civis e a preservação do patrimônio cultural, através da narrativa e da apresentação de pontos turísticos relacionados à história e cultura afrodescendente, o guia pode contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais, bem como para o reconhecimento e valorização das contribuições dos povos negros para sociedade.

5.1 Atuação dos Guias de Turismo na educação antirracista

Recentemente foi veiculado na mídia, nos jornais de grande circulação e no site da Prefeitura Rio, um estudo realizado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) que destaca o Rio de Janeiro entre as cinco cidades que tiveram o maior crescimento do PIB do Turismo no mundo. O turismo carioca teve 9% de aumento em 2022, comparado com o ano de 2019, com isso, o Rio ocupa o quinto lugar mundial e o primeiro da América do Sul, atrás de Doha (Catar), Varsóvia (Polônia), Sanya (China) e Orlando (EUA) e à frente de cidades como Las Vegas, Miami (EUA), Joanesburgo (África do Sul), Lisboa (Portugal) e Antalya (Turquia), conforme ilustrado na tabela a seguir:

Tabela 5.1 – Ranking das cidades que tiveram maior crescimento do PIB do Turismo no mundo.

Ranking	Cidade	2022
1	Doha (Catar)	21%
2	Varsóvia (Polônia)	14%
3	Sanya (China)	10%
4	Orlando (EUA)	9%
5	Rio de Janeiro	5%
6	Las Vegas	5%
7	Miami (EUA),	5%
8	Joanesburgo (África do Sul)	4%
9	Lisboa (Portugal)	4%
10	Antalya (Turquia)	3%

FONTE: Prefeitura do Rio/ Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), 2024.

Com base nessa informação, percebe-se que o aumento do turismo carioca impacta a economia, e aquece o setor de comércio e serviços, revelando assim um vasto campo de atuação dos profissionais ligados à atividade turística.

A população negra no Rio de Janeiro, assim como em todo país, é majoritária, dessa forma torna-se difícil abordar o racismo e outras questões relacionadas às relações étnico-raciais estritamente a uma região ou estado, por soar como uma coibição à extensão que estas questões exigem.

A rica cultura do povo negro e afrodescendentes está em toda parte sob diversas formas de manifestação, como: o samba, o carnaval, o hip-hop, as danças, os adornos corporais, a moda, a culinária. Todos esses aspectos propagam-se e galgam espaços mediante a convivência da população, que busca a valorização para apagar preconceitos. Outras manifestações que se destacam são: os Grupos Axé, Ilê e Olodum, na Bahia e a Feira Preta – São Paulo/Rio de Janeiro. Incluem-se algumas feiras artesanais, as religiões de matriz africanas, a capoeira, todos propagados por iniciativas da cultura negra.

Num sentido antirracista plural, todas as instituições de ensino têm por obrigação incluir temas correspondente ao seu contexto. Um Guia de Turismo, enquanto educador e formador de opinião, não poderá se omitir no apoio a erradicação do racismo e de outros vícios sociais, como por exemplo o *bullying* ou a rejeição de pessoas idosas nas faculdades, que em muitos casos pedem transferência, ou não conseguem transpor as barreiras, e abandonam os estudos em pleno século XXI, sem que haja uma punição pelo Estado, que destarte também obstrui ações rumo ao extermínio dos preconceitos.

A formação dos docentes e a conscientização do seu papel como agente de transformação social, os tornam um elemento fundamental na mediação e na condução da formação dos seus discentes, desde a primeira infância. Dias (2012, p.8) orienta que:

Ao abordamos a diversidade étnico-racial na educação infantil; não se trata aqui de falar para os pequenos sobre os malefícios da escravidão no Brasil ou de como é feio discriminar, deve-se buscar no patrimônio cultural brasileiro referências que as levem a conhecer a história e a cultura afro-brasileira e indígena de modo que as valorizem. Trabalhar com esse patrimônio, com as suas diferentes linguagens, será de fato uma contribuição para se construir novos olhares sobre as histórias e as heranças culturais desses grupos ainda insuficientemente valorizadas no currículo da educação infantil.

Desde a educação infantil, cabe à escola, a família e o meio social que o estudante frequenta, promover o fortalecimento de um sistema antirracista, despertando nos indivíduos um olhar voltado para as relações étnico-raciais, o mal que representa o racismo e a exclusão social do povo negro. Dessa forma, baseados na informação, novos olhares surgirão e nessa

perspectiva, o Guia de Turismo (também apontado na literatura como educador, embora não se reconheça dessa forma), na sua atuação profissional e ciente da relevância de se posicionar frente as questões raciais, utilizando-se das técnicas de guiamento e domínio da linguagem, tomando como referência os patrimônios e espaços que guardam a história e a cultura do povo negro escravizado, pode explorar possibilidades através do resgate da história e da valorização da cultura do povo negro, com vistas a construir uma sociedade democrática, equânime e multicultural. Munanga (2005, p.16) ressalta que:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional.

Nessa perspectiva, o Guia de Turismo deve estar atento a possíveis desvios, focando no comportamento humano e nas relações étnico-raciais, de forma a estar apto a intervir em situações de discriminação e preconceito, contribuindo dessa forma para apagar as diferenças, levando os indivíduos a reconhecerem seu papel social, em busca de uma projeção justa da cultura afro-brasileira.

Pensando nas possibilidades de atuação dos Guias em Turismo e recursos nas bibliotecas, vislumbra-se caminhos que poderão contribuir na desconstrução do racismo a partir da atividade turística. A biblioteca tem em sua missão a promoção da leitura e a oferta de recursos variados nos diversos suportes e meios de comunicação. Assim a formação de uma coleção e/ou acervo étnico-racial faz-se necessário e urgente, tendo em vista a Lei n.º 10.639/2003. Torna-se fundamental a dinamização desse acervo junto aos discentes, um guia de leitura e outros instrumentos que possam ser utilizados como forma de divulgação dos materiais para contribuir com a formação profissional.

Pensando na formação dos discentes do Curso Técnico em Guia de Turismo do CH2, a presente pesquisa, de caráter interventivo, assume um papel primordial atuando na luta antirracista utilizando-se da informação como instrumento para o combate ao racismo, o qual impera em nossa sociedade.

Os discentes do Curso Técnico em Guia de Turismo possuem uma rica grade curricular com disciplinas que possibilitam uma articulação com espaços de memória e valorização da

cultura afro, dentre as quais destacam-se: Memória e Patrimônio Histórico, Patrimônio Artístico e Cultural do Grande Rio, Marketing e Empreendedorismo Aplicado ao Turismo, e Teoria e Técnica de Guiamento. Além dessas disciplinas, os discentes, contam com uma coleção étnico-racial disponibilizada pela biblioteca e, assim, munidos de informação e conhecimento, numa perspectiva decolonial, de forma a sensibilizar o olhar no combate ao racismo. Segundo Rosendo (2021, p.11):

Rompe-se dessa forma com os ideais da colonialidade, buscando, mesmo com os embates na seara da construção das políticas educacionais, dar visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados, por meio do pensamento decolonial.

Nesse contexto, cabe integrar as bibliotecas, uma vez que são unidades de informação que dispõem de instrumentos e atuam na promoção do pensamento crítico, e “habilita os estudantes para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis”, conforme destaca o documento Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar (2005).

Articular e despertar nos discentes do curso técnico de turismo, futuros profissionais, um olhar voltado às questões étnico-raciais para que através da sua atuação profissional possam utilizar recursos que valorizem a cultura e a história do povo negro e afrodescendente na promoção de uma educação antirracista. Rosendo (2021, p.11) alerta que:

É nesse cenário da decolonialidade que indivíduos, grupos e movimentos sociais, como o movimento indígena, o movimento negro, o movimento ecológico, o movimento LGBTQIA+2, dentre outros, vêm, mediante seus embates no cenário político, alcançando as chamadas Políticas Públicas de Ações Afirmativas, o que de certa forma, embora paulatinamente, vem rompendo com ideais da colonialidade.

Espera-se que mediante estratégias de enfrentamento de combate ao racismo, projetos integrados e programas sociais, os profissionais munidos de informação e conhecimento contribuam para harmonizar o convívio social e, assim juntos construir uma sociedade plural, livre de preconceitos e do grande mal, o racismo.

5.2 Locais de Preservação da Cultura Afro-Brasileira

A Região da Pequena África, localizada na área portuária da cidade do Rio de Janeiro, é um espaço de guarda de memórias do povo negro, assim como da sua cultura. Durante muito tempo o lugar foi invisibilizado pelo apagamento histórico. Em 2011, a região teve o seu

merecido reconhecimento, através do Decreto Municipal da Prefeitura do Rio de Janeiro n.º 34.803, de 29 de novembro, o qual dispõe sobre a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito.

“PEQUENA ÁFRICA” é o apelido dado pelo sambista Heitor dos Prazeres (1898-1966) à área abrangida pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, na zona portuária do Rio de Janeiro. Ocupada por uma população majoritariamente negra, a região foi recentemente apontada pela revista TimeOut de Londres como uma das mais “descoladas” do mundo, com bares charmosos e lugares fascinantes como o **Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos e a Pedra do Sal**, cuja história está intimamente ligada ao tráfico transatlântico de escravizados, à diáspora africana e ao nascimento do samba. Também na região, estão o morro e a favela da Providência, a mais antiga do Rio de Janeiro. Mais do que monumentos, a Pequena África é um território vibrante, onde o visitante poderá vivenciar a autêntica música, história, cultura e gastronomia afro-brasileiras no Rio de Janeiro. (Riotur, 2023, grifo nosso)

Além dos espaços citados de memória e cultura afro-brasileira do período mais intenso da escravidão no Brasil, outros pontos históricos, na região da Pequena África também se destacam, tais como:

- Cais do Valongo
- Pedra do Sal
- Jardins Suspensos do Valongo;
- Praça dos Estivadores;
- Casa da Tia Ciata, espaço cultural;
- Centro Cultural José Bonifácio/Muhcab;
- Instituto Pretos Novos (IPN).

A região, traz uma reflexão para toda a sociedade, a qual deve firmar um compromisso em erradicar o racismo, cabe uma reação enérgica e eficaz, um desafio que começar pelas instituições de ensino, visto que as escolas têm a missão de contribuir para formação do desenvolvimento dos indivíduos, enquanto cidadãos críticos, cientes dos seus direitos e deveres. No sentido de promover a cultura e a história do povo negro a Riotur disponibiliza um guia¹³, o qual contempla as informações mais relevantes sobre a Pequena África.

Destaca-se que há outras regiões da cidade do Rio de Janeiro, além de eventos, que valorizam a cultura afro-brasileira, tais como:

¹³ Disponível em: https://riotur.rio/wp-content/uploads/2023/03/Guia_PeqAfrica_ATUALIZADO.pdf. Acesso em: 18 maio 2024.

- As Escolas de Samba (Estácio de Sá, Mangueira, Portela, Salgueiro, entre outras);
- O Baile Charme do Viaduto de Madureira;
- O Jongo da Serrinha;
- As Rodas de Samba (como as que acontecem no Cacique de Ramos);
- A Feira das Yabás.

O guia de Turismo no Rio de Janeiro tem inúmeras possibilidades de atividades em locais relacionados à cultura afro-brasileira. O produto educacional desenvolvido nesta pesquisa visou articular os conhecimentos dos espaços de turismo com saberes acerca das questões raciais, a fim de auxiliar na formação integral desses profissionais, habilitando-os a atuarem de forma crítica e antirracista nestas localidades da cidade.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa fundamenta-se em abordagens metodológicas com o propósito de obter resultados confiáveis que validem as conclusões apresentadas na problemática inicial delineada. O interesse subjacente reside na investigação da dinâmica de um fenômeno específico.

Neste capítulo serão descritas as características da metodologia utilizada no estudo, compreendendo a sua tipologia, os métodos de coleta e análise dos dados e outras informações que se façam necessárias, como intercorrências e barreiras.

6.1 População e amostras

Gil (2002, p. 121) afirma que, “de modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los na sua totalidade. Por essa razão, o mais frequente é trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo”.

Na presente pesquisa, o universo selecionado constitui-se de duas amostras: a primeira, composta por 12 (doze) estudantes da turma de 2022 do Curso Técnico de Guia de Turismo do Campus Humaitá 2; a segunda, composta por 12 (doze) professores, incluindo 01 (um) coordenador do referido curso. Segundo Gil (2002, p. 98), “para que se efetive um experimento, torna-se necessário selecionar sujeitos. Essa tarefa é de fundamental importância, visto que a pesquisa tem por objetivo generalizar os resultados obtidos para a população da qual os sujeitos pesquisados constituem uma amostra”.

6.2 Tipo de pesquisa

A pesquisa em questão visa realizar uma intervenção com o intuito de promover a transformação no ambiente de trabalho. Quanto à abordagem metodológica, classifica-se como quanti-quali, a primeira quantitativa possibilita a interpretação de fenômenos, enquanto a segunda oferece uma atribuição mais abrangente de significados.

Quanto aos objetivos, na pesquisa descritiva e exploratória: descritiva por descrever características minuciosas sobre uma determinada população por meio de questionário encaminhados aos docentes, discentes incluindo o coordenador do Curso Técnico em Guia de Turismo do *Campus* Humaitá II do Colégio Pedro II, com vistas a buscar um informações com aprofundamento acerca do tema; exploratória porque visa conhecer o problema, explorá-lo a fim de obter informações mais precisas e possibilitando assim a construção de hipóteses durante

a investigação.

Quanto aos procedimentos metodológicos, baseiam-se na pesquisa bibliográfica e de campo, o que evidencia o seu caráter exploratório. Segundo Gerhardt e Silveira (2009, p.35) “este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Thiollent (2011, p. 56) afirma que esta fase “consiste em “descobrir o campo de pesquisa, os interessados e suas expectativas e esclarecer um primeiro levantamento (ou “diagnóstico”) da situação, dos problemas prioritários e de eventuais ações.” No primeiro procedimento revisão bibliográfica, propôs-se realizar uma revisão de literatura nas áreas de pedagogia, educação, turismo, biblioteconomia, ciências sociais, e legislação, a fim de possibilitar maior embasamento teórico do presente estudo. Gil (2002, p. 44), afirma que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográfica.

No segundo procedimento, corresponde a fase empírica da investigação, a qual é denominada-se pesquisa campo, segundo Gonsalves (2001, p.67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Dessa forma, a pesquisa de campo, trata-se de uma investigação *in loco*.

6.3 Instrumentos de coleta

A coleta de dados envolveu as amostras, em fases separadas: 12 estudantes matriculados no curso de Guia de Turismo, público-alvo da presente pesquisa, e outra amostra composta por 12 docentes que ministraram aulas no referido curso. Inicialmente, foi essencial uma aproximação com os estudantes e professores. Na qualidade de bibliotecária do campus CH2, já mantinha familiaridade com a maioria dos professores, enquanto outros eram novos contratados do campus. No entanto, a relação com os alunos era limitada, restringindo-se aos poucos que frequentavam à biblioteca. Durante o processo de abordagem aos estudantes e

professores, apresentou-se a pesquisa, destacando-se a perspectiva antirracista e o propósito de contribuir para a formação profissional dos estudantes, com ênfase na articulação do conteúdo com a atividade turística. Esse primeiro contato revelou-se positivo, uma vez que a pesquisa foi recebida com entusiasmo pelos membros das amostras mencionadas, incluindo professores e alunos.

Ao longo desse percurso, estabeleceram-se relações de amizade entre os alunos e os professores. Ao ter ciência da realização da pesquisa, uma discente tomou a iniciativa de me incluir no grupo do *WhatsApp* da turma, antes consultou os colegas e todos concordaram. Por meio desse estreitamento de laços, experimentei um sentimento de acolhimento por parte de todos os membros do grupo, o que propiciou a dissipação de algumas dúvidas inerentes à minha pesquisa. O coordenador do curso prontamente comunicou aos colegas, através de mensagem pelo *WhatsApp*, sobre a distribuição do questionário online, oferecendo, assim, suporte à pesquisadora. Tal atitude revelou-se fundamental diante de situações em que não se obtiveram respostas aos questionários enviados, sendo que, mediante esse respaldo, alguns obstáculos foram superados. Dentre os desafios enfrentados, incluem-se casos nos quais alguns professores não utilizavam mais o endereço de e-mail encontrado no SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública; questionários que inadvertidamente foram desviados para a pasta de Spam e foram localizados apenas após contato direto; docentes que, em virtude da agitação cotidiana, abriram o e-mail mas adiaram a resposta, acabando por esquecê-la e professores contratados que lecionaram no curso, mas já não estavam mais vinculados ao Campus. Nesse processo, destaca-se a significativa contribuição de uma professora de turismo em conjunto com o coordenador. Alguns professores foram muito solícitos, cederam espaços de suas aulas para que os questionários fossem respondidos pelos alunos.

Na primeira fase, empregou-se um questionário semiestruturado, contendo 12 perguntas específicas (conforme Apêndice C), aplicado presencialmente em sala de aula aos discentes do Curso Técnico em Guia de Turismo. A aplicação do questionário transcorreu ao longo de dois dias, sendo conduzida durante a aula de turismo no primeiro dia e, no segundo dia, na aula de marketing e empreendedorismo aplicado ao turismo. As docentes responsáveis por essas disciplinas colaboraram prontamente, disponibilizando todo o suporte necessário para garantir o êxito desta fase. Três estudantes ausentaram-se nos dias designados para a aplicação do questionário, diante dessa situação, as professoras e os próprios alunos se sensibilizaram no sentido de colaborar para viabilizar a aplicação. Dada a proximidade do término do curso, e considerando que os alunos já possuíam suas respectivas avaliações, muitos não compareciam

regularmente às aulas. Um estudante, em particular, optou por não retomar as atividades acadêmicas, tendo cumprido suas obrigações como discente. Nesse contexto, a professora tomou a iniciativa de conduzir o questionário até o referido aluno durante a celebração de encerramento do curso em uma pizzaria, onde gentilmente o aluno concordou em respondê-lo e depois devolvido à pesquisadora, responsável pela pesquisa. Quanto aos outros dois alunos ausentes, os próprios colegas indicaram as aulas em que poderiam ser localizados. Aguardei nos corredores até encontrá-los, momento em que apresentei a pesquisa e solicitei a participação deles na resposta ao questionário, o que prontamente foi realizado.

Na segunda fase, foi distribuído aos docentes, incluindo o coordenador do curso, um questionário semiestruturado composto por 12 perguntas específicas, elaborado através do formulário eletrônico desenvolvido no *Google Forms* (ver Apêndice D).

Segundo Gil (1999, p.128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” Gil (2002, p.115) destaca ainda que “o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato”.

Na elaboração dos questionários, a fim de corresponder às expectativas propostas inicialmente da pesquisa e obter as respostas, além da identificação do perfil, aspectos importantes foram incorporados no questionário. A inserção de perguntas específicas teve como propósito a identificação do conhecimento do público-alvo, assim como a avaliação da pertinência da pesquisa. A intenção subjacente era explorar a potencialidade de estabelecer, por meio do acervo étnico-racial da biblioteca, um diálogo entre esta e instituições culturais e de memória relacionadas aos povos afro-brasileiros. Tal interação visa contribuir para a capacitação de guias de turismo a partir de uma formação omnilateral, fomentando uma atuação profissional pautada na promoção de uma educação antirracista.

Nesse contexto, destaca-se o papel da biblioteca como uma unidade de informação dotada de recursos informacionais capazes de empoderar os estudantes em formação para guias de turismo, proporcionando-lhes informações relevantes para desempenhar suas atividades com responsabilidade social. Este processo contribui, assim, para o enfrentamento do racismo e para a promoção da valorização e resgate da história dos povos negros. Outro aspecto relevante, ponto focal deste estudo, foi constatar, infelizmente, independentemente da cor/etnia dos respondentes, a existência do racismo na sociedade brasileira e a relevância do produto

educacional proposto – o *e-book*/guia de leitura com obras que apresentam uma perspectiva antirracista.

No próximo capítulos serão apresentados os dados, assim como a sua análise.

7 ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de duas amostras distintas, compreendendo 12 estudantes e 12 professores. A abordagem adotada para os docentes consistiu na aplicação de um questionário utilizando a plataforma *Google Forms*. Em contrapartida, a coleta de dados dos discentes foi realizada através de um questionário semiestruturado, de forma presencial no Campus Humaitá II.

De modo geral, os dados colhidos responderam as dúvidas iniciais, o que reafirma a relevância da presente pesquisa. Questionados sobre a existência de práticas racistas, os dados das duas amostras (estudantes e professores) apresentaram, de maneira significativa, a percepção do reconhecimento de práticas racistas no contexto brasileiro. Nesse sentido, Fleuri (2003, p.4) afirma que “o objetivo da educação antirracista é o de promover atividades educativas para aprofundar a consciência de cada um, de modo a saber identificar e desmontar práticas racistas, implícitas ou explícitas, pessoais ou institucionais”. Alguns respondentes de ambas as amostras relataram ter experimentado episódios de racismo ou testemunhado situações de discriminação racial.

Segundo Bardin (2011, p.15), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e conteúdos) extremamente diversificados. A autora enfatiza que a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar com criticidade. Dessa forma, a seguir, destacam-se alguns pontos que elucidam a relevância dessa análise de forma contextualizada na presente pesquisa, bem como:

- **Identificação de disparidades e desigualdades:** A análise de dados possibilita a identificação de disparidades no tratamento educacional entre diferentes grupos raciais. Revela desigualdades no acesso a recursos, oportunidades de aprendizado e experiências educacionais, constituindo uma base empírica para a conscientização acerca das discrepâncias existentes, com base nos dados apresentados nos gráficos e interpretados, o que torna possível traçar caminhos de combate ao racismo.
- **Avaliação da efetividade de práticas educacionais antirracistas:** Ao analisar dados referentes à implementação de práticas antirracistas, será possível avaliar a eficácia dessas iniciativas. A análise permite a mensuração de impactos, a identificação de aprimoramento e a validação de abordagens exitosas.

- **Diagnóstico de atitudes e percepções:** A coleta e análise de dados acerca das atitudes e percepções de educadores, estudantes proporcionam percepções fundamentais. Tais informações auxiliam na compreensão das dinâmicas raciais no ambiente educacional, identificando pontos de intervenção para fomentar uma cultura antirracista. Nessa perspectiva, cabe salientar que a elaboração do produto educacional proposto representará uma contribuição significativa para a formação dos estudantes, uma vez que as informações disponibilizadas por meio dos livros na biblioteca servirão como recurso valioso, enriquecendo o conhecimento e promovendo uma abordagem educacional mais inclusiva e sensível às questões raciais.
- **Base para formulação de políticas e intervenções:** Os dados analisados constituem uma base sólida para a formulação de políticas e intervenções educacionais antirracistas. As conclusões obtidas podem orientar a criação de diretrizes, programas de capacitação e políticas inclusivas, visando à promoção da equidade e diversidade no sistema educacional. Nesse sentido, cabe mencionar a proposta do *e-book*, o qual além de ser uma rica fonte de informação na promoção de uma educação antirracista, propõe promover uma reflexão nos guias de turismo, de modo que possam se enxergar como educadores e multiplicadores na sua atuação profissional.
- **Monitoramento de progresso ao longo do tempo:** A análise contínua de dados possibilita o monitoramento do progresso ao longo do tempo. Isso viabiliza a avaliação da eficácia das ações implementadas, indicando se as disparidades raciais estão sendo mitigadas de maneira efetiva. Ao longo dos anos, as ações afirmativas em prol dos povos negros, torna-se possível muitas conquistas, estas são decorrentes de grandes lutas do movimento negro.
- **Contribuição para a Conscientização Social:** Ao apresentar dados claros sobre as desigualdades raciais no contexto educacional, a pesquisa contribui para a conscientização social. Essa conscientização é essencial para mobilizar esforços coletivos em prol de uma educação mais justa e equitativa.
- **Embasamento para Discussões:** A análise de dados robustos fornece uma base sólida para discussões e propostas. Isso é fundamental para sensibilizar decisões no campo político, educadores, pais e a sociedade em geral sobre a importância da promoção de uma educação antirracista.

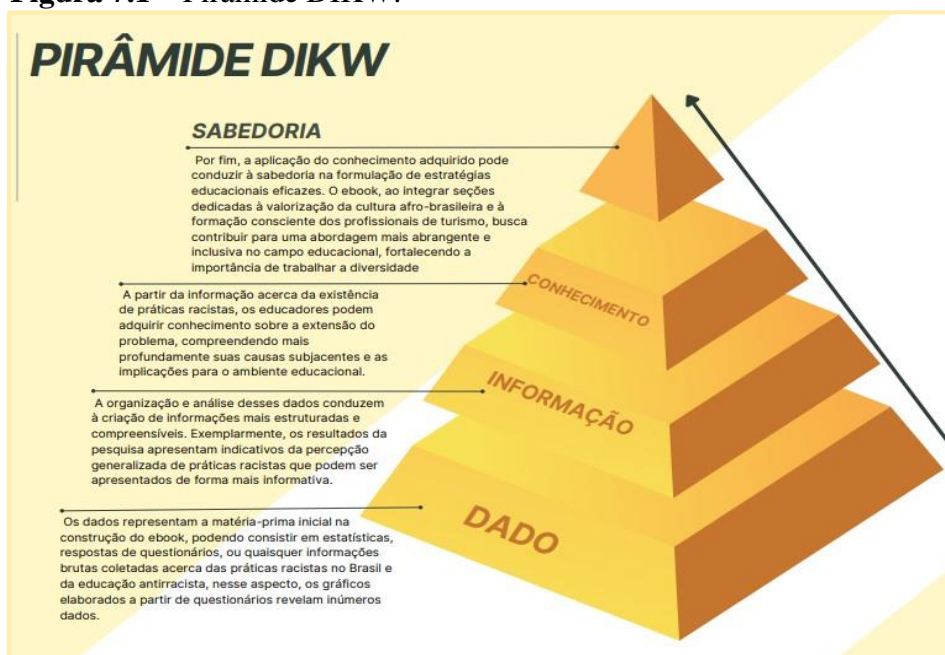
Nessa perspectiva, a análise de dados em uma pesquisa dedicada à educação antirracista desempenha um papel fundamental na identificação, compreensão e abordagem das

disparidades e injustiças raciais presentes no sistema educacional e em toda sociedade.

A análise de dados da presente pesquisa que culmina na elaboração do *e-book* e alinha-se intrinsecamente com o modelo DIKW (Data, Information, Knowledge, Wisdom), fundamentado na premissa de que dados podem ser convertidos em informação e, este em conhecimento, e, por fim, o conhecimento em sabedoria (Nurulin *et al.*, 2019; Rowley, 2007). Esse modelo provê uma estrutura conceitual que possibilita a compreensão da progressão e da interconexão entre esses quatro elementos.

Ao contextualizar a proposta do *e-book*, que engloba seções específicas, tendo como destaque a Seção Lélia Gonzalez, em homenagem à filósofa, professora e ativista brasileira, e a Seção Turismo, compreendendo uma seleção de obras pertinentes ao curso técnico em Guia de Turismo, torna-se possível estabelecer uma relação com cada elemento do modelo DIKW (Data-Information-Knowledge-Wisdom ou dado-informação-conhecimento-sabedoria), conforme ilustra a figura:

Figura 7.1 – Pirâmide DIKW.



FONTE: A autora, 2023.

O reconhecimento de que esses elementos são distintos, mas inter-relacionados, conforme proposto por Remor, Fialho e Queiroz (2017), sublinha a interdependência dessas fases no contexto da pesquisa educacional. A proposta do *e-book* dialoga com essa perspectiva ao reconhecer que a transformação de dados brutos em sabedoria requer uma abordagem integrada e consciente das questões raciais no ambiente educacional.

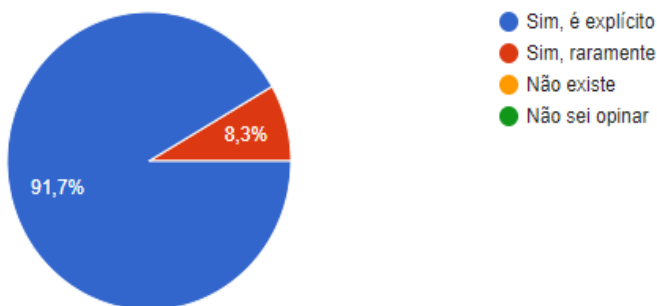
O modelo DIKW original é baseado na suposição de que dado pode ser usado para criar informação; a informação para conhecimento; e o conhecimento para sabedoria (Nurulin *et al.*, 2019; Rowley, 2007). Além disso, os elementos podem ser compreendidos como tendo valores crescentes correspondentes ao seu nível (Ermine, 2013) ou como tendo aumento da abstração conforme o nível sobe (Navega, 2007). Assim, entende-se que os quatro elementos DIKW são distintos, porém intimamente relacionados, fazendo parte de um mesmo fenômeno (Remor; Fialho; Queiroz, 2017 *apud* Ribeiro; Santos, 2020, p.71).

Dessa forma, os gráficos apresentados, abaixo, delineiam as respostas obtidas à pergunta "Na sua opinião, há práticas racistas no Brasil?", esta integra o questionário das duas amostras. Com base em uma amostra constituída por 12 docentes que lecionam no curso de turismo e 12 discentes do Curso Técnico em Guia de Turismo, uma análise atenta dos resultados evidencia de forma contundente o reconhecimento generalizado da existência de práticas racistas no Brasil. Essa conjuntura reflete um cenário de discriminação na sociedade brasileira.

Gráfico 7.1 - Docentes – “Na sua opinião, há práticas racistas no Brasil? ”

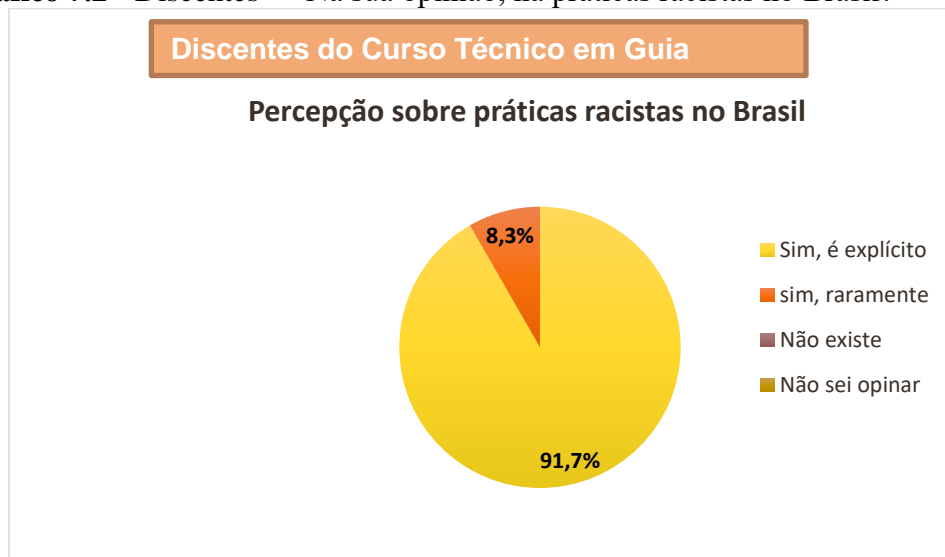
Na sua opinião há práticas racistas no Brasil?

12 respostas



FONTE: Elaborado pela autora no *Google Forms*, 2023.

A mesma questão foi apresentada aos discentes, com resultados relatados a seguir.

Gráfico 7.2 - Discentes – “Na sua opinião, há práticas racistas no Brasil? ”

FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

Observa-se que dos 12 participantes de cada amostra, 11 responderam afirmaram de maneira assertiva à questão, destacando a percepção de forma explícita do racismo no contexto brasileiro. Isso representa uma taxa de 91,7% de respostas positivas dentro da amostra analisada. A percepção compartilhada entre docentes e discentes, aponta para um quadro preocupante de discriminação arraigada na sociedade brasileira. Dessa forma, o gráfico não apenas ilustra a prevalência do reconhecimento do racismo, mas ressalta a importância de atitudes e percepções de educadores quanto às abordagens e intervenções para enfrentarem e buscarem estratégias para eliminar essas práticas discriminatórias.

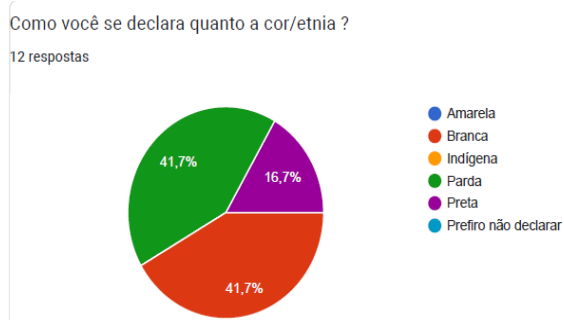
Da mesma forma, em cada amostra, dos 12 participantes, 1 respondeu afirmativamente, indicando a ocorrência de racismo como algo raro, o que representa uma taxa de 8,3% nessa categoria. Esse dado evidencia a complexidade intrínseca às percepções acerca do fenômeno do racismo na amostra em análise, suscitando a necessidade premente de uma abordagem aberta e inclusiva ao debater esta temática. Tal demanda exige uma apreciação atenta de uma variedade de fatores, uma vez que as percepções relativas ao racismo podem ser influenciadas por diferentes perspectivas, experiências pessoais e contextos sociais.

As manifestações sutis e sistemáticas do racismo na sociedade convergem para a deficiência de consciência quanto a identificação e sensibilização perante as formas mais discretas do preconceito racial. O racismo estrutural, intrínseco à dinâmica social, associado à carência de compreensão acerca da história do Brasil e da estrutura racial do país,

potencialmente contribui para a percepção minoritária de que o racismo é uma ocorrência rara.

Ainda assim, não é possível negligenciar dados que revelem o racismo, mesmo que pouco frequentes. Duas questões integram os questionários das duas amostras, uma das questões trata-se sobre como o entrevistado se declara quanto a cor/etnia e a outra se já sofreu racismo. Considerando a força com que o racismo está enraizado na sociedade, as declarações despertam atenção nesse aspecto.

Gráfico 7.3 - Docentes sobre sua etnia.



FONTE: Elaborado pela autora no *Google Forms*, 2023.

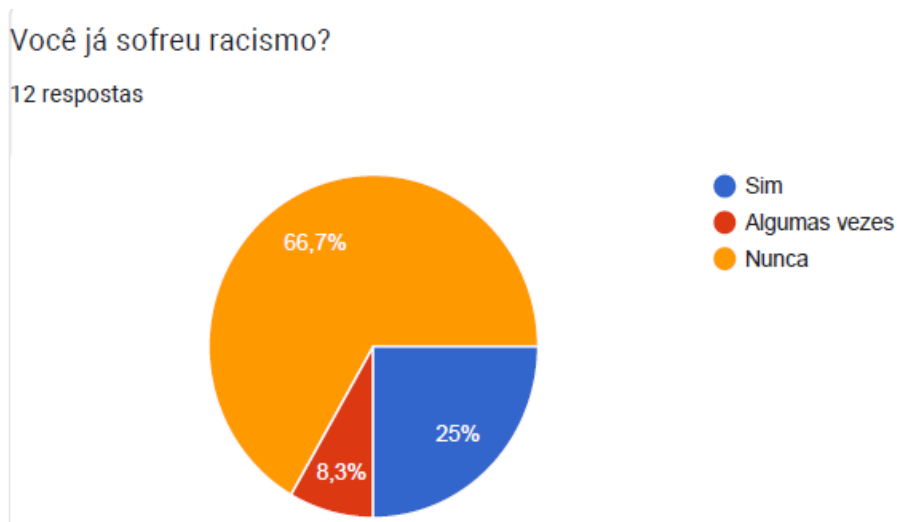
Gráfico 7.4 - Discentes sobre sua etnia.



FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

A demografia dos participantes indica uma distribuição diversificada, os docentes representam: 41,7% autodeclarando-se pardos, 16,7% pretos e 41,7% brancos. Já os discentes representam: 41,67% brancos, 41,7% pardos e 16,7% não responderam.

A questão “*Você já sofreu racismo?*”, foi apresentada as duas amostras, docentes e discentes.

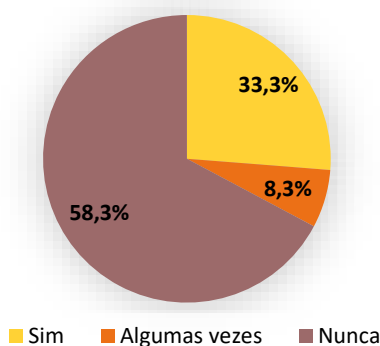
Gráfico 7.5 - Docentes - Você já sofreu racismo?

FONTE: Elaborado pela autora no *Google Forms*, 2023.

A análise dos dados revela padrões notáveis nas percepções de identidade racial e experiências de racismo entre os professores.

Ao indagá-los sobre a ocorrência de experiências de racismo, a maioria dos professores, correspondendo a 66,7%, afirmou jamais ter sido alvo de discriminação racial. Entretanto, 8,3% relataram ter enfrentado episódios dessa natureza algumas vezes, enquanto 25% indicaram ter sofrido racismo em algum momento.

A mesma questão “*Você já sofreu racismo*” apresentada aos discentes, conforme revela gráfico abaixo, a maioria, correspondendo a 58,3% responderam que nunca sofreram racismo; 8,3% afirmaram ter sofrido algumas vezes e 33,3% relataram já ter enfrentado situações de racismo.

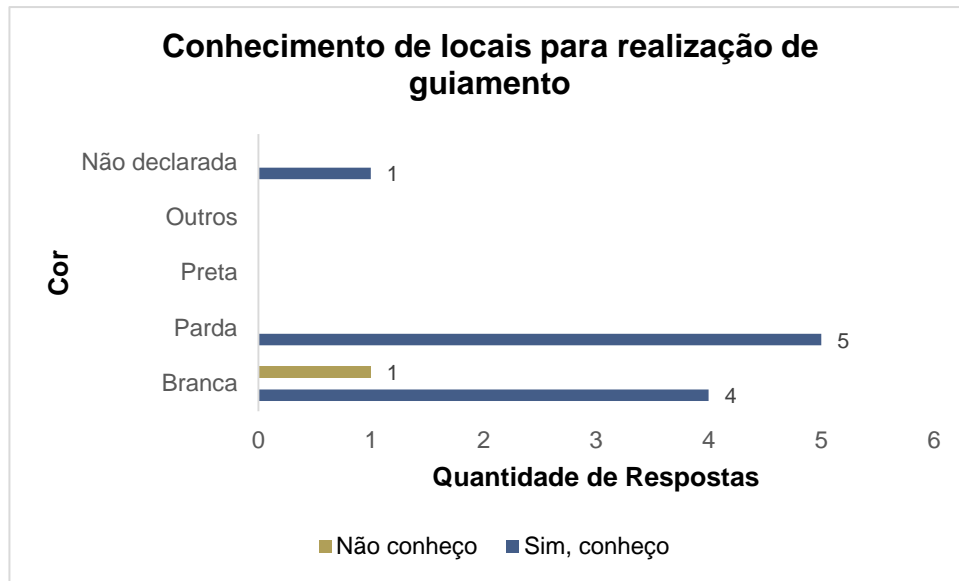
Gráfico 7.6 - Discentes - Você já sofreu racismo?**Você já sofreu racismo?**

FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

Estes resultados evidenciam que, embora uma parcela considerável dos professores e estudantes não tenha sido diretamente afetada pelo racismo, uma proporção não negligenciável ainda relata experiências discriminatórias. Essa constatação ressalta a urgência de promover um ambiente educacional inclusivo e sensível às questões raciais, visando atenuar tais vivências negativas e fomentar uma cultura antirracista. Adicionalmente, a análise desses dados pode servir como fundamentação para a formulação de estratégias e políticas que abordem disparidades raciais, promovendo a equidade no contexto educacional.

De forma indireta, os estudantes foram instigados a pensar em espaços de memória na cidade do Rio de Janeiro que pudessem oportunizar aos guias narrativas antirracistas. Ao serem perguntados “*Você conhece alguma região no RJ onde possa ser realizado um guiamento que de alguma forma promova reflexões antirracistas?*”. Os estudantes foram unânimes na resposta ao mencionar a Região da Pequena África, destaque desta pesquisa, como um dos espaços de memória com possibilidade de atuação dos guias para o combate às práticas racistas, o que evidenciou a oportunidade de articulação entre a atividade turística e à educação para as relações raciais.

Gráfico 7.7 - Discentes - Região no RJ para guiamentos antirracistas



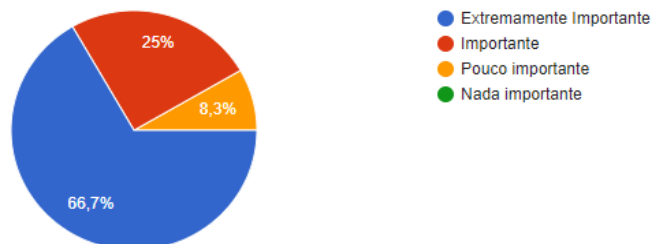
FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

Na amostra dos professores, foi apresentada a seguinte questão: *“Esta pesquisa visa contribuir para o fortalecimento e incorporação de uma perspectiva educacional antirracista na formação dos alunos de guia de turismo, futuros profissionais. Qual é a sua avaliação acerca da relevância de um guia de leitura interativo (e-book), abrangendo uma seleção de obras literárias, diretrizes relacionadas às temáticas étnico-raciais e diáspora negra, contextualizadas dentro da esfera da atividade turística?”*

Gráfico 7.8 - Docentes - Sobre a relevância de um guia de leitura (e-book).

Esta pesquisa visa contribuir para o fortalecimento e incorporação de uma perspectiva educacional antirracista na formação dos alunos de guia de turismo, futuros profissionais. Qual é a sua avaliação acerca da relevância de um guia de leitura interativo (e-book), abrangendo uma seleção de obras literárias, diretrizes relacionadas às temáticas étnico-raciais e diáspora negra, contextualizadas dentro da esfera da atividade turística?

12 respostas



FONTE: Elaborado pela autora no *Google Forms*, 2023.

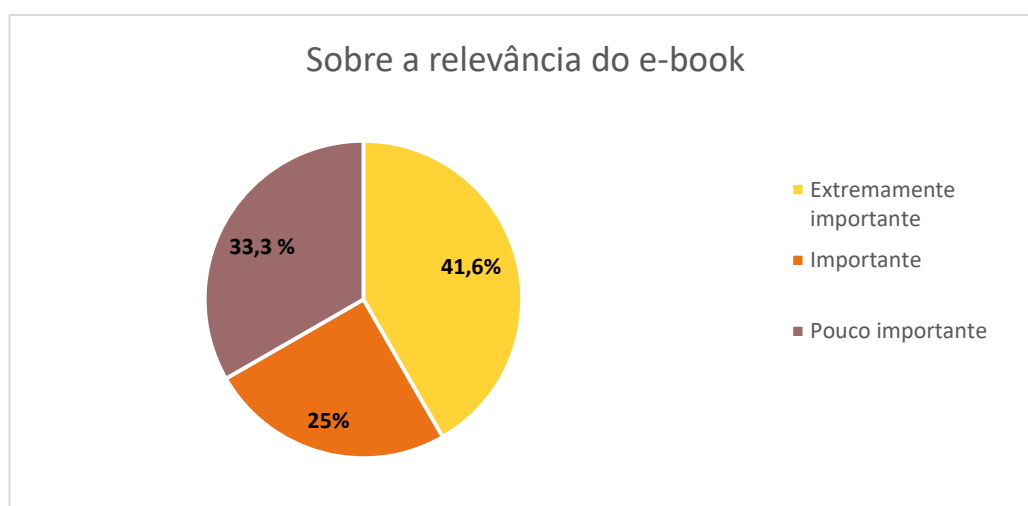
Conforme ilustra o gráfico, acima, a resposta dos professores foi de que 25% consideram extremamente importante e 66,7% consideram importante. A soma destes dois dados resulta em um expressivo percentual de 91,7%, indicando que a grande maioria dos docentes entrevistados percebe como relevante a elaboração de um guia de leitura (*e-book*) com tais características.

A significativa resposta por parte dos docentes foi positiva sobre a elaboração de um *e-book* temático, além de destacar o reconhecimento, por parte dos educadores, da relevância desse recurso para a formação e capacitação no âmbito do turismo, também destaca a significativa importância social do estudo em questão. A expressiva adesão por parte dos docentes sugere um reconhecimento da relevância de integrar temas étnico-raciais e da diáspora negra na formação de profissionais do turismo, sublinhando o potencial impacto positivo dessa abordagem na promoção da consciência e na construção de uma prática mais inclusiva e antirracista no âmbito da atividade turística.

Aos estudantes, em relação a relevância do produto educacional proposto, foi feita a seguinte pergunta: “*O que você acha sobre a elaboração de um guia de leitura /e-book temático com livros e dicas sobre questões étnico-raciais e de turismo para auxiliá-lo (a) na sua atuação profissional?* ”

O resultado aponta para uma aceitação quanto à elaboração do guia de leitura, conforme aponta resultados.

Gráfico 7.9 - Discentes - Sobre a relevância de um guia de leitura (*e-book*).



FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

O gráfico em análise, revela uma perspectiva predominantemente favorável em relação à elaboração do *e-book* temático com livros e dicas sobre questões étnico-raciais e de turismo, com um total de 66,6% dos discentes expressando aprovação. Destaca-se que, apesar de 33,3% considerarem a proposta como "pouco importante", a maioria expressiva, composta por 41,6%, a classifica como "extremamente importante" e 25% a consideram "importante".

A elaboração de um guia de leitura/*e-book* com uma abordagem voltada às questões étnico-raciais e de turismo constitui-se como uma iniciativa estratégica com o potencial de promover através da educação, a sensibilização e o desenvolvimento profissional, contribuindo substancialmente para práticas mais éticas e inclusivas no campo do turismo.

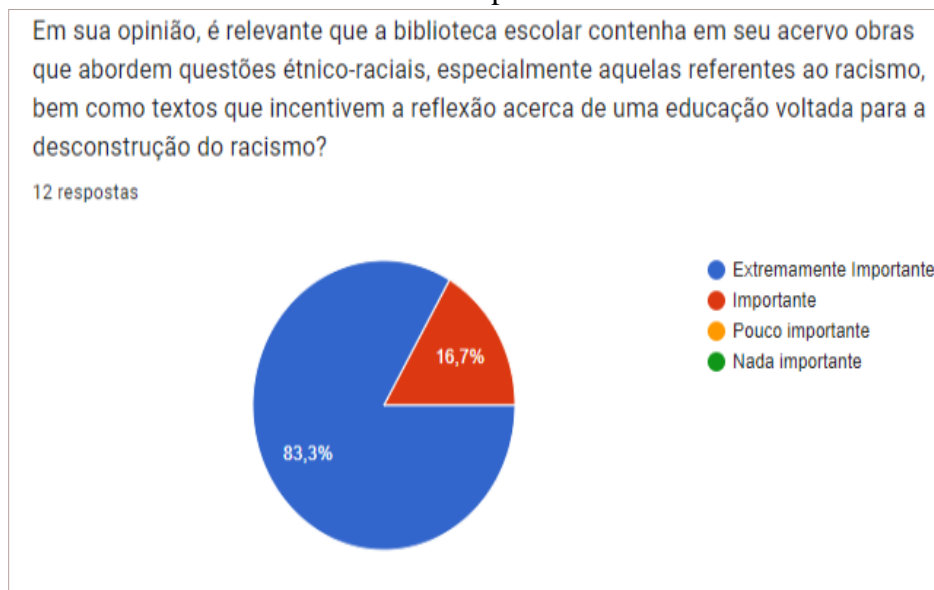
A comparação dos dados entre estudantes (33,3% para "pouco importante") e professores (8,3%) destaca uma disparidade nas percepções. Essa disparidade reforça a importância de incluir na formação dos estudantes temas relacionados à História e cultura dos povos negros, visando uma compreensão mais abrangente sobre as questões étnico-raciais. Além disso, destaca a necessidade de aproximar os professores da biblioteca, oferecendo recursos educacionais que estejam alinhados com a legislação, como um acervo pertinente à Lei 10.639/2003, a fim de promover uma educação mais inclusiva e contextualizada, multidisciplinar.

O guia de leitura apresenta-se como um instrumento valioso para enriquecer a atuação profissional dos guias de turismo, possibilitando narrativas inclusivas e o enfrentamento das práticas de racismo durante os guiamentos. Além disso, a temática proposta no guia estabelece uma conexão significativa com os espaços de memória e cultura dos povos negros na Pequena África, historicamente, esta Região, desempenhou um papel essencial na preservação e desenvolvimento da cultura afro-brasileira. Durante o período colonial e da escravidão, foi um ponto central para a chegada e assentamento de africanos escravizados. Dessa forma, o guia de leitura não apenas contextualiza as experiências passadas da Pequena África, mas também destaca sua relevância contemporânea como um espaço de resiliência cultural e resistência, contribuindo para uma compreensão mais completa e sensível da história étnico-racial no Brasil.

No sentido de validar a pesquisa, assim como a proposta do produto educacional, o guia de leitura – *e-book*, buscou-se compreender através do olhar dos entrevistados qual a importância da biblioteca escolar possuir acervo temático voltado para história e cultura dos povos negros. Com base no gráfico, abaixo, torna-se possível visualizar a urgência e a relevância de desenvolver um produto educacional que abranja temáticas relacionadas à

valorização da cultura afro-brasileira e à formação consciente dos profissionais de turismo. Este destaque se justifica, em especial, pela constatação expressa em gráfico da percepção generalizada de práticas racistas no Brasil por parte de docentes e discentes no campo do turismo.

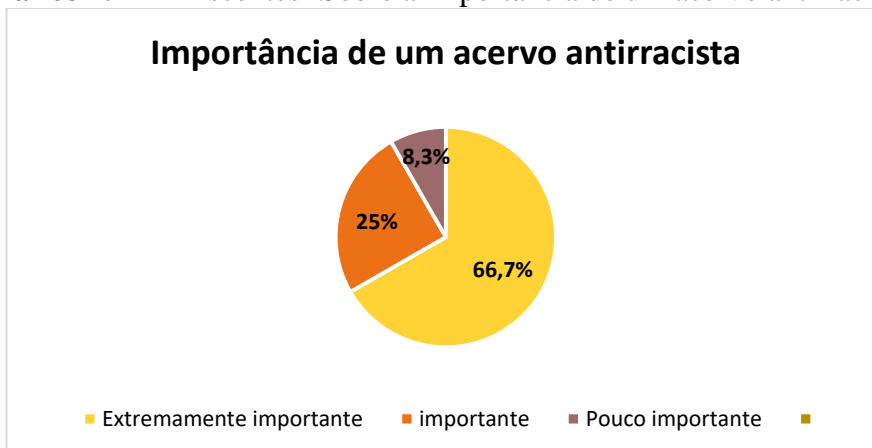
Gráfico 7.10 – Docentes - Sobre a Importância de um acervo antirracista



FONTE: Elaborado pela autora no *Google Forms*, 2023.

Os estudantes perguntados sobre “*O que você da biblioteca da escola possui em seu acervo livros sobre questões étnico-raciais, especificamente, sobre o racismo e obras que promovam uma reflexão acerca de uma educação antirracista?*”, relataram os seguintes resultados:

Gráfico 7.11 – Discentes- Sobre a Importância de um acervo antirracista.



FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

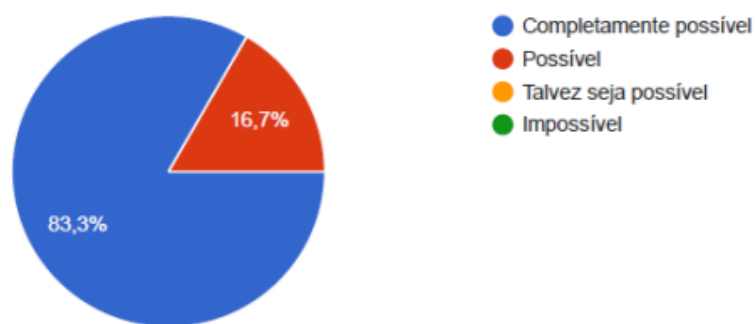
Com base nos dados apresentados, os estudantes responderam que 8,3% consideram "Pouco Importante", 25% como "Importante" e 66,6% para "Extremamente Importante", em relação à importância de possuir um acervo antirracista na biblioteca. Dessa forma, há uma percepção compartilhada por parte de ambas amostras da biblioteca contar com acervos que abrangem a temática antirracista, assim a criação da Seção Lélia Gonzalez, se configura como uma resposta articulada a essa necessidade. Esta seção abarca coleções específicas voltadas para as temáticas étnico-raciais, diáspora negra, abordagens decoloniais e contribuições de autores negros. A inclusão dessas obras promove uma abordagem inclusiva e aprofundada sobre as questões raciais, fornecendo uma base sólida para a formação crítica dos profissionais de turismo.

Pensando em numa atuação profissional do guia de turismo articulada à desconstrução do racismo, a questão abaixo que integra o questionário buscou identificar a percepção dos entrevistados quanto às possibilidades de atuação no desenvolvimento da atividade turística utilizando estratégias, através da valorização cultural e do resgate histórico do povo negro, para o combate ao racismo.

Gráfico 7.12 - Docentes - Sobre a desconstrução do racismo.

No contexto da atividade profissional do guia de turismo, é possível fomentar reflexões sobre a desconstrução do racismo através da valorização cultural e resgate histórico do povo negro?

12 respostas

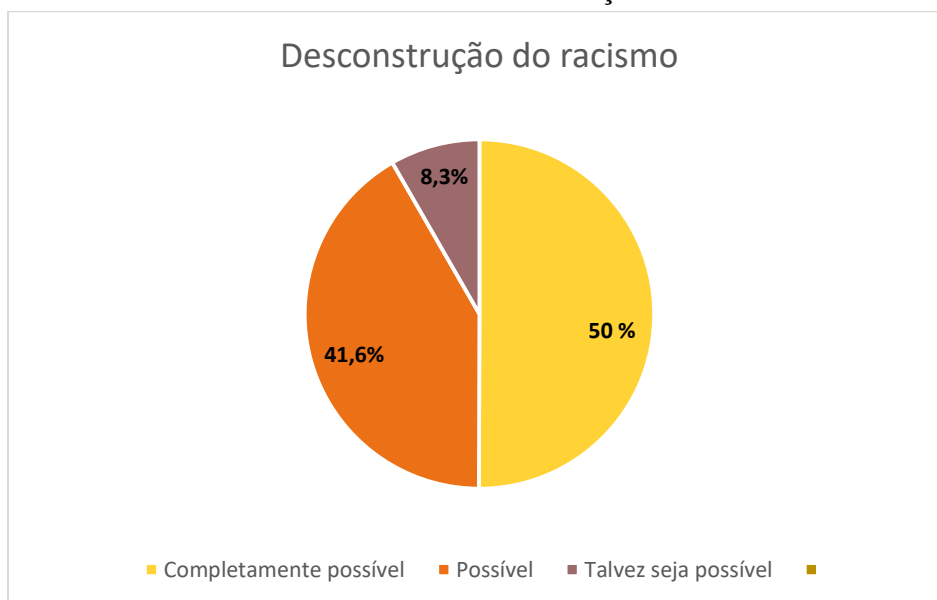


FONTE: Elaborado pela autora no *Google Forms*, 2023.

Aos discentes, a questão foi apresentada a seguinte forma: “Pensando na sua atuação profissional como guia de turismo, você acha possível promover reflexões acerca da desconstrução do racismo, através da valorização da cultura e do resgate da história do povo

negro? ”.

Gráfico 7.13 – Discentes - Sobre a desconstrução do racismo



FONTE: Elaborado pela autora, 2023.

A partir desses resultados, é possível afirmar a relevância da pesquisa, assim como a elaboração de um guia de leitura/*e-book*, o qual poderá representar um avanço significativo na promoção de uma educação turística mais abrangente, consciente e alinhada com os princípios da ética e da inclusão. Essa iniciativa, quando implementada, poderá desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento profissional e na formação de uma nova geração de profissionais do turismo, mais sensíveis às questões étnico-raciais e capazes de promover uma prática turística mais ética e inclusiva, contribuindo assim para o combate ao racismo.

Majoritariamente, os entrevistados consultados sobre sua atuação profissional e se considera possível promover reflexões acerca da desconstrução do racismo, através da valorização da cultura e do resgate da história do povo negro, enxergam-se como possível e completamente possível, percepção confirmada pelos docentes.

Em síntese, a análise de dados da presente pesquisa voltada para promoção de uma educação antirracista, considerando o modelo DIKW, torna-se essencial para converter essas informações apresentadas ao longo do estudo em ações concretas. A presente pesquisa, não apenas revela a extensão das desigualdades, mas também proporciona as ferramentas

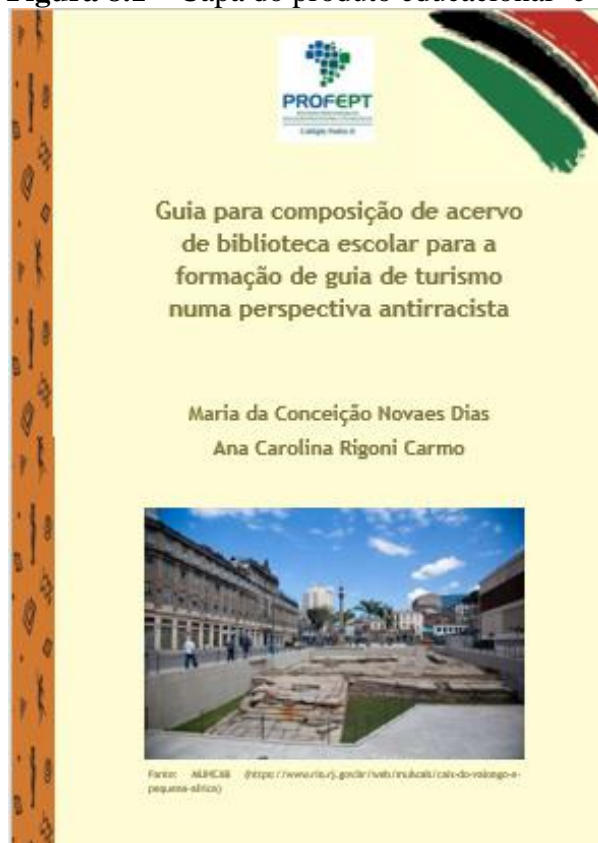
necessárias para implementar transformações relevantes, tanto na formação dos guias de turismo, no que tange às questões raciais, para uma atuação profissional mais inclusiva, consciente e democrática, quanto na sociedade como um todo, uma vez que sua maior contribuição reside na promoção do combate ao racismo.

8 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional "Guia para Composição de Acervo de Biblioteca Escolar para a Formação de Guia de Turismo numa Perspectiva Antirracista" propõe a implementação de uma seção dedicada à intelectual Lélia Gonzalez, mesmo nome do Coletivo Negro do Campus Humaitá II. Em conformidade com a lei 10.639/2003, esta seção reunirá coleções temáticas, tais como EREER (Relações étnico-raciais), diáspora negra, autores negros e questões raciais na literatura, história e cultura dos povos negros. Adicionalmente, contempla uma seção dedicada ao turismo, compreendendo obras pertencentes à bibliografia do curso Técnico de Turismo do CPII, assim como outras provenientes dos cursos oferecidos pelos Institutos Federais de Educação. O novo espaço incluirá também a coleção "Rio de Janeiro/Regional", estabelecendo uma articulação com a categoria regional do referido curso.

O objetivo último deste produto educacional reside em capacitar os guias de informação, habilitando-os a contribuir de maneira crítica e reflexiva para a formação e atuação profissional, especialmente no que tange ao enfrentamento do racismo. Nesse contexto, insere-se espaços de cultura e memória na Cidade do Rio de Janeiro, com ênfase na Região da Pequena África.

Figura 8.1 – Capa do produto educacional- e-book.



FONTE: A autora, 2024.

O produto educacional (Apêndice A e E), conta com as seguintes seções:

➤ **Seção Turismo** – As obras selecionadas que integram esta seção dialogam com grade curricular do Curso Técnico em guia de turismo e na elaboração do produto foram destacados trechos/citações que evidenciam percepções relacionadas a sua atuação profissional sob diversas perspectivas, como: o seu valor social, econômico e cultural. Em algumas obras, visualizou-se possibilidades de articulação às questões sociais à atividade turística. A proposta inclui despertar de forma sensível esses profissionais na sua atuação.

➤ **Seção Rio de Janeiro / Turismo Regional** – está articulada a categoria Regional do Curso oferecido pelo CPII;

➤ **Seção Lélia Gonzalez** – Coleção étnico-racial e diáspora negra, Autores negros e questões raciais na literatura e Para além da biblioteca: História e cultura dos povos negros, esta última inclui títulos disponíveis na íntegra da Internet, livre de direito autoral e, também compõe o produto educacional, o *e-book*/ Guia de leitura. Vale destacar que a Lélia Gonzalez foi intitulada em homenagem a intelectual Lélia Gonzalez, mesmo nome do Coletivo Negro do CHII. A Seção Lélia Gonzalez tem a intenção de contribuir para a construção das ementas dos diversos cursos Técnicos em Guia de Turismo com temas que abrangem a valorização da cultura afrodescendente relacionadas às atividades turísticas na cidade do Rio de Janeiro.

A Seção Lélia Gonzalez se configura como um instrumento educacional e cultural, desempenhando um papel fundamental na formação e no desenvolvimento profissional dos guias, fortalecendo a diversidade em suas práticas. Ao destacar a presença e as significativas contribuições de figuras negras na literatura, história e cultura, promove o empoderamento e reforça a importância da representatividade. Além disso, proporciona aos guias de turismo uma compreensão mais rica e aprofundada da diversidade cultural, evidenciando a contribuição significativa da diáspora negra para a formação da sociedade global. Aliar esse conhecimento num guiamento na Região da Pequena África, por exemplo, não apenas aprimora a experiência dos turistas, mas faz com que seja grandiosa, rica a atuação dos guias, transformando-os em agentes de conhecimento, no que tange ao respeito cultural e promoção da diversidade.

Dessa forma, capacita os guias com criticidade e reflexão, habilitando-os a abordar as questões étnico-raciais com sensibilidade e conhecimento, promovendo uma narrativa mais inclusiva e respeitosa durante os passeios turísticos. Vale ressaltar que a literatura enfatiza o

papel dos guias como educadores, e assim sendo, são de extrema importância como multiplicadores de conhecimentos em suas narrativas.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como finalidade, através da biblioteca escolar, propor o fomento de uma educação antirracista, com foco na valorização da cultura e resgate da história dos povos afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro articulado à atividade turística a fim de contribuir, de forma crítica e reflexiva, para a formação e atuação profissional dos discentes do curso Técnico em Guia de Turismo do Campus Humaitá II do Colégio Pedro II.

No contexto escolar, a biblioteca assumirá sua função pedagógica e educativa, desempenhando um papel essencial visando contribuir para uma formação omnilateral dos guias de turismo. Através da disponibilização de recursos informacionais relevantes, buscará promover a conscientização desses estudantes sobre a importância de seu papel no desenvolvimento da atividade turística e na sociedade, tanto como educadores quanto como formadores de opinião. Nessa perspectiva, como parte dessa pesquisa, foi planejado um produto educacional sob o título "Guia para composição de acervo de biblioteca escolar para a formação de guia de turismo numa perspectiva antirracista" centrado nas temáticas relacionadas à história e cultura do povo negro, étnico racial, diáspora negra, autores afrodescendentes e questões raciais presentes na literatura. Essas coleções compõem uma Seção intitulada Lélia Gonzalez, mesmo nome do coletivo Negro Campus Humaitá II. Além dessa seção, a biblioteca apresenta ao público a coleção de turismo, a qual foi composta de obras selecionadas a partir de bibliografias dos IFs que possuem o curso e de acordo com a bibliografia disponibilizada pelo CPII. Tais títulos além de versarem sobre a profissão e a prática dos guias, evidenciam o valor econômico, cultural e social do profissional.

Conforme dados da plataforma Cadastur¹⁴, em abril de 2024, há no Brasil 157.811 guias com cadastros regulares e, especificamente, no Rio de Janeiro constam 23.604, ficando atrás apenas de São Paulo com 35.182. Conforme estudo realizado pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), a cidade do Rio está entre as cinco cidades que tiveram o maior crescimento do PIB do Turismo no mundo, ocupando o quinto lugar mundial e o primeiro da América do Sul, estando à frente de cidades como Las Vegas, Miami (EUA), Johannesburgo (África do Sul), Lisboa (Portugal) e Antalya (Turquia), um aumento de 9% em 2022, em comparação ao ano de 2019. Aliando esses dados aos coletados ao longo da pesquisa, na qual

¹⁴ BRASIL. Ministério do Turismo. Cadastur. Disponível em: <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/resultados>. Acesso em em 15 abr. 2024.

foram analisadas duas amostras, correspondentes aos professores que ministraram aulas no curso de turismo e estudantes, futuros profissionais, constatou-se em ambas amostras o reconhecimento do racismo em 91,7 %, dessa forma, enxerga-se possibilidades de articulação na atuação profissional dos guias, uma vez que as informações disponibilizadas na biblioteca dialogam com instituições e espaços de cultura e memória do povo negro escravizado, localizados na Região da Pequena África, no Rio de Janeiro.

A LDB, enfatiza no Art. 39, que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”, dessa forma insere-se o profissional com uma formação integral, onde a partir de suas habilidades e conhecimentos contextualizados com a realidade, poderão promover transformação na sociedade, no que tange as relações raciais, os guias poderão ser um potencial instrumento de combate ao racismo. Assim, a biblioteca aspira, a partir da informação, despertar nos alunos um olhar crítico, fornecendo-lhes conhecimentos e perspectivas para explorar o potencial da atividade turística de forma estratégica, consciente, crítica sublinhando os espaços físicos de memória da cultura afro-brasileira e dos povos africanos e afrodescendentes na sociedade, para além dos livros, como símbolos de resistência e de luta e na sua atuação profissional na desconstrução do racismo de forma efetiva.

Ribeiro (2019, p. 13) destaca que “a prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas”, nesse sentido, cabe a atuação da biblioteca no desenvolvimento de estratégias e práticas que possam servir de instrumento para o enfrentamento do racismo.

É preciso extirpar esse passado para que nos livremos dele. Essa não é uma tarefa exclusiva dos negros mais firmes e conscientes. Ela pertence a todos nós – e as transformações recentes permitem que nos unamos no mesmo combate, com os irmãos e companheiros negros à frente (Fernandes, 2017, p.25)

O autor enfatiza a importância de transcender o legado histórico para promover a justiça social, enfatizando a responsabilidade compartilhada por toda a sociedade na luta pela igualdade racial.

Esta perspectiva ressalta a necessidade de um engajamento crítico diante das questões raciais, especialmente no âmbito educacional, nesse sentido, é necessário que a escola reconheça a responsabilidade de abordar de forma abrangente e contextualizada as questões raciais, proporcionando aos alunos uma compreensão aprofundada sobre as estruturas de poder, as desigualdades sociais e as manifestações de discriminação racial. A escola desempenha um

papel fundamental na formação dos indivíduos, não apenas transmitindo conhecimentos, mas também promovendo valores e atitudes essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para tanto, é fundamental que a escola adote uma abordagem interdisciplinar, que integre diferentes áreas do conhecimento, como História, Sociologia, Literatura, entre outras, para promover uma compreensão ampla e crítica sobre a questão racial. Além disso, é preciso investir na formação dos professores, oferecendo-lhes recursos e capacitação para abordar de forma adequada e sensível temáticas relacionadas ao racismo. Faz-se necessário, a implementação plena da lei 10.639/2003 sob as diversas dimensões, incluindo não apenas os conteúdos em sala de aula, mas também a biblioteca e seus múltiplos recursos, e assim proporcionar aos indivíduos uma atuação nas práxis multifacetada e mais humanista.

Ao promover uma educação antirracista, a escola contribui para o desenvolvimento de uma consciência social e crítica nos alunos, capacitando-os a reconhecerem e confrontarem o racismo, seja no ambiente escolar ou na sociedade como um todo, assim como nas suas múltiplas dimensões. De maneira estratégica e multifacetada, este estudo, abordou o tema do racismo, considerando suas diversas manifestações: o racismo estrutural, presente nas bases fundamentais da sociedade; o racismo institucional, presente nas estruturas e práticas das instituições; o racismo individual, refletido em atitudes e comportamentos discriminatórios de indivíduos; e o racismo cultural, arraigado em narrativas, representações e práticas culturais. Dessa forma, o objetivo deste trabalho vai além de simplesmente combater o racismo em suas manifestações mais óbvias, busca-se também desmantelar suas raízes profundas e sistêmicas.

Essa abordagem visa, de forma holística, capacitar os alunos a participarem ativamente na transformação do meio em que vivem, despertando conscientização e sensibilização, conhecimento aprofundado para que possam desenvolver habilidades, atitudes necessárias, assim como narrativas inclusivas para atuarem de forma reflexiva e crítica visando promover uma transformação social, contribuindo assim para a construção de relações mais equitativas e respeitadas entre as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial.

Dessa forma, a escola se configura como um espaço privilegiado para a promoção da igualdade racial, proporcionando aos alunos a oportunidade de refletir sobre as desigualdades e injustiças presentes na sociedade e incentivando-os a se engajarem ativamente na luta por uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Além das expectativas mencionadas, espera-se com o presente estudo contribuir para novos estudos acerca da temática.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2020.
- ALVES, Gabriela Souto; CABRAL, Sara Regina Scotta. Os negros pelos negros: uma análise da autoavaliatividade. **Revista Uniabeu**, v. 4, n. 6, p. 50-63, 2011.
- AMARAL, Kauana Rodrigues. **Proposta de ação cultural para as bibliotecas escolares: um estudo a partir da visão das profissionais que atuam nas bibliotecas da rede estadual de ensino do município do Rio Grande, RS**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2022.
- ARAÚJO, Jurandir de Almeida. **Racismo, violência e direitos humanos: pontos para o debate**. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, v. 2, n. 1, p. 75-96, 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/177/93>. Acesso em: 05 nov. 2022.
- BAKUNIN, Mikhail. “Os adormecedores”, de 26 de junho a 24 de julho de 1869 e “a instrução Integral”, de 31 de julho a 21 de agosto de 1871. [S.l. : s.n.], 1871. Artigos extraídos de: **jornal L’Egalité**, .28, 31 de julho, 1869.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 mar. 2023.
- BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O elo perdido do giro decolonial. **Dados**, v. 60, p. 505-540, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QmHJT46MsdGhdVDdYPtGrWN/?lang=pt#>. Acesso em: 26 mar. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARI, Valéria Aparecida; BISPO, Isis Carolina Garcia; SANTOS, Melânia Lima. A biblioteca escolar como espaço de lazer cultural e formação do leitor. **ConCI: Convergências em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, p. 49-56, 2018.
- BATISTA, Claudio Magalhães. Memória e identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno virtual de turismo**, v. 5, n. 3, p. 27-33, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1154/115416147004.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2022.
- BARBOZA, Gabriela Cristina; PASQUANTONIO, Rosaine M. Barros; PINO, Nádia Perez. Racismo e negação do corpo negro violência simbólica e o ambiente escolar. **Cadernos da Pedagogia**, v. 11, n. 22, 2018. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1118/388>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BATISTA, Waleska Miguel. Resenha: A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 09, N. 04, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36867/26927>. Acesso em: 21 de nov. 2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C, Varriale *et al.* 1.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOB%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, out. 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.html. Acesso em: 02 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização de bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, 2010b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 19 jun.

2022.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2012, Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 abr.2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília: CNE, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n.º 1236 de 23 de novembro de 2004**. Cria o Sistema de Documentação e de Bibliotecas do Colégio Pedro II. Brasília, DF, 2004a. 3 p. Disponível em: [http://www.cp2.g12.br/images/pdf/proen/portarias/2004/PORT.%20N%201236%20\(23-11-2004\).pdf](http://www.cp2.g12.br/images/pdf/proen/portarias/2004/PORT.%20N%201236%20(23-11-2004).pdf). Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1201, de 19 de maio de 2022**. Cria o Sistema de Documentação e de Bibliotecas do Colégio Pedro II. Brasília, DF, 2022. 3 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1237 de 23 de novembro de 2004**. Aprova o Regimento do Conselho Técnico do Sistema de Documentação e de Bibliotecas do Colégio Pedro II. Brasília, DF, 2004b. 2 p. Disponível em: [http://www.cp2.g12.br/images/pdf/proen/portarias/2004/PORT.%20N%201237%20\(23-11-2004\).pdf](http://www.cp2.g12.br/images/pdf/proen/portarias/2004/PORT.%20N%201237%20(23-11-2004).pdf). Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.796, de 14 de agosto de 2019**. Cria o Curso Técnico em Guia de Turismo do Colégio Pedro II. Brasília, DF, 2019. 2 p. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/AGOSTO/PORTARIA_%202796_CRIA.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2810 de 01 de abril de 2014**. Cria a Seção de Bibliotecas e Salas de Leituras do Colégio Pedro II. Brasília, DF, 2014. 2 p. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/abr/normatizacao_nucleo_informacao_colégio.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1469, de 6 de maio de 2019**. Cria a Central de Bibliotecas. Brasília, DF, 2019. 2 p. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/Maio/PORT%201469%20->

%202019%20PORTARIA%20BIBLIOTECA.pdf. Acesso em: 24 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 2012. 2 p. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/Maio/PORT%201469%20-%202019%20PORTARIA%20BIBLIOTECA.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** Versão preliminar para debates na Audiência Pública Nacional. 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6695-dcn-paraeducacao-profissional-debate&Itemid=30192. Acesso: 16 jan.2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório de Avaliação Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: ciclo 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2021/gastos-diretos/rfepct-relatorio-de-avaliacao.pdf>. Acesso: 18 de maio de 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadastur.** Disponível em: <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/resultados>. Acesso em em 15 abr. 2024.

BRASIL. **Regulamento n.8, de 31 de janeiro de 1838.** *In:* Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1838.

BRASIL.SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/pluralidade.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.

CALDIN, Clarice Fortkamp. Reflexões Acerca do Papel do Bibliotecário de Biblioteca Escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia**, Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 163-168, 2005.

CAVALCANTE, Raphael *et al.* (Ed.). **Repertório bibliográfico sobre a condição do negro no Brasil.** Centro de Documentação e Informação, Edições Câmara, 2017.

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo; CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto; ANDRADE. Douglas Felipe de. A Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II: trajetórias históricas. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande v. 35, n. 01, p. 59-78, jan. /jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/biblos.v35i1.11988>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo. Colégio Pedro II: a contribuição dos símbolos na formação de sua memória coletiva. XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB 2013), 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/185665>. Acesso em: 13 fev. 2023.

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo; CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto. As marcas de proveniência presentes na biblioteca histórica e nas coleções especiais do colégio Pedro II. **PontodeAcesso**, v. 16, n. 3, p. 815-835, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52336/28239>. Acesso em: 23 fev. 2023.

CARDOSO, Vanessa Florargen de Andrade; LIMA, Graziela dos Santos. As bibliotecas e a promoção de igualdade étnicorracial: uma reflexão acerca das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. In: SPUDEIT, D. F. A. de O.; MORAES, M. B. de (Org.). **Biblioteconomia social: epistemologia transgressora para o Século XXI**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p 135-158. Cap.6. (Coleção Estudos ABECIN; 07).

CAVALCANTE, Fernanda de Oliveira Freitas; VELANGA, Carmen Tereza; PIMENTA, Jussara Santos. Biblioteca escolar: ação mediadora e o papel do bibliotecário. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 4, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/4/biblioteca-escolar-acao-mediadora-e-o-papel-do-bibliotecario>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CHIMENTI, Silvia; TAVARES, Adriana de Menezes. **Guia de turismo: o profissional e a profissão**. São Paulo: Senac, 2016.

CLAUDINO, SILVIA MARINA LINHARES BARBOZA. **Prática extracurricular para formação dos Técnicos em Guia de Turismo do IFRJ Campus Avançado Resende**. Rio de Janeiro, Mesquita, 2021. Artigo apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

COLÉGIO PEDRO II. **Ensino médio integrado**. 2018. Disponível em: https://www.cp2.g12.br/concursos/106-pro_reitorias/proen/8457-ensino-t%C3%A9cnico.html. Acesso em: 16 jan. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. Colégio Pedro II: **Ensino profissional e técnico: cursos**. 2020b. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/blog/ensinotecnico/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

COLÉGIO PEDRO II. **NAPNE: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas**. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9151-napne.html>. Acesso em: 17 maio 2024.

COLÉGIO PEDRO II. **Projeto Político Pedagógico Institucional**. 2020c. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2018/JUL/PPPI%20NOVO.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2022.

COLÉGIO PEDRO II. **Sobre o CPII**. 2020a. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/9971-o-cpii-em-libras.html>. Acesso em: 13 jul. 2023

COLÉGIO PEDRO II. **Técnico em Guia de Turismo (Subsequente): grade atualizada 2021**. 2020d. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/blog/ensinotecnico/files/2021/06/SUB-Turismo.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução N° 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *In:* BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília (DF), out. 2004b. p. 31-33. Disponível em: <https://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA. Código de Ética profissional do bibliotecário – **Resolução CFB nº 207/2018 – Diário Oficial da União**, Brasília, 09 nov.2018. Disponível em: <http://www.crb7.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CUNHA, Carlos Alberto Motta. Teologia decolonial e epistemologias do sul. **Interações**, v. 13, n. 24, p. 306-333, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3130/313058154006/html/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

DAMASCENO, Adriana; PERUZZO, Cecília M. Krohling. O racismo e suas implicações na imprensa brasileira: aspectos teóricos. **Anais do Seminário Comunicação e Territorialidades**, v. 1, n. 7, 2021.

DIAS, Lucimar Rosa. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, p. 661-674, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Szxr7Z3zVNnzYxWGhWYqFbj/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

IFLA. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar.** Tradução Neusa Dias de Macedo. São Paulo: IFLA, 2005. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

IFLA. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES. Comité Permanente da Secção de Bibliotecas Escolares **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar.** 2. ed., rev. 2016. Disponível em: [https://rbe.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=861&fileName=guide_lines_2016.pdf](https://rbe.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=861&fileName=guide_lines_2016.pdf). Acesso em: 28 nov. 2022

IFLA. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar.** Tradução Neusa Dias de Macedo. São Paulo: IFLA, 2002. Disponível em: <<http://www.rbal.com.pt/Documentos%20RBAL%20pdf/Manifesto%20Unesco%20para%20Bibliotecas%20Escolares.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2024.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos.** 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio.** *In:* FERREIRA, Aurélio

Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio. 5. ed. São Paulo: Positivo, 2010. p. 1-2272.

FIORAVANTE, Eliane. Racismo, biblioteca escolar, educação das relações étnico-raciais e o campo da biblioteconomia: uma conversa necessária e possível. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-19, 2021.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Rev. Bras. Educação**, n. 23, maio/jun./jul. /ago. p. 16-35, 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a02.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FONSECA, M.V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil**. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

FONTES, Sandra Regina. **Educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares da rede de ensino de Florianópolis: olhares e percursos**. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) – Centro de Ciências Humanas da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1438/Sandra_Regina_Fontes_15840202631373_1438.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. A formação profissional e o mundo do trabalho pela ótica de estudantes de cursos técnicos de nível médio. **Educação em revista**, v. 37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/xK6TB/>. Acesso em: 01 mar. 2023.

GIMENEZ, Jessica Silva Tinoco. A Pequena África como patrimônio histórico-cultural: uma reflexão sobre a história do Cais do Valongo. *In: ANAIS DO ENCONTRO INTERNACIONAL E XVIII ENCONTRO DE HISTÓRIA E PARCERIAS*, 2018.

Disponível em:

https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529373196_ARQUIVO_APequenaAfricaComopatrimonioculturalumareflexaosobreahistoriadoCaisdoValongo.pdf. Acesso em: 01 out. 2022.

GABLER, LOUISE; ALVES, SALOMÃO PONTES. Arquivo Nacional MAPA. **Imperial Colégio de Pedro II, 2016**. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=mapa+arquivo+nacional+&btnG=. Acesso em: 13 fev. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em:

<https://home.ufam.edu.br/salomao/Tecnicas%20de%20Pesquisa%20em%20Economia/Textos%20de%20apoio/GIL,%20Antonio%20Carlos%20-%20Como%20elaborar%20projetos%20de%20pesquisa.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Fabiane Lucimar da Cunha. **O papel da escola na desconstrução do racismo, preconceito e discriminação**: a fomentação profissional dos educadores da Escola Estadual de Ensino Fundamental Presidente Castelo Branco. Sinpro. Brasília, 2012.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alinea, 2001.

HINTZE, Hélio. **Guia de Turismo**: formação e perfil profissional. Editora Roca, 2007.

HOOKS, BELL. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. Postmodern Blackness. *In: Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*. Boston: South End P, pp: 624-631, 1990.

IBGE. Desigualdades por cor ou raça: taxa de homicídio de pretos ou pardos é quase três vezes maior que a de brancos. **Agência IBGE**: notícias. Rio de Janeiro, 2019a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25999-taxa-de-homicidio-de-pretos-ou-pardos-e-quase-tres-vezes-maior-que-a-de-brancos>. Acesso em: 04 nov. 2022.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: informações demográfica e socioeconômica**, n. 41, Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**, Brasil, [2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10091/0>. Acesso em: 23 jul. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2019**: [infográfico]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/11/atlas-2019-infografico-final.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2021**: [relatório]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

KARASCH, Mary. **A vida dos Escravos no Rio de Janeiro** (1808-1850). Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAIA, Bruna Soraia Ribeiro; MELO, Vico Denis Sousa de. A colonialidade do poder e suas subjetividades. **Teoria e Cultura**, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30132>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. Disponível em: https://gepel.furg.br/images/MANACORDA_MARX_E_A_PEDAGOGIA_MODERNA.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

MANDELA, Nelson. **Longo caminho para a liberdade**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MIGNOLO, Walter. **Estéticas descolonizais**. Palestra proferida no evento acadêmico “Sentir-Pensar-Fazer”, realizado em novembro de 2010 pela Academia Superior de Artes de Bogotá, na Universidade Distrital Francisco José de Caldas, Bogotá. 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=mqtqtRj5vDA&list=PLAA3420687DACF1AB&index=1>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo. 2010.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial – NUPIER. **Racismo**. Paraná: MPPR, 2023. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/nupier/Pagina/Racismo>. Acesso em: 14 maio 2023.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império: subsídios para a história da educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 3v. (Biblioteca pedagógica brasileira, Série 5, Brasileira, v.66, 87, 121).

MORAES, Marlene. “O livro é nosso escudo e arma a inteligência”: o relato da bibliotecária Maria da Conceição Novaes Dias. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima. **O protagonismo da mulher na biblioteconomia e ciência da informação: celebrando a contribuição intelectual e profissional de mulheres latino-americanas**. Rocha Gráfica e Editora Ltda., 2020. Disponível em: https://3b2d7e5d-8b9a-4847-aa3e-40931d588fb7.filesusr.com/ugd/c3c80a_6a390ea433624e6e90df1c1a34e72706.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Larissa Rosa de; OLIVEIRA, Emily Mendonça. Formação e desenvolvimento de acervos na biblioteca escolar: o papel do/a bibliotecário/na aplicação da Lei 10.639/03. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. Especial, 2022. DOI: 10.35699/2237-6658.2022.39926. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39926>. Acesso em: 23 maio. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. c2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos, **EJA EM DEBATE**, Florianópolis, v. 1, n. 1. nov. 2012.

QUIJANO, Aníbal. La americanidad como concepto o América en el mundo moderno-colonial. In: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo (Coord.). **Aníbal Quijano: textos de**

fundación. Buenos Aires: Editorial: Ediciones del Signo, 2016.

QUIJANO, Aníbal; LANDER, Edgardo *et al.* (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 26. mar.2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade e Modernidade/Racionalidade. *In*: Bonillo, Heraclio (comp.). **Los conquistados**. Tradução de wanderson flor do nascimento. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449.

QUINHÕES, Maura Esandola **Tavares**. **Biblioteca escolar: sua importância e seu espaço no sistema educacional do Estado do Rio de Janeiro**. *In*: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 178-182. Seminário promovido pela Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais e Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1998, Belo Horizonte. Disponível em <http://gebe.eci.ufmg.br/downloads/125.pdf>. Acesso em 29mar.2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. 1. ed. Coleção Formação Pedagógica. Volume V. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Cultura, ação e mediação em bibliotecas. *In*: ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO (EPIM), 2. 2015, LONDRINA. **Caderno de Resumos**. Londrina, 2015. Disponível em: <http://gicio.marilia.unesp.br/index.php/IIPEPIM/IIPEPIM/paper/viewFile/3/49>. Acesso em: 28 jul. 2017.

REIS, Gianne Cristina dos. **O estado da Arte-implementação das leis nº 10.639-03 e nº 11.645-08**. Em Tese, v. 16, n. 1, p. 196-213, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2019v16n1p196/40132>. Acesso em: 19 mar. 2023.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. Blackness: identidades, racismo e masculinidades em bell hooks. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2012. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1383927814_ARQUIV_O_AlanAugustoMoraesRibeiro.pdf. Acesso em: 27 set. 2013.

RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; SANTOS, Carlos Denner dos. Isso não é uma pirâmide: revisando o modelo clássico de dado, informação, conhecimento e sabedoria. **Ciência da Informação**, v. 49, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5066/5247>. Acesso em: 26 nov. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 34.803, de 29 de novembro de 2011**. Cria o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e o Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do circuito. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, v. 30, 2011. Disponível em: <https://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023

RIOTUR. Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro. **Circuito Cultural e Gastronômico de Celebração da Herança Africana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: http://riotur.rio/wp-content/uploads/2023/02/Guia_PeqAfrica_FINAL_3-2.pdf. Acesso em: 21 maio 2023.

SALES, S. **Teoria, planejamento e prática de guia**. Fortaleza: IFCE. 2012.

ROSENDO, Ailton Salgado; FONSECA, Janete Rosa da. Uma perspectiva decolonial na formação de professores indígenas: a realidade do estado de Mato Grosso do Sul. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 13, n. 3, p. 633-652, 2022. <https://periodicos.unemat.br/index.php/rep/article/view/6411/7332>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SANTINI, Luciane Alves; CASAGRANDE, Clede Antônio. Formação, aprendizagem e autonomia: reflexões acerca do papel da biblioteca em uma instituição de ensino. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 19, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/19024>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos Humanos e as práticas de racismo**. Edições Câmara. Brasília: Câmara dos deputados, 2013. Disponível em: https://bradonegro.com/content/arquivo/11122018_205651.pdf. Acesso em: 27 set. 2013.

SANTOS, Luislinda Dias de Valois. **O negro no século XXI**. Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, Inayá Bittencourt e. **O racismo silencioso na escola pública**. Araraquara, SP: Junqueira e Marin, 2009.

SILVA, M. A. P.; SOUZA L. M. S.; MORAES, L. S. Biblioteca e ação cultural: apontamentos conceituais a partir da experiência na Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: [s.n], [1999]. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/viewFile/418/339>>. Acesso em: 17 jul. 2012.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda; NASCIMENTO, Sergio Luiz; ZALEMBESSA, Simões. Colonialidade e decolonialidade na crítica ao racismo e às violações: para refletir sobre os desafios educação em direitos humanos. **Educar em Revista**, v. 37, 2021. <https://www.scielo.br/j/er/a/X3D3CtSHRk4kKkTfC9HGbHF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SOARES, Jefferson da Costa. Ensino de Sociologia no Brasil: o pioneirismo do Colégio Pedro II (1925-1942). **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 3, p. 76-95, 2015. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/535/pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SOARES, Thayssa Freitas; MOREIRA, Gabriel Spechoto; ARAÚJO, Eleno Marques de. Raízes do preconceito racial diante da ascensão social do negro. *In: Anais Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar* (ISSN-2527-2500) & Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar. 2018. Disponível em: <https://www.unifimes.edu.br/ojs/index.php/coloquio/article/view/616>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA JR, Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26, 2017. Disponível em: <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/270/273>. Acesso em: 27 mar. 2023.

TORRES, Mônica Lisboa. O Rio dos Viajantes: representações da cidade nos guias de turismo. *In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO–UnB–6 a. 2006*. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/50318735004892982533086105683641959085.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2022.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Educação antirracista no ensino da Biblioteconomia. **Folha de Rosto**, v. 5, n. Especial, p. 118-126, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/146570>. Acesso em: 19 mar. 2023.

VARELA, A. V. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB)*, 6. 2005, Florianópolis, SC. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/173390>. Acesso em: 28 nov. 2022.

VASSALLO, Simone; CICALO, André. **Por onde os africanos chegaram**: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, v. 21, p. 239-271, 2015.

Vergueiro, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São. Paulo: Polis, 1989. 95 p.

WEITZEL, Simone da Rocha. **O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento**: suas origens e desafios. *Perspectivas em ciência da informação*, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23411/18886>. Acesso em: 26 jun. 2002.

WERTHEIN, Jorge. Apresentação, p. 10. *In: SILVA JR., Hédio. Discriminação racial nas escolas*: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.

**APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL – SEÇÃO LÉLIA GONZALEZ,
TURISMO E RIO DE JANEIRO**

<p>Objetivo Geral</p>
<p>No âmbito do ProfEPT, a presente pesquisa, propõe por meio da Biblioteca do <i>Campus Humaitá II</i>, o fomento a uma educação antirracista através de práticas com suporte informacional, o resgate da história dos povos afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro para contribuir de forma crítica e contextualizada para a formação dos discentes do Curso Técnico em Guia de Turismo do <i>Campus Humaitá II</i> do Colégio Pedro II</p>
<p>Objetivos Específicos – Elaboração de um <i>e-book</i></p>
<p>Criar um catálogo e /ou guia (<i>e-book</i>) da coleção de referência étnico- racial da biblioteca dividida em seções:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Temáticas étnico-raciais gerais e diáspora negra • Autores negros e questões raciais na literatura • Livros de turismo • Para além da biblioteca - Obras disponíveis na Internet • Adicionalmente, incluirá obras sobre a História do Rio de Janeiro/Regional que dialoga com a categoria Regional do curso e Turismo que corresponde a bibliografia básica do Curso ofertado pelo CPII e além, incluindo bibliografias dos IFs que também ofertam o curso. As obras de turismo destacam o valor econômico, cultural e social dos guias, desde a sua formação até a atuação profissional.
<p>Metodologia</p>
<p>A metodologia adotada, quanto aos objetivos, baseia-se na pesquisa descritiva, exploratória e, quanto aos procedimentos, na pesquisa de campo e bibliográfica. Inicialmente, será feito um levantamento de dados para o desenvolvimento de ações e práticas para a implementação das seções, as quais visam contribuir para uma educação antirracistas.</p> <p>Para o desenvolvimento do <i>e-book</i> com a coleção de referência étnico racial da biblioteca, serão necessárias algumas etapas, como: divisão temática em seções, conforme descritos nos objetivos específicos, após, identificar e selecionar as obras que irão compor as seções e correspondentes a cada uma delas, pesquisar vídeos, resenhas, arquivos com extensão .PDF (se houver, sem impedimento autoral) e imagens ilustrativas. Feito isso, organizar o guia/<i>e-book</i>. A seção étnico-racial e diáspora negra será nomeada em homenagem à intelectual Lélia Gonzalez, o mesmo nome do Coletivo Negro do Campus Humaitá II.</p>
<p>Justificativa</p>

Diante do contexto de opressão, injustiças sociais contra a população negra no Brasil, faz necessário de alguma forma contribuir para a uma sociedade antirracista. Começar pelo espaço da escola faz toda diferença na vida dos indivíduos, isso porque também é papel da escola atuar na formação cidadã das pessoas. A biblioteca inserida no contexto escolar possui uma grande relevância enquanto espaço de promoção do pensamento crítico e desenvolvimento humano, dessa forma, poderá ser uma grande aliada às causas sociais emergentes na sociedade, podendo contribuir, por meio de ações práticas, para uma transformação social no desmantelamento de atitudes discriminatórias e racistas na sociedade brasileira. Ciente do seu papel, a Biblioteca do *Campus* Humaitá II, propõe um trabalho voltado ao combate ao racismo focando na valorização da cultura afro-brasileira relacionada às atividades turísticas no RJ.

Público-Alvo

Discentes do Curso Técnico em Guia de Turismo do *Campus* Humaitá II do Colégio Pedro II. Utilizou-se duas amostras, professores e estudantes.

Resultados

Contribuir criticamente para a formação dos discentes e egressos do Curso Técnico em Guia de Turismo para enxergarem os espaços físicos de memória da cultura afro-brasileira e dos povos africanos e afrodescendentes na sociedade, para além dos livros, como símbolos de resistência, de luta por reconhecimento, que é possível traçar uma relação de forma contextualizada por meio dos suportes informacionais *versus* atividade turística e valorização da cultura afro-brasileira colaborativa para torná-los potenciais instrumentos no enfrentamento de combate ao racismo.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – MAIORES DE IDADE

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa denominada **Contribuições da biblioteca escolar para uma educação antirracista na formação de Técnicos em Guia de Turismo do Colégio Pedro II**, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) / Colégio Pedro II – Campus Humaitá II e que diz respeito a um (a) dissertação de mestrado.

1. OBJETIVO: A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do ProfEPT, tem como objetivo propor, através da biblioteca, o fomento de uma educação antirracista, com foco na valorização da cultura, resgate da história dos povos afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro e atividade turística para contribuir, de forma crítica e reflexiva, para a formação e atuação profissional dos discentes do curso Técnico em Guia de Turismo do *Campus* Humaitá II do Colégio Pedro II.

2. PROCEDIMENTOS: a sua participação consistirá em: responder questionário constituído de perguntas fechadas e abertas, disponibilizados através do link do Google forms. Durante a pesquisa, o produto educacional planejado – um guia de leitura */e-book*, composto pelas coleções étnico raciais e a coleção de turismo será aplicado e testado num evento, no mesmo dia, será inaugurada na biblioteca a seção Lélia Gonzales e contará com a presença dos participantes da presente pesquisa (discentes do curso técnico em guia de turismo, público-alvo, professores do curso e o coordenador) para fins de avaliação do referido produto. Na ocasião, serão feitos registros em fotografias, vídeos, áudios etc.

3. POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS: Toda pesquisa que envolve seres humanos oferece algum tipo de risco. Nesta pesquisa, o risco pode ser avaliado como mínimo, isto é, o participante pode apresentar constrangimento, timidez, desestimulado em participar da pesquisa ou até mesmo se recusar e preocupação quanto quebra de anonimato.

Objetivando minimizar esses riscos, o participante contará com um ambiente acolhedor, de modo que se sinta confortável para responder ou não as questões, sendo-lhe facultado o direito de não responder questões que possam ser constrangedoras. Será assegurado ao participante a confidencialidade e a privacidade no que tange a sua participação na pesquisa, o mesmo contará com um tratamento humanizado, sendo respeitado os seus valores, cultura e crenças, além de contar com todas as explicações que se façam necessárias para responder as questões e assim contribuir para o êxito da pesquisa. Por outro lado, a participação na pesquisa tem como objetivo proporcionar os seguintes benefícios: visa-se enriquecer a formação dos discentes do curso técnico em guia de turismo por meio de uma abordagem crítica e reflexiva, ampliando sua atuação profissional no contexto das relações étnico-raciais, para que possam promover ativamente a valorização da cultura e história do povo negro, incorporando narrativas inclusivas em suas práticas a fim de fortalecer a luta antirracista e a contribuir para a construção de uma sociedade democrática, igualitária e multirracial.

4. GARANTIA DE SIGILO: os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. O (a) pesquisador (a) responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

5. LIBERDADE DE RECUSA: a sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Você poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa você não sofrerá qualquer prejuízo.

6. CUSTOS, REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO: a participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento devido a sua participação no estudo. Fica garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.

7. ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS, CRÍTICAS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o (a) pesquisador (a). Caso você concorde em participar, as páginas serão rubricadas e a última página será assinada por você e pelo (a) pesquisador (a). O (a) pesquisador (a) garante a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso ao (a) pesquisador (a) Maria da Conceição Novaes Dias, CPF: 012624277-11 pelo telefone (21) 97878-8383 ou pelo e-mail: ceicadidas30@hotmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Colégio Pedro II (CEP/CPII), situado no Endereço: Campo de São Cristóvão nº 177, prédio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), sala 202-B – São Cristóvão – Rio de Janeiro, CEP 29921-903, pelo telefone: 21 3891-0020 ou pelo e-mail: cep@cp2.g12.br

CONSENTIMENTO

Eu, _____ li e concordo em participar da pesquisa.

Assinatura do(a) participante	Data: / /2023.
-------------------------------	----------------

Eu, Maria da Conceição Novaes Dias obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do (a) participante da pesquisa.

Assinatura do(a) pesquisador(a)	Data: / /2023.
---------------------------------	----------------

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DISCENTES DO CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO DO CPII

Este questionário faz parte de uma pesquisa vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEpt do Colégio Pedro II, a qual tem por objetivo propor por meio da biblioteca do *Campus* Humaitá II, o fomento a uma educação antirracista através de práticas e do resgate da história dos povos afrodescendentes, com foco na valorização da cultura e atividade turística, na cidade do Rio de Janeiro para contribuir com a formação dos discentes, futuros profissionais, Técnicos em Guias de Turismo do *Campus* Humaitá II do Colégio Pedro II.

Solicito atenção quanto ao preenchimento, pois com base nas respostas e análise, resultará numa contribuição significativa para a presente pesquisa, o que irá possibilitar a elaboração de um produto educacional, o qual será um guia de leitura interativo (*e-book*) elaborado com o acervo da biblioteca sobre questões étnico-raciais articuladas à atividade turística.

Desde já, toda a minha gratidão!

Perfil dos discentes do Curso Técnico em Guia de turismo do CPII

Gênero	Idade	Como você se declara quanto a cor/etnia
Masculino ()		Branca () Preta ()
Feminino ()		Parda () Amarela ()
Outros ()		Indígena () Não declarada ()

1. Na sua opinião há práticas racistas no Brasil?

Sim, é explícito () Sim, raramente () Não existe () Não sei opinar ()

2. Você já sofreu racismo?

Sim () algumas vezes () Nunca ()

3. Em algum momento do curso, foram ministrados conteúdos sobre a cultura e história da cultura do povo negro?

Sim () Raramente () Não ()

4. A Lei 10.639/ 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de “história e

cultura afro-brasileira” nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Você conhece essa Lei?

Sim, conheço () Não, mas já ouvi falar () Não conheço ()

5. Você conhece a biblioteca do *campus* e usa seus serviços?

Conheço e uso () Conheço, mas nunca utilizei () Não conheço ().

6. O que você da biblioteca da escola possui em seu acervo livros sobre questões étnico-raciais, especificamente, sobre o racismo e obras que promovam uma reflexão acerca de uma educação antirracista?

Extremamente Importante () Importante () Pouco importante () Nada importante ()

7. Pensando na sua atuação profissional como guia de turismo, você acha possível promover reflexões acerca da desconstrução do racismo, através da valorização da cultura e do resgate da história do povo negro?

Completamente possível () Possível () Talvez seja possível () Impossível ()

)Se considerado possível, de que forma?

Resposta:

8. O que você acha sobre a elaboração de um guia de leitura /*e-book* temático com livros e dicas sobre questões étnico-raciais e de turismo para auxiliá-lo (a) na sua atuação profissional?

Extremamente Importante () Importante () Pouco Importante () Nada Importante ()

Se considerado importante, de que forma poderá ser útil?

Resposta:

9. Você conhece alguma região no RJ onde possa ser realizado um guiamento que de alguma forma promova reflexões antirracistas?

Sim, conheço () Já ouvi falar, mas nunca fui lá () Não conheço () Se conhece,

qual?

10. Qual a sua expectativa do Curso Técnico em guia de turismo?

Resposta:

11. Como você soube do Curso Técnico em guia de turismo do Colégio Pedro II?

Resposta:

12. Na sua opinião, como você avalia abordagens antirracistas no currículo e nas práticas educacionais?

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO PARA OS DOCENTES DO CURSO TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO DO CPII

Este questionário faz parte de uma pesquisa vinculada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEpt do Colégio Pedro II, a qual tem por objetivo propor por meio da biblioteca do *Campus Humaitá II*, o fomento a uma educação antirracista através de práticas e do resgate da história dos povos afrodescendentes, com foco na valorização da cultura e atividade turística, na cidade do Rio de Janeiro para contribuir na formação dos discentes, futuros profissionais, Técnicos em Guias de Turismo do *Campus Humaitá II* do Colégio Pedro II.

Solicito atenção quanto ao preenchimento, pois com base nas respostas e análise, resultará numa contribuição significativa para a presente pesquisa, o que irá possibilitar a elaboração de um produto educacional, o qual será um guia de leitura interativo (*e-book*), elaborado com o acervo da biblioteca sobre questões étnico-raciais articuladas à atividade turística.

Desde já, toda a minha gratidão!

Perfil dos docentes do Curso Técnico em Guia de turismo do CPII

Gênero	Idade	Como você se declara quanto a cor/etnia
Masculino ()		Branca () Preta ()
Feminino ()		Parda () Amarela ()
Outros ()		Indígena () Não declarada ()

Área de formação acadêmica: graduação () especialização () Mestrado () doutorado
Outros:

Quantos anos de experiência como docente:

1. Na sua opinião há práticas racistas no Brasil?
Sim, é explícito () Sim, raramente () Não existe () Prefiro não opinar ()
2. Você já sofreu racismo?
Sim () algumas vezes () Nunca ()
3. Em algum momento você soube ou presenciou alguém ter sofrido racismo?

Sim, muitas () algumas vezes () Nunca ()

4. Como você avalia a relevância da Lei 10.639/2003, que determina a inclusão do ensino da "história e cultura afro-brasileira" no currículo do ensino fundamental e médio?

Extremamente Importante () Importante () Pouco importante () Nada importante

5. Durante o desenvolvimento das atividades educacionais no âmbito do curso de turismo, foram abordados temas relacionados à cultura e história do povo negro?

Sim, sempre () Sim, algumas vezes () Raramente () Nunca ()

6. Em sua opinião, é relevante que a biblioteca escolar contenha em seu acervo obras que abordem questões étnico-raciais, especialmente aqueles referentes ao racismo, bem como textos que incentivem a reflexão acerca de uma educação voltada para a desconstrução do racismo?

Extremamente Importante () Importante () Pouco importante () Nada importante

7. No contexto da atividade profissional do guia de turismo, é possível fomentar reflexões sobre a desconstrução do racismo através da valorização cultural e resgate histórico do povo negro?

Completamente possível () Possível () Talvez seja possível () Impossível ()

Se considerado possível, de que forma?

Resposta:

8. Considerando a biblioteca como fonte de informação e seu vasto acervo sobre questões raciais, como profissional, você enxerga a informação como meio transformador para promover uma abordagem antirracista na atuação dos guias de turismo?

Sim, a informação é extremamente importante () Sim, a informação é importante ()

Não, a informação não contribui para transformação () Não, a informação não possui poder ()

9. Qual é a sua opinião sobre a proposta de combinar a valorização da cultura afro-brasileira, o resgate da história do povo negro, o papel da biblioteca e a disponibilidade de um acervo étnico-racial como meio de promover a reflexão e contribuir para o combate do racismo na atividade profissional do guia de turismo?

Resposta:

10. De que modo a biblioteca pode assumir um protagonismo ativo no processo de ensino-aprendizagem dos discentes do Curso de Turismo, no âmbito de sua atuação profissional?

Resposta:

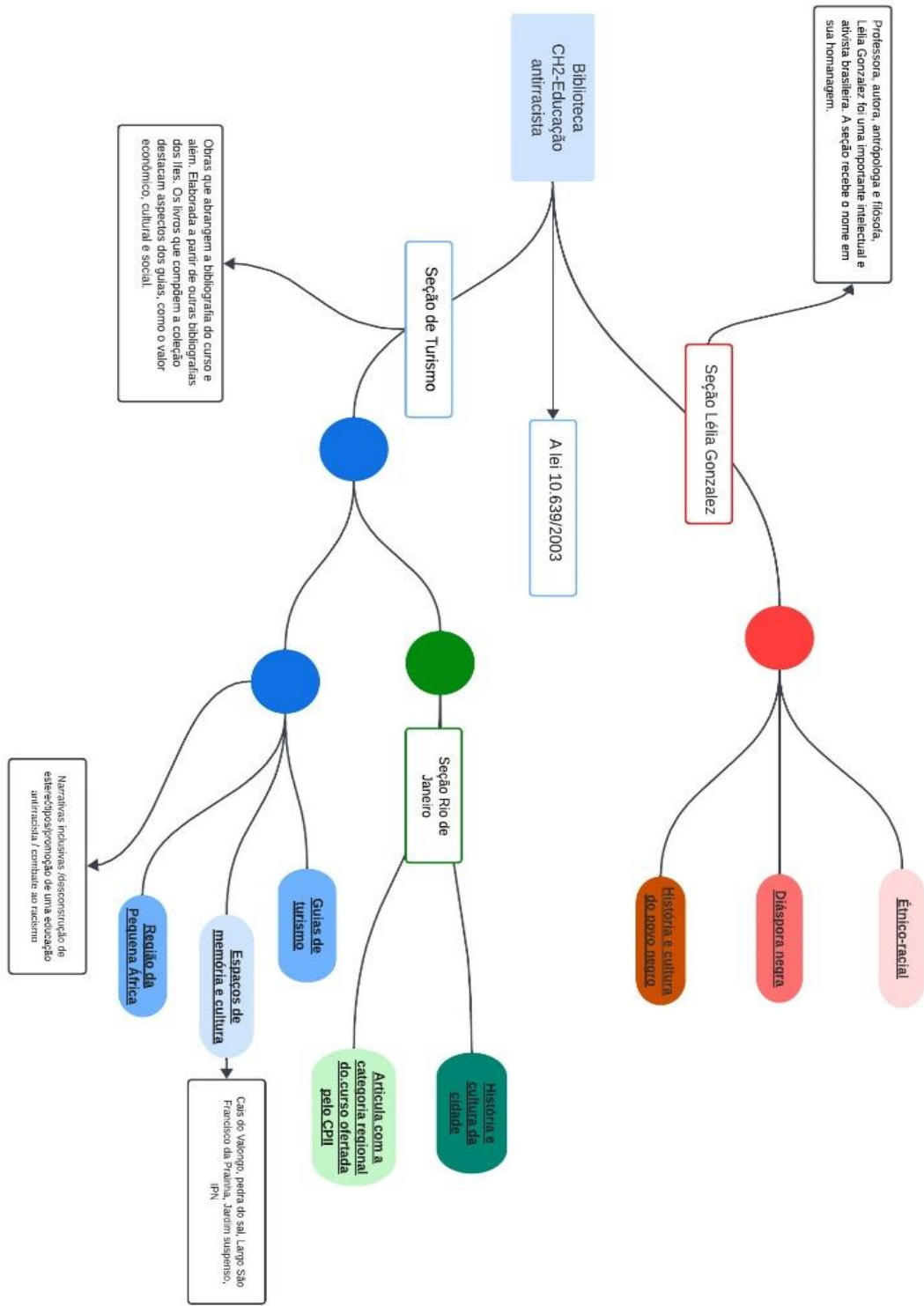
11. Esta pesquisa visa contribuir para o fortalecimento e incorporação de uma perspectiva educacional antirracista na formação dos alunos de guia de turismo, futuros profissionais. Qual é a sua avaliação acerca da relevância de um guia de leitura interativo (*e-book*), abrangendo uma seleção de obras literárias, diretrizes relacionadas às temáticas étnico-raciais e diáspora negra, contextualizadas dentro da esfera da atividade turística?

Extremamente Importante () Importante () Pouco importante () Nada importante

12. Como a integração de abordagens educacionais antirracistas e a valorização da diversidade étnico-cultural podem impactar de maneira significativa a formação e atuação dos futuros profissionais de guia de turismo, contribuindo para uma experiência turística mais inclusiva e consciente?

Resposta:

APÊNDICE E - MAPA CONCEITUAL DO PRODUTO EDUCACIONAL



ANEXO A - PARECER DA PLATAFORMA BRASIL

Portal do Governo Brasileiro

Plataforma Brasil

Principal Sair

Público Pesquisador Alterar Meus Dados

MARIA DA CONCEICAO NOVAES DIAS - Pesquisador | V3.10.2

Cadastros Sua sessão expira em: 30min 45

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM GUIA DE TURISMO DO COLÉGIO PEDRO II
 Pesquisador Responsável: MARIA DA CONCEICAO NOVAES DIAS
 Área Temática:
 Versão: 1
 CAAE: 73816623.5.0000.9047
 Submetido em: 28/09/2023
 Instituição Proponente: Colégio Pedro II
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Comprovante de Receção: PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_2199994

DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
<ul style="list-style-type: none"> ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1 ↳ Projeto Original (PO) - Versão 1 <ul style="list-style-type: none"> ↳ Currículo dos Assistentes ↳ Documentos do Projeto <ul style="list-style-type: none"> ↳ Comprovante de Receção - Submissão ↳ Cronograma - Submissão 1 				

COLÉGIO PEDRO II

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONTRIBUIÇÕES DA BIBLIOTECA ESCOLAR PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA FORMAÇÃO DE TÉCNICOS EM GUIA DE TURISMO DO COLÉGIO PEDRO II.

Pesquisador: MARIA DA CONCEICAO NOVAES DIAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 73816623.5.0000.9047

Instituição Proponente: Colégio Pedro II

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.416.844

Apresentação do Projeto:
 As informações colocadas nos campos denominados "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento "PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2199994.pdf".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
 Protocolo apresentado conforme Norma Operacional 001/2013, item 3.

Recomendações:
 Nenhuma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
 Nenhuma.

ANEXO B – GRADE CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM GUIA EM TURISMO DO CAMPUS HUMAITÁ II

Figura B.1 - Grade Curricular do Curso Técnico em Guia de Turismo.

Técnico em Guia de Turismo (Subsequente)

Grade atualizada 2021.

		CH TOTAL					
		815					
	Componente Curricular	1º Semestre		2º Semestre		TOTAL	
		temp.	horas	temp.	horas	temp.	horas
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Comunicação e Linguagem	2	27			2	27
	Geografia Aplicada ao Turismo	2	27			2	27
	Hospitalidade e Meios de Hospedagem	2	27			2	27
	Introdução ao Turismo	4	53			4	53
	Mercado de Turismo e Teoria Geral	2	27			2	27
	Sociologia do Lazer e do Turismo	2	27			2	27
	Agenciamento	2	27	4	53	6	80
	Língua Espanhola Aplicada	2	27	2	27	4	54
	Língua Francesa Aplicada	2	27	2	27	4	54
	Língua Inglesa Aplicada	2	27	2	27	4	54
	Memória e Patrimônio Histórico	2	27	2	27	4	54
	Patrimônio Artístico e Cultural do Grande Rio	2	27	2	27	4	54
	Teoria e Técnica de Guiamento	4	53	4	53	8	106
	Ecologia e Educação Ambiental			2	27	2	27
	Informática Básica Aplicada ao Turismo			3	40	3	40
	Legislação Turística			2	27	2	27
	Marketing e Empreended. aplic. ao Turismo			3	40	3	40
	Oralidade de Língua Estrangeira para o Guiamento			2	27	2	27
	Primeiros Socorros			0	10	0	10
TOTAL		30	403	30	412	60	815

FONTE: Blog da Coordenação de Ensino Técnico/DEFM/PROEN, 2023.